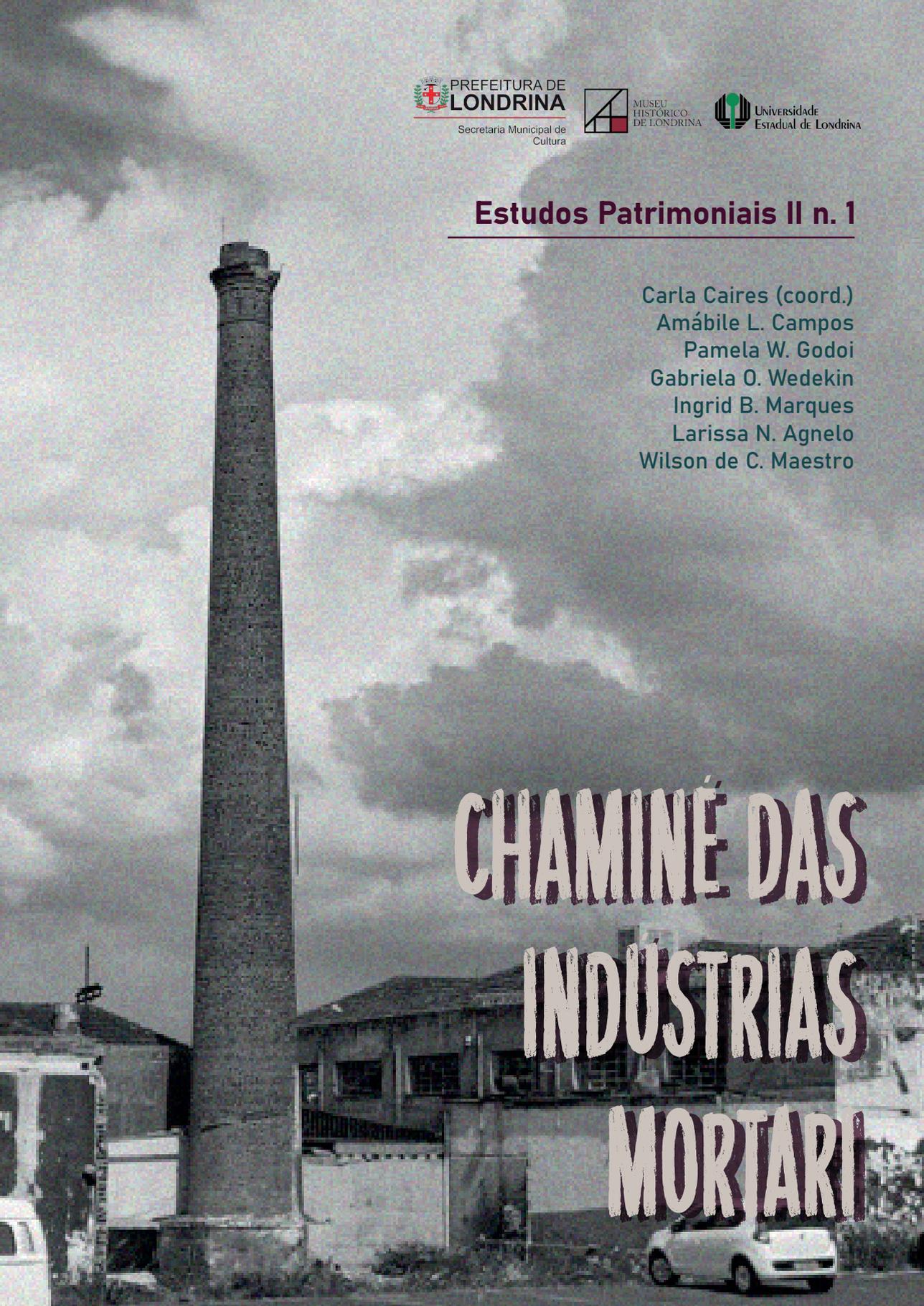


Estudos Patrimoniais II n. 1

Carla Caires (coord.)
Amábile L. Campos
Pamela W. Godoi
Gabriela O. Wedekin
Ingrid B. Marques
Larissa N. Agnelo
Wilson de C. Maestro



CHAMINÉ DAS INDÚSTRIAS MORTARI

Carla Caires (coord.)
Amábile L. Campos
Pamela W. Godoi
Gabriela O. Wedekin
Ingrid B. Marques
Larissa N. Agnelo
Wilson de C. Maestro

ESTUDO TÉCNICO DE SUBSÍDIO À DELIBERAÇÃO DE INSERÇÃO NA LISTAGEM DE INTERESSE PATRIMONIAL E RECOMENDAÇÃO PARA SALVAGUARDA DA CHAMINÉ DAS INDÚSTRIAS MORTARI

Estudos Patrimoniais II n. 1



2025

REITORA

Prof.^a Dr.^a Marta Regina
Gimenez Favaro

VICE-REITOR

Prof. Dr. Airton José Petris

DIRETORA ACADÊMICA DO MHL

Prof.^a Dr.^a Edméia Ribeiro

COORDENAÇÃO GERAL

Prof.^a Dr.^a Edméia Ribeiro

EDITORA

Prof.^a Dr.^a Edméia Ribeiro

COMISSÃO EXECUTIVA

Edeni Ramos Vilela
Amauri Ramos da Silva

PRESIDÊNCIA DA ASAM

Ana Rosa Lunardelli

REVISÃO

Michelle Morikawa

EDITORAÇÃO

Marina dos Santos Galli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chaminé das indústrias Mortari [livro eletrônico] /
Amábile L. Campos...[et al.] ; coordenação
Carla Caires. -- 1. ed. -- Londrina, PR :
Associação de Amigos do Museu Histórico de
Londrina - ASAM, 2025. -- (Estudos patrimoniais
II ; 1)
PDF

Outros autores: Pamela W. Godoi, Gabriela O.
Wedekin, Ingrid B. Marques, Larissa N. Agnelo,
Wilson de C. Maestro.

Bibliografia.
ISBN 978-65-986651-0-4

1. Indústria Mortari - Paraná (Estado) -
História 2. Londrina (PR) - Aspectos culturais
3. Memória cultural 4. Patrimônio cultural -
Londrina (PR) I. Campos, Amábile L. II. Godoi,
Pamela W. III. Wedekin, Gabriela O. IV. Marques,
Ingrid B. V. Agnelo, Larissa N. VI. Maestro,
Wilson de C. VII. Caires, Carla. VIII. Série.

25-260885

CDD-363.69

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio cultural : Memória e preservação
363.69

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

FONTES

Arial
Bad Poser
Bahnschrift



**PREFEITURA DE
LONDRINA**

Secretaria Municipal de
Cultura



MUSEU
HISTÓRICO
DE LONDRINA



Universidade
Estadual de Londrina



COMITÊ EDITORIAL

Dr.ª Ana Carolina Gléria Lima (USP - Universidade de São Paulo)

Me. Camila Silva de Oliveira (UEL- Universidade Estadual de Londrina/USP - Universidade de São Paulo)

Dr.ª Edméia Ribeiro (MHL - Museu Histórico de Londrina/UEL - Universidade Estadual de Londrina)

Dr.ª Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues (UEL - Universidade Estadual de Londrina)

Dr. José Miguel Arias Neto (NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica/UEL - Universidade Estadual de Londrina)

Dr.ª Juliana Harumi Suzuki (UFPR - Universidade Federal do Paraná)

Dr. Leandro Henrique Magalhães (Unifil - Centro Universitário Filadélfia)

Dr.ª Priscila Henning (UEL - Universidade Estadual de Londrina)

Dr. Rogério Ivano (UEL - Universidade Estadual de Londrina)

Solange Cristina Batigliana (Diretora de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina)

Dr.ª Teba Silva Yllana (UEL - Universidade Estadual de Londrina)

Vanda de Moraes (Presidente do COMPAC - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Londrina)

SERRARIA

MORTARI

APRESENTAÇÃO

Era o ano de 1877 quando deixamos a Itália para virmos morar no Brasil, com o intuito de começar vida nova do outro lado do Atlântico, deixando para trás uma história de sacrifícios causados pela rotina da agricultura de sobrevivência e inundações do rio Pó, na Lombardia, nos arredores de Mantova, onde estivemos por quase um século.

Aqui chegando, fomos para o interior do estado de São Paulo, que oferecia dois tipos de serviços para agricultores como nós: a lavoura de café ou a estrada de ferro. Preferimos a estrada de ferro e, durante muitos anos, trabalhamos em meio a trilhos. No entanto, meu bisavô Antonio aprendeu a assentar caldeiras a vapor, pois, na região que morava, era constante o estabelecimento de serrarias e máquinas de café. Numa dessas viagens, sempre acompanhado da esposa, estava em Arcoverde (MG), numa fazenda, quando meu avô Amadeu nasceu. Era 23 de março de 1893. Foi registrado em Mococa e cresceu em Matão, para onde a família se mudou e ele aprendeu o ofício de marceneiro.

No começo do século XIX, com pouco mais de dezessete anos, já era comprador de madeira para serrarias, e então resolve montar uma própria, com a ajuda de dois irmãos mais novos. Tudo ia muito bem, cresceram e também constituíram uma pequena construtora, vivendo do seu negócio. Amadeu viajava constantemente pela Cia. Paulista, Araraquarense e Mogiana em busca de madeira para suprir sua serraria. No começo dos anos 1930, depois da crise mundial de 1929, com o preço do café em baixa, a madeira escasseando e a carestia aumentando, foi procurado por corretores de terras em Matão, para conhecer o norte do Paraná, onde o que mais havia era madeira!

De imediato, não pôde ir, pois a ponte sobre o rio Tibagi ainda não estava pronta. Quando foi inaugurada, em 1935, vai a São Paulo, onde estavam os corretores. Em seguida, pela estrada de ferro Sorocabana com baldeação em Ourinhos, embarca para Londrina, a fim de conhecer o famoso Eldorado aberto pelos ingleses! Devido à exuberância da mata, indicativa da qualidade da terra, não pensou duas vezes e seguiu aos escritórios da Cia. de Terras Norte do Paraná, quando reservou um lote de terras próximo à estação ferroviária existente para instalar a sua serraria. Retorna a Matão, comunica aos irmãos e filhos sua decisão e começa a desmontar o empreendimento que lá construía há mais de vinte anos, para remontá-lo em novo endereço: Londrina, norte do Paraná.

Em setembro de 1936, a serraria chega, desmontada, a Londrina, com o senhor Amadeu à frente, alguns funcionários, seu pai, os irmãos e apenas um dos filhos, Alcy, então com dezesseis anos, que já o ajudava em Matão. O outro, Leonel, ficou para dar baixa e acertar contas, até 1938. A serraria começa a funcionar em outubro de 1936, com a primeira chaminé de ferro fundido. O movimento era intenso, vez que se tratava da terceira serraria instalada na cidade e já outras estavam por se instalar, com derrubadas da mata para todos os lados que se olhava. Isso provava o acerto da decisão e da visão empresarial de Amadeu Mortari em procurar um novo lugar para recomeçar, mas que fosse de sua área de conhecimento.

Tudo ia bem, até que acontece o fato mais temido quando se trabalha com vapor: o entupimento de uma válvula aumentou a pressão na caldeira durante a madrugada. Era a madrugada de 6 de novembro de 1939. Como o vigia dormia, não pôde evitar a explosão, ocasião em que voaram todos os tipos de madeira, telhas, partes metálicas e até mesmo a chaminé, por quarteirões de distância, num raio de duzentos metros. O primeiro adulto e testemunha ocular do acidente, senhor Leonel, morava defronte ao portão de entrada e chega de imediato. Em seguida, os funcionários que já moravam em casas vizinhas se acercam para tomar as providências necessárias. Chovia muito, razão pela qual não houve incêndio de grandes proporções, o que destruiria toda a estrutura de madeira.

Como a serraria não podia parar, logo se buscou uma caldeira marítima mais segura e resistente para ser instalada, recuperou-se a chaminé e, em três meses, a serraria volta a funcionar. Contudo, para não correr riscos e aumentar a capacidade de queima de madeira, combustível da caldeira, o senhor Amadeu decide construir uma chaminé

adequada para aumentar o potencial de calor das máquinas movidas a vapor. Trouxe de Tambaú (SP) um mestre italiano para a obra. Em 1941, a chaminé da serraria Mortari começa a trabalhar. Em seguida, constroem-se várias outras chaminés na quadra de baixo, onde se instalou uma planta industrial: a Cerâmica Mortari.

Em 1942, a Cerâmica contava com dois setores fabris (que podem ser visualizados em várias páginas deste estudo), destinados à transformação da argila em dois tipos de telhas e tijolos furados: num setor, havia dez fornos e cinco chaminés e, no outro, quatro fornos e quatro chaminés, que queimavam e vidravam as manilhas e peças cerâmicas já produzidas e secas, depositadas no estaleiro coberto.

Esse visual mostrava que a cidade iniciava a sua era industrial. As Indústrias Mortari, mesmo trabalhando com produtos primários, era semiautomatizada; produzia materiais para saneamento básico e transformava árvores em portas e janelas, numa utilizando energia elétrica e noutra, energia do vapor. A chaminé muito rapidamente se integrou à panorâmica da cidade, dando ares do que ocorria, fruto do desenvolvimento que o café proporcionou naquela época. O apito da Serraria se fazia ouvir em vários quarteirões de norte a sul e de leste a oeste, lembrando a hora de entrar e sair do serviço e mesmo o café das duas da tarde.

No início da década de 1950, essas duas empresas chegaram a ter, juntas, cerca de quatrocentos funcionários. Durante o período, essas duas indústrias, mesmo primitivas, foram um marco na consolidação do desenvolvimento da cidade, pois eram bem estruturadas e administradas, frutos da visão empresarial de quem chegou à cidade e sentiu do que ela necessitava para se desenvolver, tornando o senhor Amadeu Mortari patrono da industrialização de Londrina.

Amadeu Antônio Mortari

Londrina, março de 2025

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Chaminé remanescente da Serraria Mortari
Figura 2 – Início da Serraria Mortari
Figura 3 – Serraria Mortari
Figura 4 – Chaminé de metal
Figura 5 – Fotografia das Indústrias Mortari; *Álbum Londrina 1938*
Figura 6 – Fotografia das Indústrias Mortari; *Álbum Londrina 1941*
Figura 7 – Chaminé de metal vista do telhado da Cerâmica
Figura 8 – Família Bortolotti
Figura 9 – Vista das chaminés da Cerâmica Mortari
Figura 10 – Vista da Chaminé
Figura 11 – Vista do pátio ferroviário, imagem feita de cima da Chaminé
Figura 12 – Fase final da construção de uma chaminé das Indústrias Mortari
Figura 13 – Tijolo encontrado no entorno da Chaminé, em 22 de outubro de 2024
Figura 14 – Trabalhadores da Serraria Mortari operando uma serra
Figura 15 – Trabalhador da Serraria Mortari operando uma serra
Figura 16 – Visita do interventor, maio de 1946
Figura 17 – Reportagem sobre as Indústrias Mortari no jornal *Folha de Londrina*, 1953
Figura 18 – Aerofoto de 1970
Figura 19 – Vista aérea, [197-]
Figura 20 – Vista aérea, [197-]
Figura 21 – Localização da rua Amadeu Mortari
Figura 22 – Entrada inicial de pedestres do hipermercado Condor
Figura 23 – Entrada bloqueada após revitalização
Figura 24 – Vitruines do MHL homenageando as Indústrias e Amadeu Mortari
Figura 25 – Vitruine do MHL em homenagem à Serraria Mortari
Figura 26 – Vitruine do MHL em homenagem a Amadeu Mortari e suas Indústrias
Figura 27 – Chaminé em meio a lojas, 2011
Figura 28 – Chaminé em meio a lojas, 2012

- Figura 29** – Chaminé em meio a lojas, 2021
- Figura 30** – Pátio vazio com a Chaminé ao fundo
- Figura 31** – Vista do canteiro de obras, em 21 de fevereiro de 2024
- Figura 32** – Trabalhadores iniciando o processo de demolição da Chaminé, 2024
- Figura 33** – Anúncio da CTNP, 1934
- Figura 34** – Planta de Londrina, 1932
- Figura 35** – Planta de Londrina, 1934
- Figura 36** – Serraria Sul América em Londrina, 1932
- Figura 37** – Planta de Londrina, 1935
- Figura 38** – Planta de Londrina, 1938
- Figura 39** – Planta de Londrina, 1939
- Figura 40** – Cenário dos estabelecimentos industriais, década de 1930 a 1960 (aprox.)
- Figura 41** – Planta de Londrina, 1957–1958
- Figura 42** – Zoneamento definido pelo Plano Diretor Urbano de 1968
- Figura 43** – Zoneamento definido pelo Plano Diretor Urbano de 1968, destaque para a área central
- Figura 44** – Localização das quadras 160 e 167
- Figura 45** – Serraria Mortari
- Figura 46** – Primeira chaminé metálica da Serraria Mortari
- Figura 47** – Serraria Mortari antes da explosão da chaminé metálica
- Figura 48** – Serraria Mortari com a chaminé metálica
- Figura 49** – Serraria Mortari, detalhe do nome
- Figura 50** – Serraria Mortari a partir da linha férrea
- Figura 51** – Serraria Mortari com a chaminé metálica
- Figura 52** – Serraria Mortari com a chaminé metálica
- Figura 53** – Serraria Mortari vista da Cerâmica Mortari
- Figura 54** – Serraria Mortari, *Álbum Londrina 1941*
- Figura 55** – Serraria Mortari vista da Cerâmica Mortari
- Figura 56** – Serraria Mortari vista da Cerâmica Mortari, detalhe da Chaminé
- Figura 57** – Cerâmica Mortari
- Figura 58** – Cerâmica Mortari
- Figura 59** – Cerâmica Mortari ao lado do início da construção do VGD, 1947
- Figura 60** – Aprovação da residência da quadra 167, 1941
- Figura 61** – Aprovação do muro da Cerâmica e do portal, 1947
- Figura 62** – Nova fachada da Cerâmica Mortari

- Figura 63** – Aprovação da fachada nova da Serraria, 1948
- Figura 64** – Projeto do portal da Serraria, 1948
- Figura 65** – Implantação da Serraria com fachada nova, 1948
- Figura 66** – Aerofoto de 1949
- Figura 67** – Vista aérea, década de 1950
- Figura 68** – Ampliação da Cerâmica Mortari, 1951
- Figura 69** – Ampliação da Cerâmica Mortari, 1952
- Figura 70** – Levantamento da estrutura da Cerâmica Mortari, 1952–1958
- Figura 71** – Ampliação da Cerâmica Mortari, 1954
- Figura 72** – Ampliação da Cerâmica Mortari, 1958
- Figura 73** – Projeto da edificação 5, 1959
- Figura 74** – Projeto da edificação 6, 1959
- Figura 75** – Panorâmica, 1959
- Figura 76** – Aumento da quadra 160, 2 de fevereiro de 1961
- Figura 77** – Aumento da quadra 160, 7 de maio de 1961
- Figura 78** – Aumento da quadra 160, 2 de abril de 1962
- Figura 79** – Aumento da quadra 160, 4 de agosto de 1962
- Figura 80** – Aumento da quadra 160, 4 de dezembro de 1962
- Figura 81** – Reforma dos barracões 5 e 6 e de parte da fachada de 1948, 8 de maio de 1962
- Figura 82** – Indústrias Mortari, década de 1960
- Figura 83** – Alterações na quadra 160 e 167, década de 1960
- Figura 84** – Aerofoto de 1970
- Figura 85** – Aerofoto de 1974
- Figura 86** – Foto aérea da década de 1970
- Figura 87** – Foto aérea da década de 1970
- Figura 88** – Aerofoto de 1991
- Figura 89** – Projeto de edificação 14, 1992
- Figura 90** – Projeto de edificação 15, 1999
- Figura 91** – Aerofoto de 1997
- Figura 92** – Aerofoto de 2006
- Figura 93** – Antigo portal da Cerâmica, atualidade
- Figura 94** – Aerofoto de 2011
- Figura 95** – Aerofoto de 2012
- Figura 96** – Aerofoto de 2016
- Figura 97** – Aerofoto de 2019
- Figura 98** – Aerofoto de 2021
- Figura 99** – Aerofoto de 2024

- Figura 100** – Fachadas da rua Acre ao longo dos anos: décadas de 1950 e 1960, e em 2003 e 2024
- Figura 101** – Edificação 3, estrutura em madeira e telha cerâmica
- Figura 102** – Edificação 3, telhas cerâmicas fabricadas pela Cerâmica Mortari
- Figura 103** – Vista interna do edifício de esquina da rua Rio Grande do Sul com a rua Jacob Bartolomeu Minatti, novembro de 2024
- Figura 104** – Vista das telhas cerâmicas fabricadas pela Cerâmica Mortari, edifício de esquina da rua Rio Grande do Sul com a rua Jacob Bartolomeu Minatti, novembro de 2024
- Figura 105** – Edificação voltada para a rua Jacob Bartolomeu Minatti, com alteração na platibanda e na materialidade da telha, novembro de 2024
- Figura 106** – Esquema de alterações na quadra 160
- Figura 107** – Chaminé da Serraria Mortari, novembro de 2024
- Figura 108** – Trabalhadores na Serraria Mortari
- Figura 109** – Trabalhadores na Serraria Mortari
- Figura 110** – Trabalhador na Serraria Mortari
- Figura 111** – Frente da caldeira
- Figura 112** – Fundo da caldeira e sala de máquinas à esquerda
- Figura 113** – Esquema de caldeira flamotubular usada em serrarias
- Figura 114** – Esquema aproximado da localização da caldeira, sala técnica e Chaminé
- Figura 115** – Perspectiva da Chaminé
- Figura 116** – Planta baixa da Chaminé
- Figura 117** – Elevação técnica da Chaminé
- Figura 118** – Tijolo maciço angular da Chaminé
- Figura 119** – Base em tijolos maciços, com *zoom* (fachada norte, rua Acre)
- Figura 120** – Lajes da base da Chaminé
- Figura 121** – Fuste da Chaminé com resquícios de construções anteriores
- Figura 122** – Chaminé antes da demolição dos barracões
- Figura 123** – Fuste da Chaminé com resquícios de construções anteriores
- Figura 124** – Coroa da Chaminé, novembro de 2024
- Figura 125** – Coroa da Chaminé com demolição iniciada
- Figura 126** – Esquema de vistas da Chaminé a partir da quadra 160 e entorno imediato
- Figura 127** – Abertura na lateral da Chaminé
- Figura 128** – Abertura na lateral da Chaminé
- Figura 129** – Abertura na lateral da Chaminé
- Figura 130** – Resquícios de intervenções na fachada sul (avenida Jacob Bartolomeu Minatti)

- Figura 131** – Base em tijolos maciços, fachada oeste (avenida Duque de Caxias)
- Figura 132** – Lotes da quadra 160
- Figura 133** – Implantação de entorno próximo com camada “Cultural”, Siglon (2024)
- Figura 134** – Fachada da quadra 160 voltada para a avenida Duque de Caxias
- Figura 135** – Vista da quadra 160 em direção à avenida Duque de Caxias
- Figura 136** – Fachadas voltadas para a rua Acre
- Figura 137** – Fachada voltada para a rua rio Grande do Sul
- Figura 138** – Fachadas voltadas para a rua Jacob Bartolomeu Minatti
- Figura 139** – Esquema de vistas da Chaminé a partir do entorno
- Figura 140** – Chaminé vista do viaduto Edson Jesus Deliberador
- Figura 141** – Chaminé vista do viaduto Edson Jesus Deliberador
- Figura 142** – Chaminé vista do viaduto Edson Jesus Deliberador
- Figura 143** – Chaminé vista do viaduto Edson Jesus Deliberador
- Figura 144** – Vista da Praça da Chaminé
- Figura 145** – Praça da antiga chaminé da Fábrica Refino de Açúcar União
- Figura 146** – Piazza Della Storia
- Figura 147** – Vista aérea da Casa das Caldeiras
- Figura 148** – Evento na Casa das Caldeiras, parte interna
- Figura 149** – Vista do antigo complexo SANBRA
- Figura 150** – Representação gráfica das diretrizes de ambiência que constam no parecer de tombo da chaminé
- Figura 151** – Aerofoto de 1949
- Figura 152** – Áreas de proteção do bem
- Figura 153** – Raio de proteção do bem
- Figura 154** – Sugestão de área para mapeamento e preservação de remanescentes do Conjunto Industrial Inicial próximos à linha férrea
- Figura 155** – Vista da chaminé remanescente da indústria Anderson Clayton, ao lado do shopping Boulevard

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diretrizes para a Chaminé

Quadro 2 – Diretrizes para a Quadra 160

Quadro 3 – Diretrizes para o Entorno

Quadro 4 – Diretrizes para o Conjunto Industrial

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL – Associação Comercial de Londrina

COMPAC – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Londrina

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

GEHT – Grupo de Estudos de História da Técnica

MHL – Museu Histórico de Londrina

NDPH – Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (UEL)

IPPU-VR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

PML – Prefeitura Municipal de Londrina

SIGLON – Sistema de Informação Geográfica de Londrina

VGD – Estádio Vitorino Gonçalves Dias

SUMÁRIO

19 _____ 1 INTRODUÇÃO

2 A CHAMINÉ COMO
UM FRAGMENTO
DA INDÚSTRIA
LONDRINENSE _____ 23

2.1 As Indústrias Mortari _____ 25

2.2 Transformação das
Indústrias Mortari em
espaço de memória _____ 51

2.3 As Indústrias Mortari
e o primeiro conjunto
industrial de Londrina _____ 62

3 AS
CARACTERÍSTICAS
FÍSICAS DAS
INDÚSTRIAS
MORTARI E SEUS
FRAGMENTOS NA
83 _____ ATUALIDADE

3.1 As Indústrias
Mortari nas décadas
84 _____ de 1930 e 1940

3.2 Alterações nas
quadras 160 e 167 — de
104 _____ 1949 até a atualidade

5 PATRIMÔNIO
174 _____ **INDUSTRIAL**

5.1 Abordagens e
definições do
175 _____ **Patrimônio Industrial**

178 _____ **5.2 Correlatos**

7 DIRETRIZES PARA
MANUTENÇÃO E
SALVAGUARDA DO
191 _____ **BEM**

4 A CHAMINÉ DA
SERRARIA MORTARI_140

4.1 A relação da Chaminé com a
quadra 160 e o entorno_____164

6 RELAÇÃO
COM A LEI_____187

REFERÊNCIAS_____200

1 INTRODUÇÃO

O bem cultural em análise neste estudo técnico é a Chaminé de alvenaria localizada na rua Acre, 343, remanescente da Serraria Mortari [Fig. 1].

Figura 1 - Chaminé remanescente da Serraria Mortari



Fonte: Autores (2024).

As Indústrias Mortari ocuparam duas quadras na cidade de Londrina: uma destinada à operação de uma serraria, onde está localizada a Chaminé, e a outra voltada para a produção de cerâmica. A Serraria Mortari foi construída em 1936, e a Chaminé em questão foi a segunda do empreendimento, provavelmente erguida no início de 1940.

A Chaminé de alvenaria é um bem imóvel que, devido à sua altura significativa, tem marcado a paisagem de Londrina desde sua construção. Ela também é parte de um conjunto de estruturas fundamentais para o funcionamento da Serraria em escala industrial, sendo, portanto, testemunha de um processo de industrialização vivenciado em Londrina. Por volta da década de 1960, a Serraria Mortari encerrou suas atividades; na década seguinte, o mesmo ocorreu com a Cerâmica Mortari. Entre 1974 e 1975, quando houve a derrubada de outras chaminés utilizadas na Cerâmica, aquela remanescente da Serraria, cercada por construções, foi poupada, por questões de segurança dos barracões no entorno. Nos anos 2000, a quadra que abrigou a Cerâmica foi vendida pelos herdeiros da família Mortari, local em que, posteriormente, construiu-se o supermercado Condor. Na quadra da Serraria, depois do fechamento, os antigos edifícios foram adaptados para uso comercial. No entanto, a Chaminé permaneceu de pé, ainda que desativada, e assim continua até os dias atuais.

Em 2024, juntamente com a demolição de alguns edifícios do entorno, iniciou-se procedimento semelhante com a Chaminé, o que gerou ampla comoção pública, motivando a interrupção de sua derrubada e o pedido de sua inclusão na Listagem de Bens de Preservação Histórica, visando preservar sua integridade como Patrimônio Cultural. A solicitação em questão foi feita no dia 27 de fevereiro de 2024 pelo então prefeito de Londrina, Marcelo Belinati Martins, ressaltando que “se trata de construção que merece análise sob o ponto de vista do Patrimônio Histórico” e que a inserção na Listagem de Bens de Preservação Histórica seria necessária “para preservação de sua memória e do entorno” (Despacho, 2024).

O Pedido de Listagem de Bens de Preservação Histórica referente ao bem imóvel em questão está fundamentado nos termos da Lei n.º 11.188, de 19 de abril de 2011 (Londrina, 2011), com as modificações introduzidas por leis e decretos nos anos de 2014, 2015 e 2017. De acordo com o artigo 80 do Decreto Municipal n.º 220 de 2017, este estudo técnico complementar visa fornecer um “valor documental de subsídio à deliberação sobre a Listagem e Tombamento de bens, assim como para recomendações técnicas à proteção e conservação de bens de interesse de preservação”

(Londrina, 2017, p. 46). Para sintetizar os pontos principais deste estudo técnico e facilitar seu acesso ao público, uma ficha de inventário do bem será disponibilizada na camada “Cultura” do Siglon (Sistema de Informação Geográfica de Londrina).

Este estudo técnico baseia-se em informações presentes na Solicitação de Listagem do bem, além de publicações em livros e artigos científicos, documentos iconográficos, registros em áudio e vídeo, depoimentos orais e levantamento *in loco* das características atuais do bem. Ao analisarmos a questão da memória, a Chaminé remanescente funciona como um importante fragmento que preserva múltiplas camadas da história do município. Ela carrega a memória das Indústrias Mortari, um dos primeiros estabelecimentos industriais de Londrina, que desempenhou papel fundamental no desenvolvimento do município. Além disso, evoca a memória do período de funcionamento industrial da cidade nas décadas de 1930 e 1940, bem como a memória de um vestígio das técnicas industriais específicas que sustentavam os maquinários nos anos iniciais da região. Por fim, também guarda a memória de muitos londrinenses que se acostumaram a ver a Chaminé “reinando” sobre a paisagem urbana, tornando-se um símbolo familiar no horizonte da cidade.

Em relação ao entendimento do entorno, podem-se levantar diversas questões quanto à importância desse levantamento e sua relação com a Chaminé. Em um primeiro nível, considera-se a relação entre a Chaminé e os edifícios situados na mesma quadra, que compartilham vestígios da antiga Serraria Mortari. Uma segunda perspectiva pode abarcar as duas quadras onde existiram as Indústrias Mortari, identificando outros fragmentos, como o antigo portal de entrada da Cerâmica. Em um terceiro olhar, a Chaminé pode ser interpretada como um fragmento remanescente de uma das primeiras áreas industriais de Londrina, conectando-se a outros barracões industriais da região, à linha férrea e à estação ferroviária. Expandindo ainda mais essa percepção, é possível considerar o impacto da Chaminé, enquanto marco vertical, sobre o cenário urbano, com influência visível em diversas ruas e bairros da cidade.

Considerando a relevância da adoção de um olhar amplo e plural na análise do bem cultural, este estudo busca elucidar os possíveis valores patrimoniais da Chaminé: seu papel como vestígio histórico das Indústrias Mortari é ponto central; também seu valor como parte integrante de uma das primeiras indústrias da cidade que contribuiu com o desenvolvimento e participou das mudanças ocorridas em Londrina; além disso, examina-se seu valor enquanto marco urbano, que compõe e

enriquece a paisagem da cidade, com características físicas específicas e integradas a um conjunto maior.

Este estudo foi estruturado em seis partes. A primeira introduz o valor histórico do bem, contextualizando sua trajetória no desenvolvimento do município e destacando a importância das Indústrias Mortari no crescimento industrial de Londrina. A segunda analisa as características físicas das Indústrias Mortari e as modificações que o conjunto sofreu até os dias atuais. A terceira analisa as características físicas da Chaminé e do seu entorno, com foco em seu impacto como marco urbano. A quarta parte explora a relevância da Chaminé dentro do patrimônio industrial e sua relação com outros bens reconhecidos como patrimônio cultural no Brasil. A quinta associa os valores do bem às normas de preservação patrimonial de Londrina. E a sexta e última parte oferece recomendações para a preservação do bem e da sua área envoltória.

2 A CHAMINÉ COMO UM FRAGMENTO DA INDÚSTRIA LONDRINENSE

A Chaminé integrou um conjunto industrial que participou ativamente da formação e desenvolvimento da cidade de Londrina, em especial entre os anos de 1936 e a década de 1970. Enquanto objeto, a Chaminé é um marco urbano, sua altura e localização são importantes referências para a paisagem da cidade. No entanto, ela também é um objeto por meio do qual se podem alcançar muitos dos testemunhos da história. Segundo o historiador Marcelo Rede: “longe de formar um cenário estático, também as coisas físicas têm uma trajetória, uma vida social com sucessivas mutações” (Rede, 2012, p. 147). A Chaminé possui histórias que envolvem desde sua produção até seu uso, ganhando camadas de significado com o passar do tempo. Assim, neste estudo, procurou-se analisar um pouco da biografia do objeto, refletindo sobre os contextos históricos em que as Indústrias Mortari estiveram inseridas, em Londrina.

A formação de Londrina, na década de 1930, foi fortemente impulsionada pela abundância de madeira na região, que passou a ser amplamente utilizada como matéria-prima. O desmatamento e o uso da madeira nas primeiras construções são elementos cruciais para entender o desenvolvimento inicial da cidade. A Serraria Mortari fez parte desse contexto, em que a madeira se destacava como recurso

disponível em abundância e essencial para a construção. Esse cenário permitiu que muitas das primeiras edificações da cidade fossem feitas de madeira, o que lhe conferiu uma identidade construtiva inicial ligada a essa matéria-prima.

A instalação de serrarias, como a Mortari, foi determinante para esse processo. De maneira semelhante, a Cerâmica Mortari, criada pouco depois, também desempenhou um papel importante na transformação da paisagem urbana: a produção de tijolos e telhas, fundamentais para as novas construções de alvenaria, contribuíram decisivamente nos processos de modificação da paisagem de Londrina.

A Chaminé é um fragmento da Serraria Mortari. O conceito de “fragmentos”, assim como aquele de “restos”, são utilizados pela história como uma forma de identificar partes sobreviventes que possibilitam acessar e interpretar o passado. São vestígios que indicam aspectos importantes da vida, cultura e pensamento de épocas anteriores. O historiador Carlo Ginzburg (1989), por exemplo, propõe que, em vez de narrativas amplas e lineares, a história pode ser reconstruída a partir de fragmentos, indícios e detalhes específicos, defendendo que é possível reconstruir aspectos significativos da cultura e das relações sociais de uma época. O filósofo e sociólogo Walter Benjamin (1994, p. 222-232) sugeriu que a história pode ser entendida como uma constelação de fragmentos, destacando a necessidade de recuperar esses vestígios para dar voz a experiências e narrativas que, de outra forma, seriam silenciadas.

Neste estudo, a Chaminé é abordada como um desses fragmentos de grande valor histórico para compreender a vida, a cultura e a sociedade que se formaram na cidade de Londrina. Sua história abarca a trajetória de diversas pessoas: tanto daqueles que construíram e trabalharam nas Indústrias Mortari, quanto dos muitos que utilizaram os produtos e serviços oferecidos, assim como de muitos londrinenses que viam esse objeto com destaque na paisagem da cidade.

Em seu início, a abertura de uma serraria de grande porte na região, assim como a ampliação com a abertura de uma cerâmica, se mostrou um empreendimento pioneiro também no setor industrial, o que nos coloca diante de fragmentos de uma das primeiras indústrias do município. Ao mesmo tempo, esse processo atraiu muitos trabalhadores para a cidade, sendo, portanto, fundamental para compreender a formação e os processos industriais vivenciados em Londrina. Apresentar a história das Indústrias Mortari, da qual a Chaminé era parte integrante, ajuda a entender o valor histórico desse bem. Da mesma forma, como fragmento remanescente das Indústrias, ela é um importante vestígio para compreender o desenvolvimento e a história de Londrina.

2.1 As Indústrias Mortari

As Indústrias Mortari são empreendimentos que foram criados e gerenciados por uma única família: a Mortari, composta por imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no final do século XIX. Seu envolvimento no setor de serrarias remonta a muitos anos antes da chegada a Londrina, na década de 1930. Em entrevista à professora Conceição Duarte Geraldo, Leonel Mortari – filho de Amadeu Mortari, fundador da Indústrias Mortari em Londrina – revela que seu avô, ainda em Minas Gerais, trabalhava como mecânico de serrarias e locomotivas (Mortari, 1995, p. 2). Posteriormente, a família se deslocou para a cidade de Matão, no interior do Estado de São Paulo, local onde abriram uma serraria e uma construtora.

Embora a família Mortari estivesse bem estabelecida economicamente na região de Matão, Amadeu foi atraído por uma proposta de um corretor que visitou sua casa para promover um novo empreendimento imobiliário no norte do Paraná (Mortari, 1995, p. 7). Esse corretor, funcionário da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), fazia parte de uma ampla rede de representantes que, em diversos estados do Brasil e até no exterior, eram responsáveis pela divulgação das terras daquela região.

Leonel relata o entusiasmo de seu pai com a possibilidade de transferir sua serraria para Londrina, atraído pelo potencial lucrativo oferecido pelas vastas áreas de mata virgem que cercavam a região. Além disso, afirma que a queda no plantio do café no interior do Estado de São Paulo influenciou a decisão de seu pai em escolher o norte do Paraná como novo destino (Mortari, 1995, p. 8).

Em 1936, Amadeu viajou a Londrina para inspecionar as terras que pretendia adquirir e, em seguida, retornou a Matão com o propósito de desmontar o maquinário utilizado em sua serraria para instalá-lo em seu novo destino. As peças foram transportadas através da ferrovia, que se localizava a poucos metros do terreno escolhido por Amadeu para construir seu novo negócio, em Londrina. Eram aproximadamente onze mil metros quadrados de área, localizados na quadra 160 da zona urbana (Mortari, 1995, p. 9).

Uma fotografia do acervo do Museu Histórico de Londrina (MHL) mostra o que parece ser o espaço inicial da Serraria. Embora ainda não tenha sido possível identificar com precisão a data e o local da imagem, a foto, que pertenceu ao acervo pessoal da família Mortari, ilustra o início da formação de uma estrutura, com uma pequena construção rústica e destaque para um portal de madeira e, ao seu lado, um homem, em área ainda cercada pela mata nativa, que começava a ser desmatada [Fig. 2].

Figura 2 - Início da Serraria Mortari, [1936(?)]



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Paulo Boni, Rosana Unfried e Omeletino Bennato, em uma pequena descrição da Serraria, apontam que o início do empreendimento teria sido em setembro de 1936 (2013, p. 89). Também Amadeu Antônio Mortari, filho de Leonel Mortari e, portanto, neto de Amadeu Mortari relatou que a Serraria teria começado a funcionar em 7 de setembro de 1936 (Mortari, 2024); por sua vez, em um livro escrito pelo jornalista Widson Schwartz a pedido da família, a data informada seria 7 de julho de 1936 (Schwartz, 2022, p. 37).

É importante destacar a dificuldade em datar os primeiros eventos e fotografias, principalmente devido aos desafios comuns impostos pelos relatos orais e pela memória. Atualmente, o membro mais longevo da família Mortari é Amadeu Antônio Mortari, de 84 anos, que relatou os acontecimentos a Schwartz em 2022 e também concedeu uma entrevista aos autores em 2024, na qual esclareceu, com precisão, diversos fatos sobre a história das Indústrias. Assim, a diferença de poucos meses que marca o início da Serraria Mortari em Londrina pode estar relacionada a essas dificuldades.

Contudo, os relatos, ainda que com pequenas imprecisões, confirmam o ano de 1936 como importante marco inicial da chegada dessa nova

serraria em Londrina. Em uma das fotos (bastante reproduzidas em outros materiais), podem-se observar as primeiras instalações da Serraria [Fig. 3]. Segundo Amadeu Antônio Mortari, a foto seria de 1938 (Mortari, 2024) ou de 1939 (Schwartz, 2022, p. 37), já Boni, Unfried e Bennato (2013, p. 89) informam que: “[a] fotografia, tomada por F. F. Hahn no final de 1936 ou início de 1937”. Em primeiro plano, destacam-se troncos de árvores, que chamam a atenção tanto pelo tamanho quanto pela quantidade, evidenciando a abundância de matéria-prima disponível. O retrato de vários trabalhadores e crianças, revela o uso do espaço por diferentes pessoas. Ao fundo, os barracões de madeira reforçam a identidade das primeiras construções de Londrina. No centro da imagem, uma chaminé se sobressai, funcionando como um marco no horizonte. Em contraste com as árvores ao fundo, a estrutura rígida e geométrica reforça a ocupação do espaço natural, antes apenas da floresta.

Figura 3 - Serraria Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Ao observar mais de perto, nota-se que a chaminé da fotografia é de metal [Fig. 4], mais esguia e em um formato mais cilíndrico que a Chaminé

objeto deste estudo, além de possuir um acabamento diferenciado no fechamento superior, com um disco metálico horizontal separado parcialmente da estrutura principal.

Figura 4 - Chaminé de metal¹



Fonte: Acervo do MHL. Coleção José Juliani (2024).

Amadeu Antônio Mortari informou que a chaminé era de ferro fundido (Schwartz, 2022). Ela teria chegado a Londrina com o maquinário da serraria de Matão, pela estrada de ferro (Mortari, 2024). Contudo, Gilson Mortari Júnior, também neto de Amadeu Mortari, conta que seu avô teria comprado algumas das máquinas iniciais da Serraria Mortari, entre elas a chaminé, de pequenas serrarias já existentes em Londrina (Mortari Júnior, 2024).

Essa chaminé de metal era usada para gerar energia necessária ao funcionamento da Serraria. A foto acima, também pode ser vista em um álbum de propagandas do Município de Londrina, organizado por A. M. Gomes e publicado em 1938. Observa-se uma página toda dedicada à Serraria Mortari, com destaque para o nome de Amadeu Mortari, abaixo da fotografia centralizada (Gomes, 1938) [Fig. 5].

¹ Apesar de a foto ter uma inscrição com a data de 1935, ela não é desse ano, pois a instalação da Serraria se deu apenas em 1936, como afirma Leonel Mortari (1995) e Amadeu Antônio Mortari (Schwartz, 2022, p. 37; 2024), entre outros. Portanto, consideramos a data na fotografia um erro de catalogação.

Figura 5 - Fotografia das Indústrias Mortari; *Álbum Londrina 1938*



Fonte: Acervo NDPH (2024).

Outro álbum, conhecido como *Álbum Londrina 1941*, parece ter uma intenção diferente daquele de 1938: em vez de propagandas, foram publicadas fotografias de importantes espaços da cidade. Foi organizado por João Alfredo Menezes e publicado pela Papelaria Brasil, da qual Menezes era dono; infelizmente teve uma pequena tiragem e não há nenhum exemplar original nos arquivos da cidade. Contudo, o arquiteto e urbanista Humberto Yamaki fez um fac-símile no livro *Lembranças e Deslembanças* (2008), em que se podem observar as 73 fotos de estabelecimentos da cidade, em sua grande maioria de autoria do fotógrafo José Juliani. A foto da Serraria é uma imagem diferente daquela de 1938, vem legendada com “Grandes Indústrias Mortari - serraria, cerâmica, etc., do sr. Amadeu Mortari”, destacando a existência da Cerâmica junto à Serraria [Fig. 6].

Figura 6 - Fotografia das Indústrias Mortari; *Álbum Londrina 1941*



Fonte: Yamaki (2008, p. 46).

Yamaki atesta que algumas das fotografias usadas no *Álbum* de 1941, eram do ano de 1938, entre elas a do Colégio Mãe de Deus e da Farmácia Nossa Senhora Aparecida (Yamaki, 2008). Contudo, Yamaki não cita a Serraria entre as fotos reaproveitadas, o que pode ser uma pista de que a foto usada no *Álbum* de 1941 pode ser contemporânea à publicação.

Não há marcação da data ou autoria na foto, e o que se observa é ainda a chaminé de metal, galpões ao fundo e em primeiro plano uma abundância de toras de madeira. Contudo, alguns relatos sobre a explosão dessa chaminé metálica, contestam a data de 1941 como uma possibilidade para essa fotografia.

Segundo Leonel Mortari lembrou, durante a entrevista dada à professora Conceição, a explosão que destruiu a chaminé de metal teria ocorrido em 6 de novembro de 1939:

“

A explosão da caldeira, foi em 6 de novembro de 39 me lembro bem, que estava até chovendo, ... aconteceu que dizem; diz o... o... técnico que estiveram lá que uma, uma válvula da caldeira de descarga ela, ela se prendeu e a..., quando acontece isso a calo... a caloría vai aumentando sempre, né, então aconteceu a explosão..., foi falha numa válvula de descarga, sorte que não tinha ninguém na Serraria, porque se tivesse... fosse depois, isso foi as seis e meia da manhã eu me lembro, se tivesse... fosse depois das sete tinha acontecido um acidente grave (Mortari, 1995, p. 20).

Amadeu Antônio Mortari também foi enfático ao afirmar que a explosão teria ocorrido em novembro de 1939 (Mortari, 2024). Embora não estivesse vivo na época, ele relatou que essa história era contada por seus antepassados. Também lembrou sobre a relação com a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), destacada por seu pai em 1995:

“

[...] quando explodiu [...] todo mundo correu, onde foi a explosão, que foi na Serraria... que o núcleo maior da cidade estava lá [...] então todo mundo correu para lá, estourou, em agosto né, estourou a Segunda Guerra Mundial [...] em dezembro explodiu a Chaminé... pô, estão bombardeando (Mortari, 2024).

Gilseno Mortari Júnior também lembra dos relatos da família que atestavam a ocorrência da explosão em novembro de 1939, além de destacar a relação com a Guerra:

“

[...] foi em 1939... finalzinho do ano [...] não dá para esquecer... em um domingo... Segunda Guerra Mundial em andamento... os alemães aí do lado de Rolândia... estão atacando Londrina e explodiram a caldeira... a cidade inteira foi para rua... tinha vigota e caibo lá dentro da ferroviária lá... não feriu ninguém... caiu numas casas, mas não machucou ninguém... foi só o susto. Era pouca gente na época em 39 (Mortari Júnior, 2024).

Contudo, há divergências em relação à data dessa explosão: primeiro, pela fotografia do álbum de 1941 (em que ainda se vê a chaminé de metal); além disso, no livro de Schwartz, há indicações de que a explosão teria sido no final do ano de 1941 (Schwartz, 2022, p. 53) ou começo de 1942 (Schwartz, 2022, p. 50). Também relatos do arquiteto e urbanista João Baptista Bortolotti apontam uma data diferente: ele contou, em troca de mensagens com os autores, que a construção da nova chaminé da Serraria teria ocorrido em 1942 (Bortolotti, 2024) — e não parece plausível que a Serraria tenha permanecido sem a chaminé por dois anos. Ademais, Bortolotti relata em seu livro que se mudou com a família para Londrina em 1941, pois seu pai viera trabalhar na Cerâmica Mortari, e narra um episódio de explosão:

“

Certa noite, aconteceu uma grande explosão na serraria. Era a caldeira que ia para os ares. Pedacos de ferro voaram por todos os lados. Lembro-me que a tampa da caldeira foi parar perto da minha casa. Não houve feridos. Felizmente, somente o vigia noturno estava na serraria naquele momento. Essas explosões aconteciam com frequência, uma vez que a maioria das indústrias utilizava caldeiras para impulsionar suas máquinas. A fonte de energia era obtida através da queima da madeira, muito abundante na época, já que a energia elétrica ainda não era comumente utilizada (Bortolotti, 2007, p. 20).

Outras fotos tornam o contexto da mudança das chaminés ainda mais complexo. Uma delas, mostra uma vista com a chaminé de metal ao centro, e no primeiro plano já se podem observar os telhados da Cerâmica, na quadra ao lado [Fig. 7]. Considerando a altura em que foi tirada a foto, o fotógrafo estava posicionado, provavelmente, em uma das chaminés da Cerâmica.

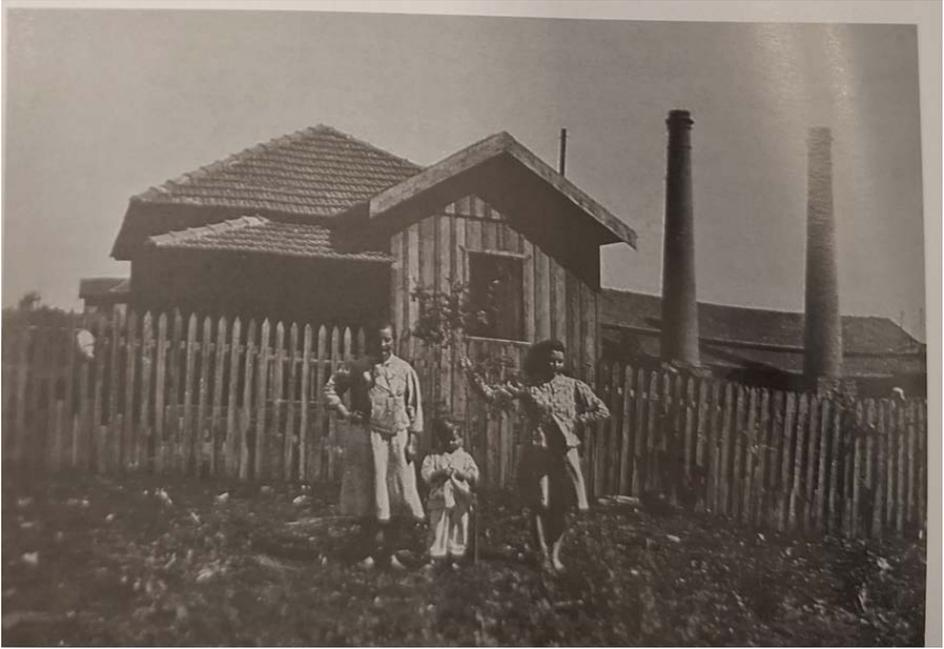
Figura 7 - Chaminé de metal, vista do telhado da Cerâmica



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Outra foto, datada como de 1942 por Bortolotti (2007, p. 22), mostra a frente de sua casa; ao fundo, duas grandes chaminés da Cerâmica e uma terceira estrutura, que não sabemos ser a chaminé de metal da Serraria, ou outra espécie de instalação [Fig. 8].

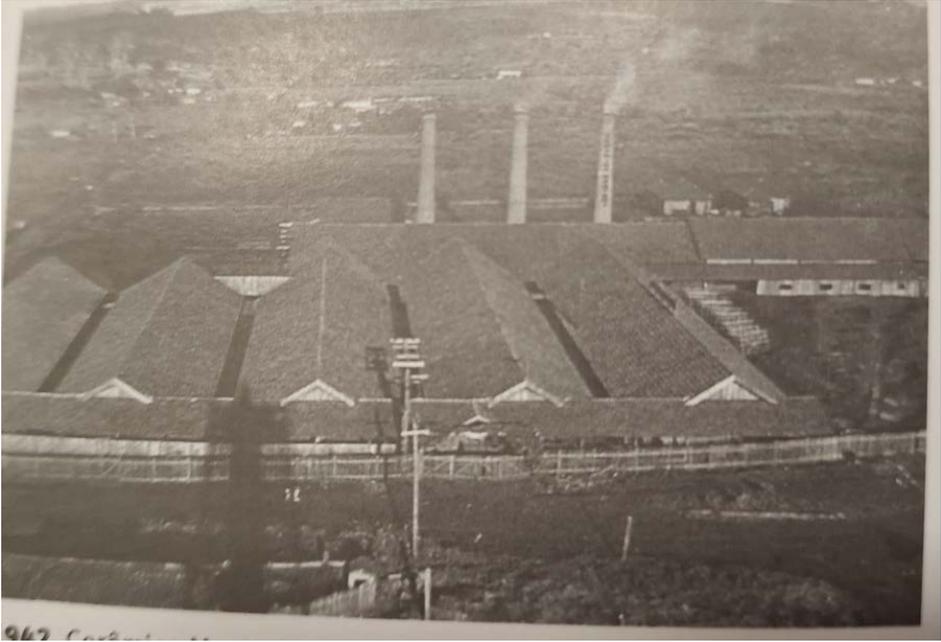
Figura 8 - Família Bortolotti



Fonte: Bortolotti (2007, p. 21).

Uma segunda foto, também identificada como sendo de 1942, mostra uma vista de três chaminés da Cerâmica em um registro feito possivelmente a partir da estrutura de construção da Chaminé da Serraria, considerando a altura da imagem e o reflexo da sombra projetada nos telhados em primeiro plano [Fig. 9].

Figura 9 - Vista das chaminés da Cerâmica Mortari



Fonte: Bortolotti (2007, p. 21).

Isso implica, primeiramente, que a Chaminé objeto deste estudo não foi a primeira a ser construída nas Indústrias Mortari. Além disso, há dúvida quanto à data de início da Cerâmica Mortari: quando da fundação, a decisão de diversificar os negócios foi impulsionada pela crescente demanda por casas de alvenaria na cidade, vislumbrando uma oportunidade estratégica para ampliar os lucros, com a produção de tijolos e telhas. Em entrevista, Leonel Mortari menciona que a Cerâmica Mortari foi a primeira do ramo em Londrina, uma vez que, até então, materiais como tijolos e telhas precisavam ser trazidos do estado de São Paulo, o que encarecia o custo de construção local (Mortari, 1995, p. 13).

Boni, Unfried e Bennato estipulam o início da Cerâmica entre 1943 e 1944:

“

No início da década de 40, além das dificuldades econômicas que o conflito mundial causava, Amadeu Mortari se preocupava com duas situações locais: a diminuição da oferta de madeira de lei e o crescente número de construções de alvenaria. Diante disso, achou por bem diversificar suas atividades e, ao longo de 1943 e 1944, planejou, construiu, equipou e iniciou as atividades de um novo negócio: uma cerâmica (Boni; Unfried; Bennato, 2013, 2013, p. 99).

No entanto, no *Álbum* de 1941, conforme citado acima, a Cerâmica já era mencionada (Yamaki, 2008, p. 46), confirmando sua existência anterior. Além disso, o técnico em cerâmica Luiz Bortolotto, chegou a Londrina em 1941, para ser gerente das instalações da Cerâmica, atestando sua existência já no início de 1941. Luiz Bortolotto era pai de Bortolotti, que assim narra:



As altas chaminés das cerâmicas e das serrarias transformaram a paisagem agrícola de Londrina em uma paisagem industrial. Londrina sustentava um parque fabril de materiais para sua própria construção.

Numa quadra acima da cerâmica funcionava a Serraria Mortari, onde havia um grande depósito de toras de madeira junto à linha férrea. Todos os dias ao amanhecer ouviam-se os apitos das serrarias, alertando aos funcionários que já era hora de trabalhar (Bortolotti, 2007, p. 15).

As fotos que se observam acima são, portanto, do início da Cerâmica Mortari. Sendo elas uma visão da chaminé de metal e um vestígio da construção da Chaminé de tijolos, confirmam que a destruição e a edificação da nova estrutura são posteriores ao início da construção da Cerâmica. Isso torna, então, ainda mais desafiadora a confirmação da data exata da explosão. O único relato de um adulto presente no dia da explosão foi o de Leonel Mortari, que afirmou ter sido em 1939, data reforçada por seus netos, e parece ser a mais plausível. Contudo, as imprecisões relativas aos outros documentos, em especial as fotos e os relatos de Bortolotti, podem deslocar um pouco mais o ocorrido ou ainda indicar que a construção da Cerâmica foi anterior ao que se considerou até o momento. Segundo Mortari (2024), o empreendimento teria iniciado suas atividades em 1942, e seria plausível que parte de sua estrutura tivesse começado a ser construída em anos anteriores.

Como o acidente da explosão ocorreu antes do início do expediente, uma catástrofe de maiores dimensões foi evitada, gerando somente danos materiais. Os danos materiais só não foram maiores porque, segundo Mortari (2024), chovia no momento da explosão, impedindo que toda a estrutura de madeira fosse rapidamente incinerada. Talvez por esse motivo, o jornal da época em Londrina, *Paraná Norte*, não noticiara nenhuma explosão, nem no final de 1939 nem nos anos de 1940 ou 1941, dificultando a confirmação da data da explosão, também por documentos jornalísticos.

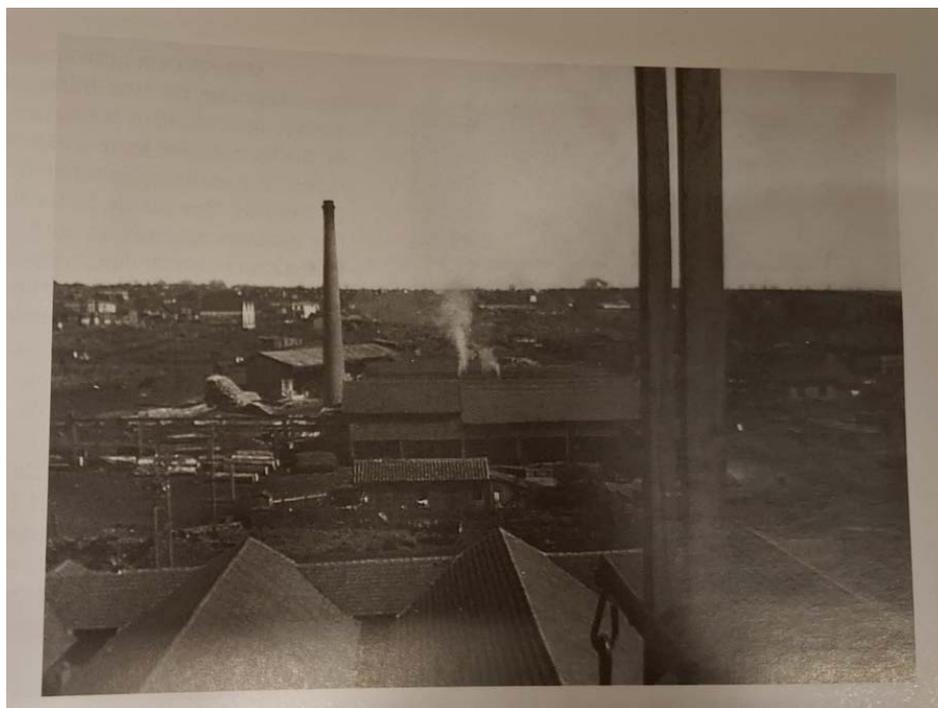
É possível que a explosão relatada por Bortolotti tenha sido um acidente de menor proporção, diferente daquele da destruição da caldeira. Entretanto, também pode ter havido algum lapso de memória, pois, segundo Amadeu

Antônio Mortari, ele se lembra de uma história contada pessoalmente por Bortolotti em que a tampa da caldeira foi encontrada perto da casa deste, muitos anos depois da explosão, próximo ao ano de 1943 (Mortari, 2024).

Outra possibilidade defendida por Mortari (2024) seria que a explosão de 1939 teria apenas destruído a caldeira e parte da estrutura de madeira, e não a chaminé metálica. Sendo assim, após o fato, a nova caldeira ainda funcionou por algum tempo com a antiga chaminé metálica, até que se terminasse a construção da nova estrutura em alvenaria. Essa possibilidade soluciona as divergências das datações das imagens que mostram ambas as chaminés (metálica e de cerâmica) no início da década de 1940.

Outras fotos, também datadas de 1942 por Bortolotti (2007, p. 21), mostram a Chaminé da Serraria em funcionamento [Fig. 10], e uma vista da estação ferroviária feita possivelmente de cima da Chaminé, devido à altura do enquadramento [Fig. 11].

Figura 10 - Vista da Chaminé



Fonte: Bortolotti (2007, p. 21).

Figura 11 - Vista do pátio ferroviário, imagem feita de cima da Chaminé

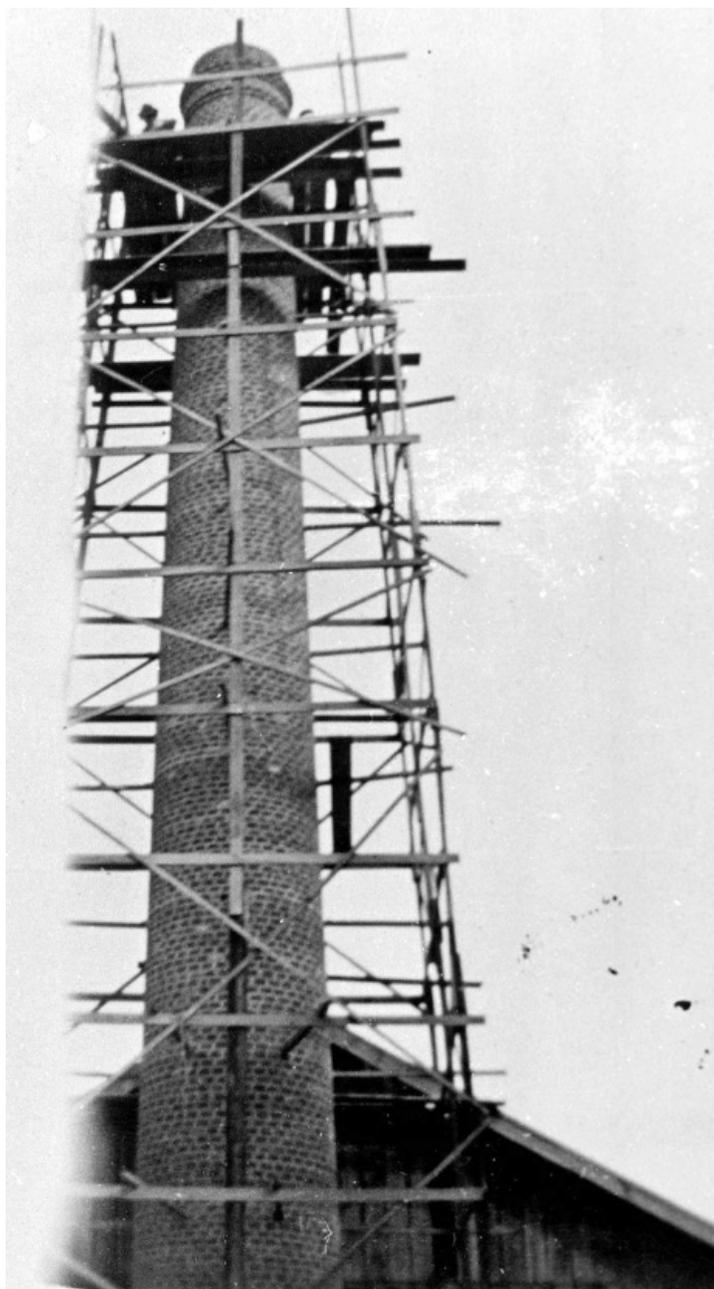


Fonte: Bortolotti (2007, p. 21).

Durante a entrevista com Leonel Mortari, sua filha Elenice Mortari Dequêch informou que a nova Chaminé foi construída a partir de 17 de novembro de 1939, por um pedreiro da cidade de Tambaú (Mortari, 1995, p. 16). Também Amadeu Antônio Mortari relatou que a construção durou poucos meses, e que seu avô teria trazido a Londrina um construtor especializado para a empreitada. Entretanto, informou que a estrutura teria sido construída algum tempo depois da explosão, e não em 1939 (Mortari, 2024).

Em uma foto sob guarda do MHL, observa-se uma chaminé em fase final de construção [Fig. 12]. É possível que seja o bem aqui estudado, inclusive pela sombra vista na foto anteriormente citada (ver Fig. 11). Essa informação é confirmada por Amadeu Antônio Mortari (2024; Schwartz, 2022, 59).

Figura 12 - Fase final da construção de uma chaminé das Indústrias Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Segundo a lembrança de Gilseno Mortari Júnior, depois da explosão, seu avô Amadeu contava que mandou os funcionários de sua fazenda, localizada na região rural de Londrina, começarem a produzir mais tijolos na olaria lá existente, a fim de erguer uma nova chaminé:



Foi fabricação própria... isso aí foi feito na fazenda nossa... Piratininga... tinha olaria lá... era um forno só e três pessoas batendo tijolo o dia inteiro... aí entrava no forninho para fazer ele queimar... e os caminhões traziam pra cá para fazer (Mortari Júnior, 2024).

Contudo, Leonel Mortari afirma que a fazenda só foi comprada em 1943. Segundo ele, foram cerca de quinhentos alqueires de terra próximos à região de Irerê, distrito de Londrina, que, de fato, possuía uma olaria, e diversas casas para colonos, tulhas, e era dedicada à cafeicultura (Mortari, 1995, p. 23). A propriedade contava também com recursos não tão acessíveis na época, como telefone para comunicação interna e energia elétrica, fornecidos por uma usina construída pela família em um açude do terreno. Segundo Leonel, os colonos tinham acesso a uma escola na propriedade e recebiam leite sem custos. Ele estima que mais de cem pessoas estavam estabelecidas no local (Mortari, 1995, p. 24).

Não foi possível confirmar se a olaria da fazenda já existia antes da aquisição dos alqueires narrados por Leonel ou se houve algum engano em relação à data, ficando incerto se os tijolos usados na construção da Chaminé realmente vieram da região rural de Londrina, como afirmou Júnior. Amadeu Antônio Mortari contesta essa versão, indicando que seu avô teria encomendado tijolos especiais para essa nova Chaminé, trazidos da cidade de Leme (Mortari, 2024), isto é, não foram utilizados tijolos de fabricação própria.

Durante pesquisa de campo, em 2024, foi encontrado ao lado da Chaminé um tijolo com as iniciais “CM”, possível vestígio da iniciada demolição [Fig. 13]. As iniciais “CM”, que significavam “Cerâmica Mortari”, segundo Amadeu Antônio Mortari, confirmam que o tijolo é uma produção da olaria da fazenda Piratininga, contudo, é plausível que seja remanescente de um dos prédios demolidos e não necessariamente da Chaminé.

Figura 13 - Tijolo encontrado no entorno da Chaminé,
em 22 de outubro de 2024



Fonte: Autores (2024).

No início da década de 1940, com a construção de uma nova Chaminé e a expansão com a abertura da Cerâmica Mortari, a área onde as Indústrias Mortari se estabeleceram pode ser considerada o começo de um espaço industrial da cidade, trazendo novos trabalhadores para Londrina, e diversificando ainda mais a economia do município. Isso determina o desenvolvimento de Londrina.

É preciso lembrar que, naquele momento, o mundo passava por um conflito global, e a recém-estabelecida indústria de Londrina teve sua participação na Segunda Guerra Mundial (1939–1945), para além dos boatos relacionados à explosão da chaminé. Leonel Mortari relata que a Serraria exportou grandes quantidades de madeira para a Europa, destinadas à construção de barcaças para as forças Aliadas (Mortari, 1995, p. 12). Segundo Boni, Unfried e Bennato:



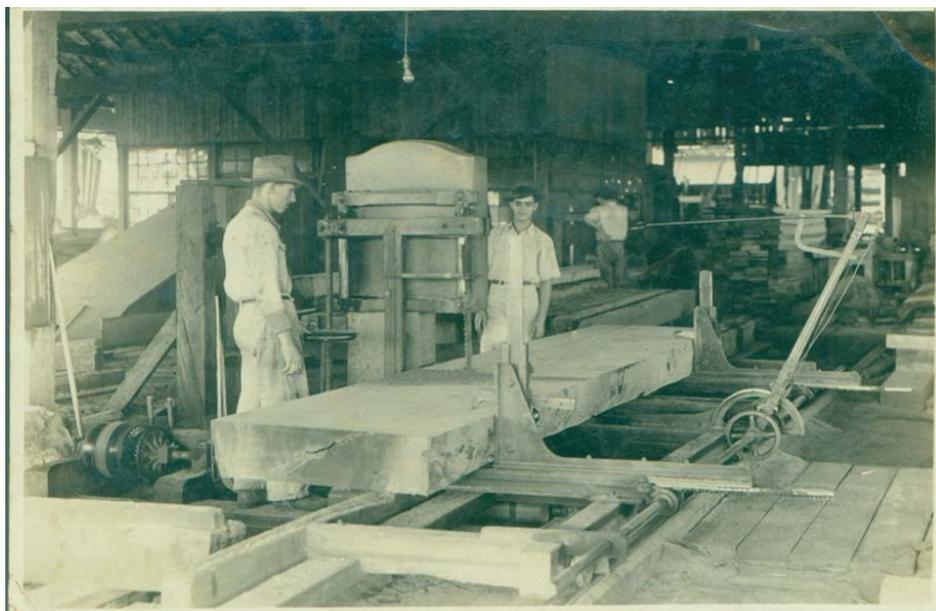
A Segunda Guerra Mundial lhe trouxe dificuldades e facilidades. Por um lado, tornou escasso o abastecimento de combustível para máquinas e caminhões; por outro, no entanto, abriu as portas para a exportação de pranchas de madeira para a França, onde eram usadas na construção de barcas, e de vigas de peroba rosa para a Inglaterra, que também aplicava esse material na indústria naval (Boni; Unfried; Bennato, 2013, p. 90).

Segundo Gilveno Mortari Júnior, nessa época seu avô procurou expandir as atividades para englobar vários tipos de serviço e, junto da Serraria e da Cerâmica, mantinha também uma Pedreira, mas que logo foi vendida (Mortari Júnior, 2024). A Serraria e a Cerâmica também tinham um papel essencial no fornecimento de materiais de construção para a Predial Construtora, empresa fundada pelos Mortari na década de 1940. A família já possuía experiência no setor de construção civil, tendo anteriormente uma construtora em Matão, antes de se estabelecerem em Londrina. Embora a Construtora tenha atuado por apenas oito anos na cidade, Leonel Mortari afirma que a empresa realizou diversas edificações, incluindo armazéns e casas de alvenaria (Mortari, 1995, p. 21). Entre essas construções, um dos destaques foi o edifício que abrigou a Casa Fuganti (Mortari, 1995, p. 22), onde atualmente funciona o Banco Sicoob, localizado na avenida Paraná, 646, no Calçadão de Londrina, esquina com a alameda Manoel Ribas.

Assim, com o estabelecimento das Indústrias Mortari, impulsionado pelo sucesso do empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná, que atraiu centenas de famílias e gerou uma crescente demanda por residências, surgiram muitas oportunidades de serviços e de vagas de trabalho. O aumento das construções fez crescer também a necessidade de mão de obra para compor a linha de produção das Indústrias. Segundo Boni, Unfried e Bennato (2013, p. 90): “Em seu período áureo, depois da Segunda Guerra Mundial, a serraria chegou a contar com mais de 60 funcionários”.

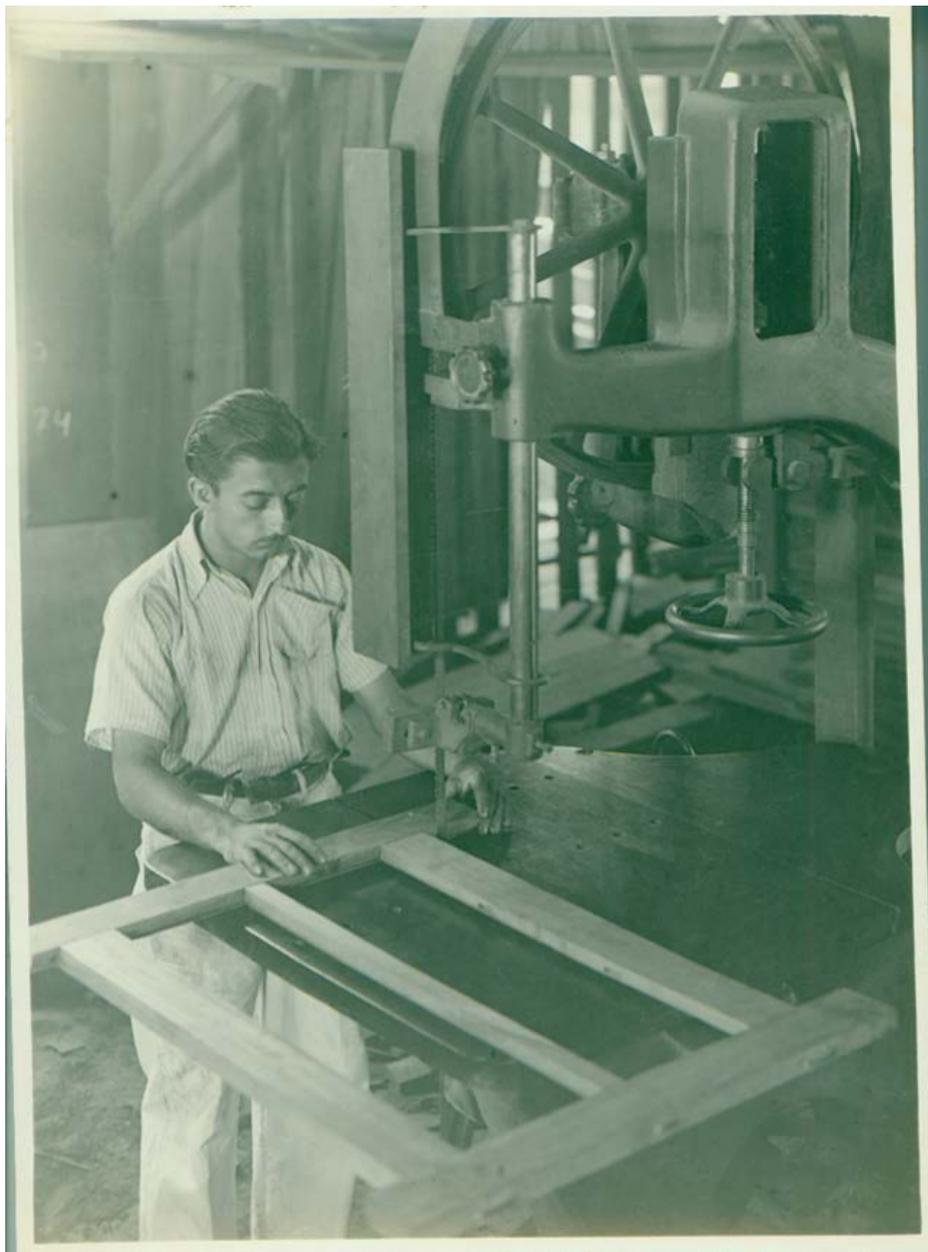
É preciso destacar que muitos desses funcionários eram mão de obra especializada, pois os equipamentos empregados no beneficiamento da madeira na Serraria e a produção na Cerâmica, além de serem complexos na utilização, poderiam ser um risco para a integridade física dos trabalhadores, por serem objetos afiados [Fig. 14 e 15] ou que funcionavam em altas temperaturas, como as caldeiras das chaminés.

Figura 14 – Trabalhadores da Serraria Mortari operando uma serra



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Figura 15 – Trabalhador da Serraria Mortari operando uma serra



Fonte: Acervo do MHL (2024).

É possível observar em ambas as imagens acima a necessidade de precisão dos trabalhadores com as peças de madeira. Gilseno Mortari Júnior conta que seu pai, Gilseno Mortari, não autorizava os filhos a trabalharem na Serraria, pois os equipamentos eram muito perigosos. Contudo, ainda crianças, ele e os primos brincavam em meio às serras, desafiando a ordem dada, a fim de evidenciar que tinham coragem de passar nos espaços das máquinas afiadas (Mortari Júnior, 2024). Também Elenice Mortari Dequêch contou, quando da entrevista com Amadeu Antônio Mortari, que era proibido às meninas irem às Indústrias, no entanto, ela e as primas fugiam dos olhos dos adultos para brincarem com os primos (Mortari, 2024).

Em meio a um cenário que misturou atividades familiares e profissionais especialistas, algumas figuras de destaque na história de Londrina também tiveram passagens profissionais pela Serraria Mortari durante seus anos iniciais. Entre elas está Domingos Casoni, que se estabeleceu na cidade em 1936, atuando inicialmente como carreteiro e, posteriormente, como trabalhador na Serraria (Casoni, 1999). Mais tarde, a chácara adquirida por Casoni foi loteada, dando origem ao bairro conhecido como vila Casoni. Outro nome relevante é Hélio Solci, que começou como ajudante de seu pai na Serraria Mortari (Solci, 1999). Após, desempenhou um papel importante na Companhia de Habitação de Londrina (COHAB) durante a expansão dos conjuntos habitacionais. Também merece destaque Francisco de Arruda Leite, natural de Matão, cidade onde Amadeu Mortari teve sua antiga serraria. Em entrevista, Francisco menciona ter chegado a Londrina em 1939, trazido pelo próprio Amadeu Mortari para trabalhar na Serraria (Leite, 2000).

A presença de todos os empreendimentos da família Mortari em Londrina lhes rendeu grande influência, sendo reconhecidos como alguns dos responsáveis pelo progresso e crescimento explosivo que o município presenciou. Segundo Gilseno Mortari Júnior, era comum que visitantes da cidade fossem levados para conhecerem as instalações das Indústrias Mortari (Mortari Júnior, 2024). Fotos mostram uma visita do interventor federal, em maio de 1946 [Fig. 16].

Figura 16 - Visita do interventor, maio de 1946



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Em uma reportagem publicada no jornal *Folha de Londrina* em 30 de agosto de 1953, o jornalista Jorge Palma apresenta as ações de Amadeu Mortari e de seus empreendimentos, ressaltando a organização das empresas e a alta qualidade dos produtos [Fig. 17].

A reportagem inicia-se com o seguinte trecho:

“

O roteiro que um homem se impôs cumprir, foi por ele mesmo ultrapassado em seus desígnios. Em espaço de tempo verdadeiramente miraculoso – hoje, passados apenas desessete (*sic*) anos, daquele propósito, sobrepassa-se como um exemplo a ser seguido, a atividade de um progressista – o que representa em nossos dias o nome Mortari. No cômputo das realizações (*sic*) que fizeram de Londrina esse impressionante poderio econômico que testemunhamos – o quanto podem a tenacidade e os esforços bem dirigidos de um homem, orientados por uma vontade firme e inabalável de vencer – a solidez de uma organização, que teve a orientá-la apenas, o dinamismo de uma coragem e a determinação de um propósito único: fazer progresso! (Palma, 1953, p. 4).

A associação entre os Mortari e a ideia de progresso em Londrina, observada na reportagem, indica a importância das Indústrias Mortari naquele contexto. A maneira com que Amadeu foi abordado na matéria apresenta a visão que havia dele naquele momento de crescimento do município. A reportagem também exaltou as Indústrias Mortari de maneira a evidenciar sua alta produtividade, como no caso em que escreve:

“

Na Cerâmica Mortari, fomos encontrar um dos mais brilhantes atestados da capacidade criadora da família Mortari. O espírito de organização (*sic*) que se observa nos mínimos cometimentos a que esteja ligado o nome Mortari, preside naquele setor, desde à porta de entrada até ao menor detalhe da poderosa indústria. Por entre a movimentação da fábrica, cuja produção mensal de telhas sobe a duzentas mil, entre as três diferentes classificações [...] (Palma, 1953, p. 4).

Ao longo do texto jornalístico, nota-se uma ênfase constante na “organização” das Indústrias Mortari e na “capacidade criadora” de Amadeu Mortari, reforçando a intenção do jornalista de atribuir grandeza ao empreendimento, como é possível observar neste outro trecho:

“

Graças a um perfeito sistema de organização (*sic*), o enorme movimento concebido e criado por Amadeu Mortari (no qual é proporcionado trabalho a mais de 400 famílias), pode ser controlado de tal maneira, que a qualquer momento torna-se possível aos seus dirigentes realizar as mais diferentes verificações estatísticas, ou dar com a mínima dissonância mas bem ajustadas peças do seu complexo organismo (Palma, 1953, p. 4).

A informação de que as Indústrias Mortari estariam proporcionando trabalho a mais de quatrocentas famílias — entre Serraria, Cerâmica, Construtora e Fazenda — demonstra mais uma vez a extensa influência exercida pela família Mortari na cidade de Londrina, a partir de seu empreendimento. Contudo, após algumas décadas de crescimento, as Indústrias Mortari começaram a ter dificuldades. Segundo Boni, Unfried e Bennato, as atividades foram encerradas entre 1967 e 1968:



Com o fim da abundância de madeira na região, as constantes mudanças no cenário econômico nacional e a instalação de novas serrarias, especializadas em beneficiamento de pinus, a Serraria Mortari perdeu o brilho e a importância de outrora e fechou as portas entre 1967 e 1968. Amadeu Mortari vendeu as máquinas e alugou os barracões (Boni; Unfried; Bennato, 2013, p. 90).

Gilseno Mortari Júnior também conta que, antes do seu casamento, em 1974, a Serraria já tinha sido fechada pelo seu avô, mas que seu pai mantinha ainda alguns serviços de marcenaria. A Cerâmica contava com poucos funcionários, e durante o governo do prefeito Antônio Belinati (1977–1982) houve um desentendimento sobre as taxas relativas ao uso de barro e madeira, que encareceram por completo a produção e inviabilizaram a continuidade do funcionamento da Indústria (Mortari Júnior, 2024). Amadeu Antônio Mortari, que na época já administrava os aluguéis dos antigos barracões da Serraria Mortari, não se lembra de questões relativas a impostos e taxas, porém narra que o fim das Indústrias, assim como acontecera em Matão, estava ligado ao fim da matéria-prima (Mortari, 2024).

Assim, em meados da década de 1970, Amadeu Mortari decidiu fechar por completo as Indústrias Mortari. Segundo Boni, Unfried e Bennato (2013, p. 100): “Os fornos foram sendo gradualmente desativados a partir de 1975, até que a cerâmica encerrou as atividades em 1980”. Gilseno Mortari Júnior contou que seu avô e tios mandaram derrubar as chaminés restantes, mas que houve dificuldades, visto que três ou quatro delas caíram na rua, causando estragos no entorno. Devido a isso, optou-se por não demolir a antiga Chaminé da Serraria, pois ao seu redor havia muitos barracões, na época alugados para uma máquina beneficiadora de café (Mortari Júnior, 2024).

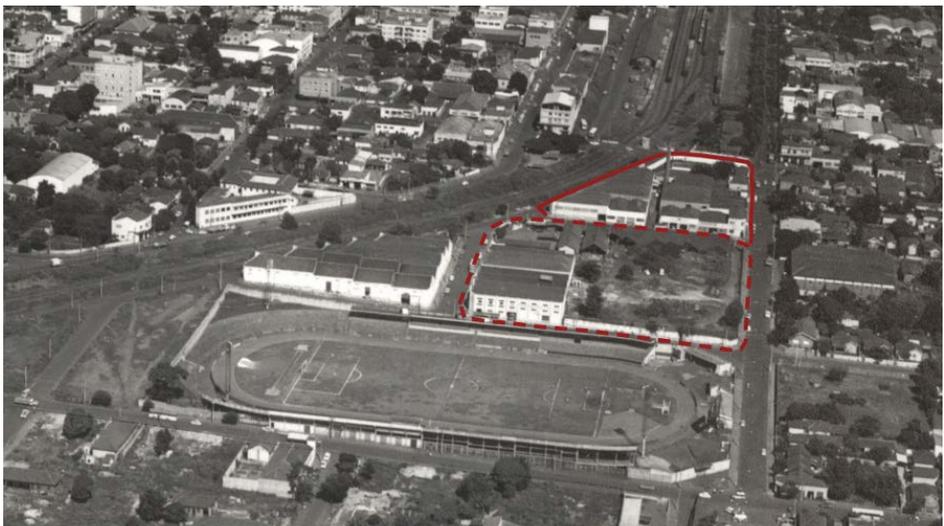
Na aerofotografia de 1970, ainda é possível ver cinco das chaminés da Cerâmica [Fig. 18], mas em fotos aéreas datadas da década de 1970, as chaminés da Cerâmica não estão mais lá [Fig. 19 e 20].

Figura 18 - Aerofoto de 1970



Fonte: IPPUL (2024).

Figura 19 - Vista aérea, [197-]



-  SERRARIA MORTARI
-  CERÂMICA MORTARI

Fonte: Acervo do MHL. Coleção PML (2024), modificada pelos autores (2024).

Figura 20 - Vista aérea, [197-]



 CERÂMICA MORTARI

Fonte: Acervo do MHL. Coleção PML (2024), modificada pelos autores (2024).

Ocorre assim o final do funcionamento das Indústrias Mortari em Londrina. Com o crescimento da cidade e a diversificação das produções industriais, o espaço ocupado pela Serraria e pela Cerâmica não mais está integrado ao campo industrial da cidade. Na paisagem, a Chaminé da Serraria, desativada já há alguns anos, perde também a companhia das outras chaminés da Cerâmica. Restam, dessa forma, apenas uma Chaminé e alguns poucos barracões para lembrar o que antes fora um importante espaço que testemunhou o desenvolvimento de Londrina.

2.2 Transformação das Indústrias Mortari em espaço de memória

Passados alguns anos do fechamento das Indústrias Mortari, o espaço começou a ser dividido pelos herdeiros. No ano de 1991, consta documentação dessa primeira divisão no Cadastro Imobiliário do Município de Londrina, em que passaram a ser proprietários dos dois terrenos Leonel Mortari e outros — provavelmente os filhos de Amadeu (Cadastro, 1991). Houve divisões dos lotes e a demolição de parte das estruturas, entre elas, alguns dos barracões. O que antes era parte integrante do setor industrial de Londrina começa a se apresentar como um espaço de memória da indústria.

Cabe lembrar aqui o conceito de **lugar de memória**, formulado por Pierre Nora (1993), referente a espaços, objetos ou práticas que servem como marcadores da memória coletiva de um grupo ou nação. Nora argumenta que eles surgem em resposta a uma crise da memória vivida pelas sociedades modernas, marcadas pela aceleração do tempo e pela fragmentação das experiências. Com o desaparecimento das “memórias vivas” — aquelas transmitidas diretamente de geração em geração —, os lugares de memória se tornam substitutos, congelando aspectos do passado para preservar uma identidade cultural ou histórica. Esses espaços não são neutros, carregam significados políticos e culturais que refletem escolhas e exclusões sobre o que deve ser lembrado ou esquecido.

Amadeu Mortari faleceu em 13 de março de 1987, de acordo com Widson Schwartz (2022, p. 87), devido a um enfarte, poucos dias antes de completar 94 anos. Após seu falecimento, Boni, Unfried e Benatto (2013, p. 100) afirmam que “para homenageá-lo, seu nome foi emprestado a uma pequena rua, ao lado da atual Estação Rodoviária, próxima ao local onde trabalhou por mais de quarenta anos” [Fig. 21].

Figura 21 - Localização da rua Amadeu Mortari



Fonte: Autores (2024).

Ainda da década de 1990, segundo Amadeu Antônio Mortari, houve uma tentativa de tornar o espaço da Chaminé, juntamente com a rua interna que a conectava à rua Rio Grande do Sul, como uma área de utilidade pública, devido ao seu valor patrimonial. Contudo, em razão de dificuldades de articulação política, não se deu continuidade ao projeto (Mortari, 2024).

No final da década de 1990, o antigo terreno, pertencente à Cerâmica Mortari, foi vendido para a empresa curitibana Condor, com o intuito de construir o primeiro hipermercado dessa rede, em Londrina. De acordo com reportagens da *Folha de Londrina* (Lopes, 2000a; 2000b), o lote teria sido adquirido no ano de 1999, e a edificação foi planejada e executada no início do ano seguinte. A jornalista Cláudia Lopes (2000a) descreve que “o terreno onde o hipermercado está sendo construído, ao lado do estádio do futebol Vitorino Gonçalves Dias (VGD), foi comprado pela rede da família Mortari [...]”, cuja aquisição custou, à época, um milhão de reais.

Como forma de reconhecimento histórico pela Indústria ali outrora instalada, o projeto do supermercado, inaugurado no ano 2000, preservou a estrutura do portal da Cerâmica Mortari, que, por um período, funcionou como entrada para pedestres do Condor [Fig. 22]. Segundo Mortari (2024), houve uma solicitação da família quando da venda do terreno para que o portal fosse preservado, que foi prontamente atendida pelos responsáveis.

Figura 22 - Entrada inicial de pedestres do hipermercado Condor



Fonte: Condor (2024).

Entretanto, a entrada foi alterada, sendo bloqueada após a revitalização do mercado, no segundo semestre de 2012 [Fig. 23] (Reinauguração, 2012).

Figura 23 - Entrada bloqueada após revitalização



Fonte: Google Maps (2012).

No momento de estabelecimento do Condor na região, foi também o período em que as primeiras Fichas de Inventários, relacionadas às Indústrias Mortari, começaram a ser realizadas. O levantamento mais antigo foi efetuado por Humberto Yamaki entre 1999 e 2000, tendo enfoque nos portais tanto da Cerâmica quanto da Serraria, categorizados no período como fragmento urbano e testemunho do desenvolvimento da cidade (Siglon, P10).

Posteriormente, em 2006, outros estudos foram realizados para a preservação dos barracões localizados na rua Acre, descritos por Elisa Zanon, Denise Lezo e Rodrigo Kamimura, como “conjunto industrial nas primeiras décadas da cidade”, ressaltando os resquícios deixados pela indústria londrinense (Siglon, E111; E112).

Por fim, o levantamento realizado por Keila Rex, em 2003, teve como objeto de análise a Serraria Mortari, considerando como área de relevância patrimonial e histórica a quadra englobando os barracões e a chaminé também reafirmando o conjunto como “importante fragmento

urbano”, dada a modificação da área após a demolição da Cerâmica Mortari (Siglon, E82). Esse estudo foi atualizado entre 2023 e 2024.

Além dos inventários realizados, demonstrando o valor histórico-material das Indústrias Mortari para a cidade de Londrina, a relevância da família também é aparente nas vitrines do Museu Histórico de Londrina [Fig. 24, 25 e 26].

Figura 24 - Vitrines do MHL homenageando as Indústrias e Amadeu Mortari



Fonte: Autores (2024).

Figura 25 - Vitrine do MHL em homenagem à Serraria Mortari



Fonte: Autores (2024).

Figura 26 - Vitrine do MHL em homenagem a Amadeu Mortari e suas Indústrias



Fonte: Autores (2024).

As vitrines foram construídas após a revitalização do Museu, reaberto em 2000, como homenagem a algumas famílias que compuseram os primeiros anos de formação e contribuíram com o desenvolvimento do município. De acordo com o historiador Edson José Holtz Leme (2013), em 1997, diversas estratégias foram utilizadas para “viabilizar todas as obras do museu”, buscando doações entre empresas, instituições e famílias da cidade. Dentre esses projetos, a então diretora do Museu, Conceição Geraldo, e a conselheira da Sociedade Amigos do Museu, Elenice Mortari Dequêch, elaboraram ofícios destinados a famílias influentes de Londrina, sendo que Leme destacou os seguintes trechos similares entre esses documentos:

“

Prezada Senhora: O “Projeto Memória Viva de revitalização dos espaços internos e externos do Museu” criado pela Sociedade Amigos do Museu e Colégio Máxi como o apoio da Universidade Estadual de Londrina, Prefeitura Municipal de Londrina e a

participação da iniciativa privada encontra-se em fase adiantada de execução e visa, além da reordenação do espaço físico para a exposição de todo o acervo, o resgate da história das famílias de pioneiros que enfrentaram todas as adversidades dos primeiros tempos da colonização e direcionaram suas atividades em prol do progresso da cidade que ajudaram a construir. Dentre estas várias famílias, a família [...] se destaca pelos relevantes serviços [...] prestados à comunidade londrinense e regional. Sendo assim, vimos pelo presente convidar Vossa Senhoria e seus ilustríssimos Irmãos a participarem do “Memória Viva patrocinando a [...] deixando em aberto para negociação o que poderemos oferecer, em contrapartida. Colocando-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer outros esclarecimentos, externamos nossos votos de estima e consideração (Leme, 2013, p. 234).

Frutos do patrocínio dessas famílias e da viabilização para contratações de profissionais para a revitalização, foram criados, como contrapartida, os espaços de homenagem. A respeito da área dedicada à família Mortari, “segundo Elenice Mortari, este cenário foi o último a ser feito devido à dificuldade de se conseguir mais patrocinadores”. Em entrevista para Leme, Elenice Mortari acrescentou:



Tanto que a gente não conseguiu para a última varanda do Museu a gente não conseguia mais patrocínio. Nós fizemos. A família Mortari, não porque é a minha família, porque eu não gostaria de ter feito. Porque a gente nunca acha que você deva participar na História. Mas aí os pioneiros, a própria ASAM e o Museu, a dona Conceição insistiram para que nós fechássemos aquele último espaço. Estão foi feito em nome do meu avô, Mortari (Leme, 2013, p. 245).

Como observado, os espaços de homenagem à família Mortari enfatizam a figura de Amadeu Mortari, bem como de suas indústrias, exibindo vestígios dos materiais utilizados e produzidos pela Serraria e pela Cerâmica. Estas foram ilustradas com imagens do período e divididas entre um espaço da Serraria, em que se observa o trabalhador simulando a maneira como a madeira era serrada, e um espaço da Cerâmica, com um painel que apresenta a vista aérea das Indústrias e de outros materiais, como telhas e tijolos. Desse modo é que ficou registrado o papel das Indústrias Mortari no seu impacto no desenvolvimento, principalmente urbano, da cidade de Londrina.

Tanto o portal preservado da Cerâmica como os levantamentos feitos para compor as Fichas de Inventários, bem como o cuidado com a catalogação e a exposição em homenagem às Indústrias feitas para o MHL, ainda que distintos, demonstram um processo de interesse em preservar a memória desse empreendimento industrial, marcando sua importância na cidade. Ainda assim, seu uso não foi descartado, e a

quadra com a Chaminé e alguns galpões remanescentes da Serraria permaneceram ocupados por lojas comerciais.

Imagens de 2011, do Google Street View, mostram a Chaminé em meio aos galpões, onde funcionava uma loja de pneus [Fig. 27]. No ano seguinte, o comércio muda de nome, mas continua no mesmo ramo de venda de acessórios automotivos [Fig. 28], permanecendo como tal até 2021 [Fig. 29].

Figura 27 - Chaminé em meio a lojas, 2011



Fonte: Google Street View (2024).

Figura 28 - Chaminé em meio a lojas, 2012



Fonte: Google Street View (2024).

Figura 29 - Chaminé em meio a lojas, 2021



Fonte: Google Street View (2024).

Não foi possível determinar a data do fechamento do comércio instalado nesse espaço, mas o terreno foi perdendo os galpões e, mesmo cercado, tornou-se um local de pouca segurança [Fig. 30]. Um comerciante da região disse em uma reportagem da *Folha de Londrina* que: “nos últimos anos, [o local] se tornou um mocó. Segundo ele, as construções já não tinham mais telhado por conta da ação de ladrões que entraram para roubar a fiação” (Sabbadini, 2024).

Figura 30 - Pátio vazio com a Chaminé ao fundo



Fonte: Chaminé será demolida [...] (2024).

No dia 21 de fevereiro de 2024, o programa Meio Dia Paraná, da RPC Londrina, exibiu uma reportagem sobre a demolição da Chaminé, localizada no terreno da antiga Serraria Mortari [Fig. 31]. A matéria apresentou imagens do canteiro de obras, mostrando máquinas demolindo os antigos galpões da Serraria. Foi informado que, após a demolição, o local daria lugar a uma farmácia. Também se destacou a preocupação de moradores da região, que questionavam o destino do espaço e manifestavam inquietação sobre a demolição (Chaminé será [...], 2024).

Figura 31 - Vista do canteiro de obras, em 21 de fevereiro de 2024



Fonte: Chaminé será [...] (2024).

Outra reportagem, publicada no *site* da TV Tarobá de Londrina, em 22 de fevereiro de 2024, também chama a atenção para o caso da Chaminé e detalha que a empresa adquirente do terreno optou pela demolição devido à incompatibilidade com o *layout* da farmácia que ali se estabeleceria. Nesse sentido, até o momento em que ambas as reportagens foram ao ar, a demolição da Chaminé era dada como certa (Chaminé construída [...], 2024).

A repercussão das matérias mencionadas e de outras que ainda circularam nas redes sociais gerou uma comoção na população da região. Muitas pessoas se opuseram à demolição da Chaminé e solicitaram a preservação, visto que, para eles, uma parte da história da cidade seria apagada a partir daquele ato.

Em 26 de fevereiro de 2024, cinco dias após a primeira reportagem, iniciou-se o processo de demolição da Chaminé. Os trabalhadores responsáveis já haviam iniciado a retirada dos tijolos localizados na coroa, quando receberam a informação de que a obra teria sido suspensa pelo então prefeito Marcelo Belinati. Segundo Gilson Mortari Júnior, que acompanhou a demolição, levou cerca de um dia todo para a retirada de apenas uma pequena parte do topo, devido à complexidade da remoção (Mortari Júnior, 2024). A situação foi transmitida em reportagem pela RPC Londrina, na qual é possível observar imagens dos trabalhadores retirando os tijolos da Chaminé [Fig. 32].

Figura 32 - Trabalhadores iniciando o processo de demolição da Chaminé, 2024



Fonte: Chaminé será [...] (2024).

O jornal *Folha de Londrina* também noticiou, em 26 de fevereiro de 2024, a suspensão das obras com a seguinte manchete: “Prefeitura pede que investidor preserve chaminé da década de 30”. O texto da reportagem afirma que a Prefeitura de Londrina havia suspenso a demolição da Chaminé por tempo indeterminado, e que o processo de tombamento dependeria da sensibilidade do proprietário do terreno (Sabbadini, 2024).

Em suas redes sociais, o prefeito à época, Marcelo Belinati, fez uma publicação afirmando que havia determinado a suspensão da demolição da Chaminé, ressaltando a importância da história no município. Nos comentários, é possível visualizar novamente a comoção das pessoas, com diversas mensagens favoráveis à preservação da Chaminé e alusivas à sua relevância para a história e memória de Londrina.

No dia 1º de março de 2024, novas notícias indicaram uma possível reviravolta no caso da Chaminé, sugerindo que ela seria preservada pelos proprietários do terreno. Uma reportagem publicada no *site* da TV Tarobá de Londrina revelou que a rede de farmácias que alugou o espaço, com vistas à construção de uma nova unidade manifestou-se favorável à preservação da estrutura. Segundo o texto:



Em ofício, a rede informou ao deputado Tercílio Turini (que pediu a preservação da construção), que não é proprietária do terreno e concorda com esta preservação. “A obra está sendo realizada por investidores e não pela Farmácia São João, sendo esta uma mera locatária da loja”, aponta o documento assinado pela presidência da rede. Na última segunda-feira (26), o deputado aprovou na Assembleia Legislativa do Paraná envio de expediente à empresa apontando a importância da preservação da chaminé da antiga Serraria e Cerâmica Mortari, por ser um marco histórico, cultural e do desenvolvimento de Londrina. “Esclarecemos que a empresa é a favor da manutenção da referida chaminé, que representa um marco e uma história que deve ser preservada” – respondeu o presidente da rede (Chaminé histórica [...], 2024).

A comoção em torno da possível demolição da Chaminé mobilizou diferentes setores da sociedade, alcançando, inclusive, a esfera política. Essa movimentação destaca a relevância simbólica do patrimônio para a história de Londrina, representando um marco na memória coletiva de milhares de pessoas que tiveram contato direto ou indireto com aquele espaço. Sob essa perspectiva, este estudo compõe alternativas resultantes dessa preocupação, sendo uma ferramenta para a busca da preservação da Chaminé e, ainda, um espaço para compreensão dos valores históricos que esse objeto carrega.

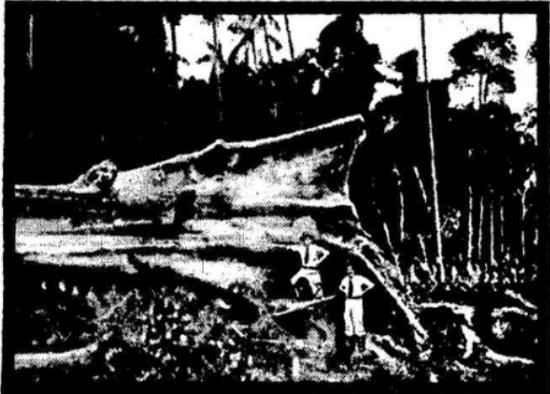
2.3 As Indústrias Mortari e o primeiro conjunto industrial de Londrina

Um dos valores da Chaminé está em seu papel como fragmento histórico do processo industrial de Londrina, cujo estabelecimento e desenvolvimento das primeiras indústrias estiveram diretamente ligados à

matéria-prima de que a região dispunha, assim como à atividade agrícola, seja ela pelo reinvestimento da economia cafeeira ou pelo beneficiamento de produtos. O historiador Richard Gonçalves André ressalta que a abundância de recursos foi um dos principais meios de propaganda para a Companhia de Terras Norte do Paraná, visando ilustrar nos panfletos publicitários tanto a riqueza natural quanto a produtividade econômica dela derivada [Fig. 33] (André, 2014).

Figura 33 - Anúncio da CTNP, 1934

PADRÃO DE TERRA BOA



OLHE para a photographia acima. É uma pequena amostra da fertilidade das terras do norte do Paraná. A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornam-se pigmeus, é padrão de terra boa, de terra virgem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza. Lá tudo é grandioso, o trabalho remunerador, o clima saluberrimo. É a região do proximo futuro, a região de quem ambiciona tirar do solo o que de melhor elle pode dar.

Solicite informações detalhadas á Rua 3 de Dezembro, 48, Antigo 12 - Caixa Postal, 2771 - São Paulo

CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

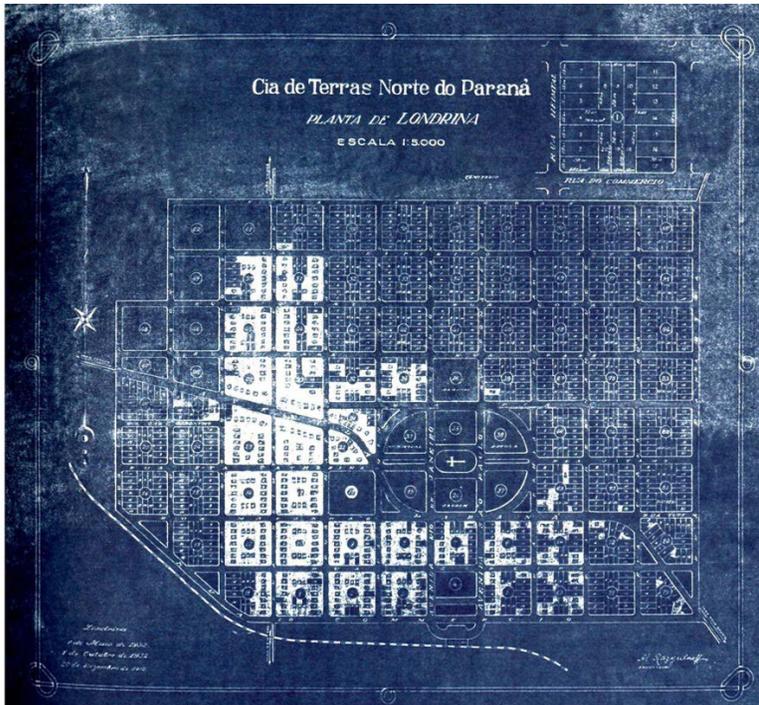
Fonte: *Jornal O Estado de São Paulo* (1934, p. 1).

Com isso, na década de 1930, Londrina obteve significativo desenvolvimento na área urbana, que, de acordo com a geógrafa, especialista em desenvolvimento regional e urbano, Luciane Blum (2006, p. 41), “atraiu mais empreendedores, investidores, comerciantes, profissionais liberais, trabalhadores, aventureiros, contaminados pela febre do ouro verde”. Como mencionado, foi a partir da persuasão da CTNP, com a propaganda sobre a abundância de matéria-prima, que

Amadeu Mortari decidiu trazer sua serraria de Matão para Londrina. Assim, a urbanização e infraestrutura básica foram alvos dos novos mercados que se estabeleceram a partir da demanda de produtos de primeira necessidade, incluindo as primeiras indústrias, como a Serraria Mortari. Desse modo, cabe analisar o contexto urbano do início da década de 1930, a fim de compreender a importância do local em que as Indústrias Mortari estiveram inseridas na cidade de Londrina.

Em razão do aumento demográfico urbano, esse período foi marcado pelo planejamento e consolidação da cidade, com a implantação de ruas e edifícios estratégicos para atender às demandas de um núcleo urbano em crescimento. No Plano Inicial de Londrina [Fig. 34], elaborado em 1932 por Alexandre Rasgulaeff, são indicadas algumas ruas e pontos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento inicial da cidade. Entre essas vias, destacam-se a rua Heimtal e a rua Cambé (atualmente avenida Duque de Caxias), que conectavam Londrina aos patrimônios Heimtal, ao norte, e à Gleba Cambé, ao sul. Além disso, a avenida Paraná (hoje desmembrada em avenida Celso Garcia Cid, avenida Paraná e rua Quintino Bocaiúva) desempenhava papel essencial ao ligar, a leste, o patrimônio Três Bocas e Jataizinho, e a oeste, Nova Dantzig (atual município de Cambé).

Figura 34 - Planta de Londrina, 1932



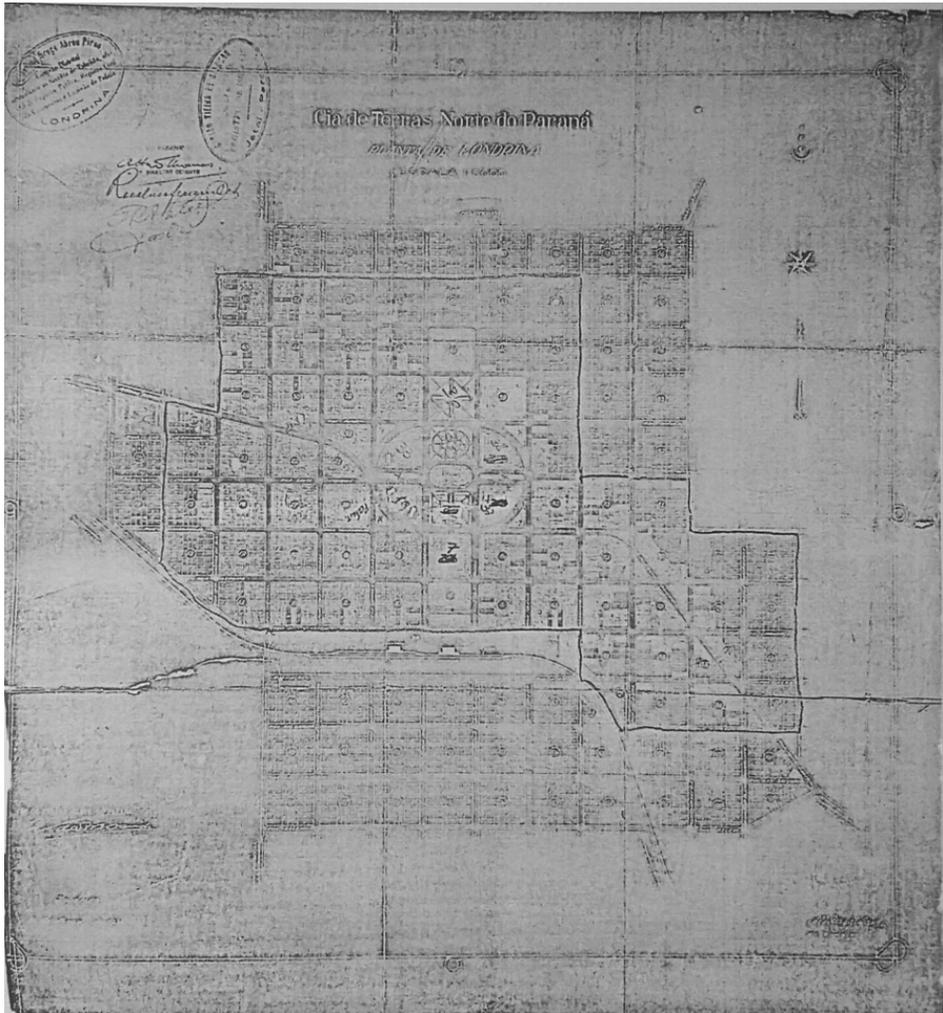
Fonte: IPPUL (2024).

A Planta também revela a localização projetada da Estação Ferroviária e da linha férrea, situadas próximas à extremidade inferior do mapa, margeando a rua do Comercio, atual rua Benjamin Constant. O cruzamento entre a rua Heimtal e a avenida Paraná marcou o ponto de origem da ocupação de Londrina, onde os primeiros empreendimentos comerciais começaram a se concentrar, especialmente ao longo da rua Heimtal. Essa via já era amplamente utilizada como rota de conexão com o patrimônio Heimtal, consolidando-se como eixo principal de circulação e desenvolvimento no início da ocupação urbana da cidade (Bortolotti, 2007; Yamaki, 2003).

Em 1934, Londrina é oficializada como município, e a Planta do registro de imóveis daquele ano [Fig. 35], assinada pelo engenheiro Alexandre Rasgulaeff e pelo diretor gerente da CTNP, Arthur Thomas, já aparece expandida para o norte e oeste. Os lotes hachurados, provavelmente vendidos, localizam-se, principalmente, próximos à avenida Paraná. Embora houvesse uma expansão da cidade abaixo da linha férrea, esta

se estendia até a rua Heimtal, ocasião em que os futuros lotes da Serraria Mortari ainda não apareciam.

Figura 35 - Planta de Londrina, 1934



Fonte: Yamaki (2003).

A existência de serrarias na região, mesmo antes da chegada de Amadeu Mortari, já era bastante comum. Segundo o arquiteto e urbanista Antônio Carlo Zani (2005, p. 11): “Em 1920 já existiam 174 serrarias no estado do Paraná”. Em Londrina, as primeiras serrarias se tratavam de

pequenos espaços familiares que serviram ao corte da madeira recém-desmatada, como, por exemplo, o caso da Serraria Sul América, que, segundo Zani (2005), já existia em 1932, e nas décadas de 1940 e 1950 se localizava próximo à vila Casoni (fora da área de abrangência dos mapas de 1932 e 1934). Em uma foto no acervo do MHL, observa-se um pequeno barracão com toras em primeiro plano, cercado por mata [Fig. 36]. Contudo, essas pequenas serrarias não eram mais suficientes para a demanda da cidade crescente e a chegada da Serraria Mortari seria um marco de desenvolvimento.

Figura 36 - Serraria Sul América em Londrina, 1932.



Serraria SUL AMÉRICA – 1932.

Foto: Acervo Museu Histórico Padre Carlos Weiss – UEL

Fonte: Zani (2005, p. 11).

A Planta Parcial da Gleba do Patrimônio Londrina, de 1935 [Fig. 37], foi o primeiro registro a incluir os futuros terrenos que viriam a compor as Indústrias Mortari (ela traz a indicação do norte verdadeiro, diferente dos mapas anteriores). Esse documento, além de reiterar as características urbanísticas já presentes em plantas anteriores, como as principais vias que conectavam Londrina às regiões circunvizinhas, revela um novo movimento de expansão urbana. Essa expansão consistia no

prolongamento da ala norte da cidade em direção ao leste, avançando a partir da rua Heimtal até alcançar o alinhamento da última via originalmente projetada naquela direção, identificada como rua Curitiba (atualmente avenida Jorge Casoni).

Essa ampliação urbana indicava o crescimento acelerado de Londrina, impulsionado pela chegada da linha férrea, cuja estação foi inaugurada em 1935, e pelo desenvolvimento econômico provocado pelas atividades agrícolas e comerciais. A inclusão dos terrenos que abrigariam as Indústrias Mortari, já nessa Planta, evidencia o planejamento da ocupação para atender às demandas de uma cidade em expansão.

Figura 37 - Planta de Londrina, 1935



Fonte: Yamaki (2003), modificada pelos autores (2024).

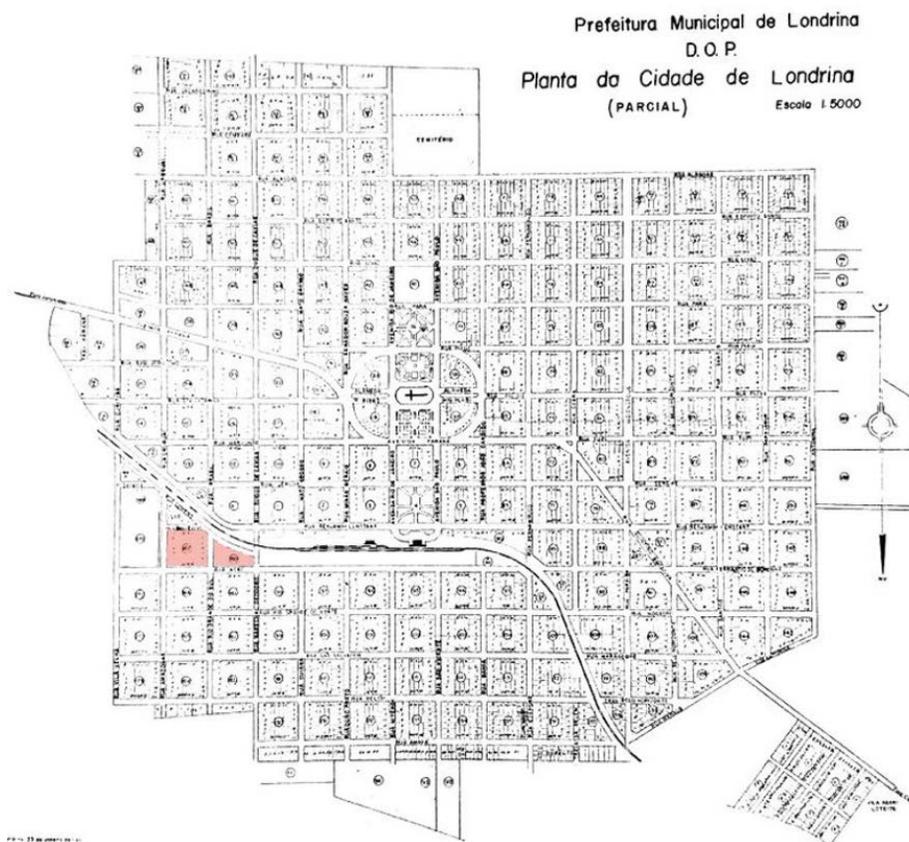
Essa Planta também destaca a localização estratégica dos lotes 160 e 167, que futuramente integrariam as Indústrias Mortari, marcados em vermelho [Fig. 38]. Situados à margem da linha férrea e a poucas quadras da Estação Ferroviária de Londrina, os terrenos apresentavam

vantagens logísticas significativas, tanto para o recebimento de matérias-primas, visto a quantidade de mata virgem na extremidade norte das chácaras, quanto para o escoamento de produtos. Além disso, a presença da rua Heimtal em uma das extremidades da quadra reforça a importância do local, já que essa via desempenhava papel fundamental no fluxo urbano da época. A rua Heimtal era um dos poucos acessos a permitir a transposição da linha férrea, conectando diretamente o núcleo urbano a outros patrimônios.

Essa confluência de fatores confirma a escolha do terreno como um ponto privilegiado, capaz de atender às demandas de transporte e circulação da cidade em plena expansão. A localização não apenas favorecia a funcionalidade do complexo industrial, mas também o integrava de forma orgânica ao crescimento de Londrina, contribuindo para a consolidação do eixo econômico e logístico que a conectava às regiões vizinhas e ao mercado nacional. Ademais, observa-se que os terrenos possuem um formato irregular, decorrente do traçado da linha férrea que atravessa diagonalmente uma das extremidades da quadra. Essa particularidade, embora tenha impactado a organização espacial do complexo, não comprometeu sua eficiência.

Na planta parcial da cidade de 1938 (redesenhada em 1961, com o norte virado para baixo) [Fig. 38], é possível observar com mais clareza o formato das quadras e as ruas ao redor do local escolhido por Amadeu. No mapa, a rua Heimtal passa a se chamar rua Marechal Deodoro, dando continuidade à avenida Duque de Caxias. Outras denominações de logradouros aparecem ao redor da propriedade Mortari, como a rua Rio Grande do Sul, entre as quadras 160 e 167; a rua Amazonas, no sentido norte-sul; a rua Acre, ao norte das quadras; a rua Lorena, ao sul (acompanhando a linha férrea); e a travessa Benjamin Constant (antiga trav. do Comércio e atual trav. Amazonas), ao sul da quadra 167. Vale ressaltar que a vila Agari, na extremidade norte, é o único loteamento isolado representado na Planta.

Figura 38 - Planta de Londrina, 1938



Fonte: Yamaki (2003), modificada pelos autores (2024).

Outro levantamento interessante a ser analisado é o detalhe do Mapa Parcial do Estado do Paraná, de 1939 (representado com o norte verdadeiro) [Fig. 39], organizado pelos engenheiros Alexandre Beltrão e Ulysses Medeiros, que apresenta esquematicamente a implantação dos edifícios nos primeiros anos da fundação do município. Fica evidente o início da ocupação do lado norte da ferrovia. Nas quadras marcadas em vermelho, observam-se os edifícios da Serraria Mortari, contudo, como será destacado na análise arquitetônica, essa implantação é apenas esquemática e não condiz necessariamente com a estrutura real daquele momento.

Figura 39 - Planta de Londrina, 1939



Fonte: Yamaki (2003), modificada pelos autores (2024).

Além dos mapas apresentados, outro indicativo do rápido crescimento da cidade na década de 1930 pode ser observado também nos números apresentados por Blum: em 1936, Londrina “contava com 60 automóveis, 135 caminhões, 6 ônibus, 99 bicicletas e 281 carroças”, assim como, de forma geral, dispunha de 611 estabelecimentos, contando com firmas, comércios e indústrias, e, por fim, três agências bancárias (Blum, 2006, p. 41). Outrossim, em 1937, é estabelecida a Associação Comercial de Londrina², o que reforça a presença e atuação do setor na jovem cidade.

É significativo que, dentre as primeiras reivindicações da ACL feitas ao governo municipal, a Associação solicitara o melhoramento das condições de transporte, visando o escoamento da produção madeireira. A esse respeito, Blum expõe que a madeira foi o “primeiro ciclo econômico municipal” e sua crise poderia afetar os demais ramos dos comércios (Blum, 2006, p. 44). Assim, a cidade, que seria lembrada como a capital do café, iniciou seu ciclo produtivo com a madeira, e teve nas serrarias seu primeiro espaço de desenvolvimento industrial. Além disso, é preciso destacar, conforme Blum afirma, que “desde a igreja, o hospital, as casas comerciais e as residências eram de madeira” (2006, p. 44-45). O crescimento das construções registradas também destaca a relevância da indústria madeireira em Londrina, conforme tabela abaixo [Tab. 1].

Tabela 1 - Evolução das construções em madeira de Londrina

ANO	N.º DE CONSTRUÇÕES
1930	2 ranchos da CTNP
1931	9 prédios de madeira
1932	150
1933	400
1934	600
1935	700
1936	1120
1937	1441
1938	1623
1939	1744
1954	18079

Fonte: Branco; Mioni, 1959 *apud* Blum (2006, p. 43).

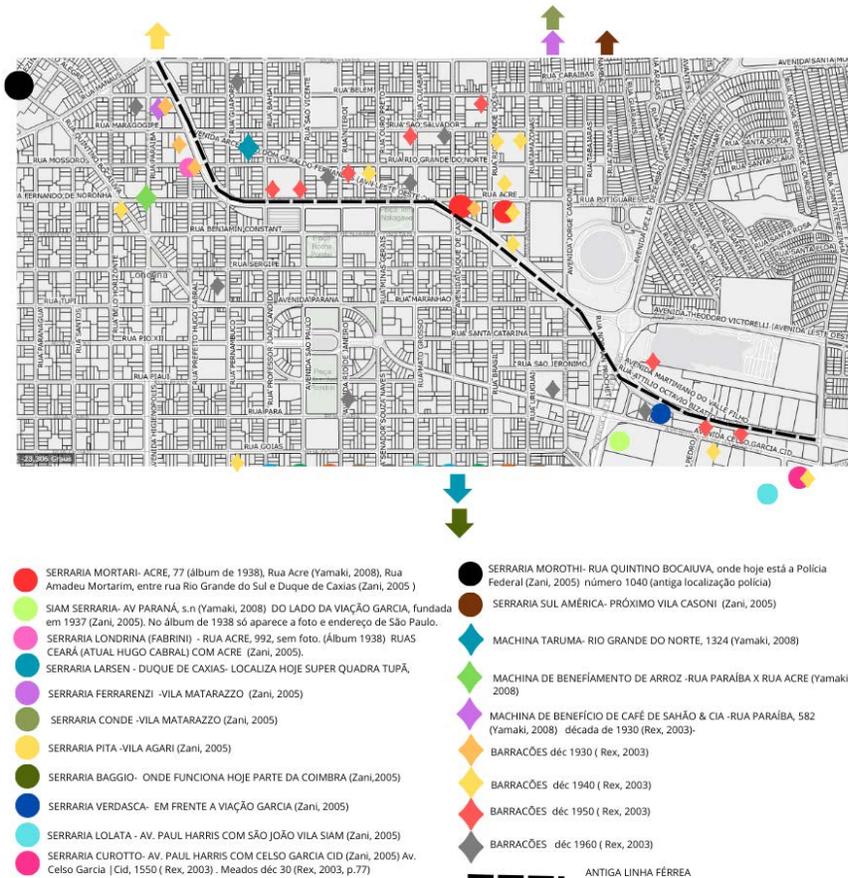
² Em 1987, a ACL passa a ser denominada Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL) (Blum, 2006, p. 44).

A partir da década de 1930, uma variedade de empreendimentos industriais passou a se estabelecer ao longo da via férrea, beneficiando-se das facilidades proporcionadas pelo escoamento de produtos. Destacam-se, entre esses empreendimentos, outras serrarias, como a Serraria Siam, fundada em 1937 (Zani, 2005), a Serraria Londrina (que não se sabe a data de fundação, mas é citada no *Álbum* de 1938) e a Serraria Curotto (na qual a terra foi arrendada por Curotto, em 1937 (Rex, 2003)) mas a serraria só começara em 1945 (Zani, 2005), além de barracões destinados ao depósito e armazenamento de produtos, como o Barracão de Beneficiamento de Café Sahão, do final da década de 1930 (Rex, 2003). Segundo Zani (2005, p.14) no “final da década de 30 até o final da década de 50 atuaram cerca de 13 serrarias com uma produção média anual de 40 a 50 mil metros cúbicos de toras de madeira”.

A partir dos dados encontrados sobre os estabelecimentos industriais presentes no *Álbum do Município de Londrina 1938*; no *Álbum Londrina 1941* e na lista de endereços do autor Yamaki (2008); no mapa e nas Fichas de Inventário dos barracões construídos entre as décadas de 1930 e 1960, próximos à linha férrea (Rex, 2003), e nos endereços das treze serrarias existentes nas décadas de 1940 e 1950 (Zani, 2005), é possível ilustrar o cenário industrial aproximado da cidade nas décadas de 1930 a 1960, quando a Serraria Mortari estava em funcionamento [Fig. 40].

Vale ressaltar que os empreendimentos apresentados nos *Álbuns* foram selecionados à época para evidenciar o crescimento de Londrina e, provavelmente, referem-se às empresas de maior impacto no período. No entanto, não é possível afirmar que esses eram os únicos empreendimentos industriais. Dessa forma, o mapa a seguir tem o objetivo de lançar luz, ainda que parcialmente, sobre a existência de uma possível zona industrial pioneira em Londrina e sua relação direta com as Indústrias Mortari.

Figura 40 - Cenário dos estabelecimentos industriais, décadas de 1930 até 1960 (aprox.)



Fonte: Autores (2024).

Na década de 1930, dos estabelecimentos industriais mapeados, existiam três concentrações principais, todas situadas próximas à linha férrea. A oeste, localizavam-se os barracões do Sahão e a Serraria Londrina; na área central, encontrava-se a Serraria Mortari; e a leste, a Serraria Siam. Desses três edifícios, a Serraria Mortari é a mais antiga. Nos primeiros anos da década de 1940, as Indústrias Mortari expandiram suas atividades com a Cerâmica, e o mapa revela uma elevada concentração de barracões construídos nas redondezas durante o período. Nas décadas subsequentes, de 1950 e 1960, a área continuou

crescendo, em termos de concentração de barracões, assim como a região próxima à Serraria Siam.

Dessa forma, destaca-se que as Indústrias Mortari constituem um dos primeiros conjuntos industriais de Londrina, inseridos em um contexto maior de empreendimentos que se concentraram, nas primeiras décadas do século XX, nas proximidades da linha férrea ao norte do centro da cidade. Além disso, a concentração de edifícios industriais na região central até a década de 1960 revela um panorama mais amplo, no qual a organização das áreas urbanas da cidade passará por significativas transformações a partir da década de 1950, culminando com o plano diretor de 1968.

Na década de 1950, foram estabelecidas as primeiras regulamentações sobre os loteamentos e a urbanização de Londrina, que implicaram alterações regionais promovidas pela oficialização da Lei n.º 133 de 1951 (Londrina, 1951). O documento designou as áreas urbanas, residenciais e industriais da cidade, como também subdividiu as categorias industriais, restringindo parte de sua área de acomodação a partir de critérios como periculosidade e ruído. Nesse caso, a Serraria Mortari seria considerada pela lei como indústria pesada, devido aos ruídos e maus odores, pelo processamento dos materiais, e a Cerâmica Mortari, como Zona Industrial Perigosa (ZIpgr), principalmente devido à presença dos altos-fornos.

“

Art. 124. “Na sub-zonas industrial incômoda ou pesada (IInc) se localizarão as indústrias ruidosas; as produtoras de vibrações ou impactos -médios fortes, ainda que não danosos; as que desprendem maus odores e fumo abundante. (serrarias, oficinas mecânicas comuns, fábricas de cimento etc.).

Art. 125. Na sub-zona de indústria perigosa (IPrg), admitem-se as indústrias dessa classe; as nocivas ou danosas pelos gases corrosivos e tóxicos que soltam; as nocivas pelo ruído ou vibrações excessivas; as altamente incômodas ou repugnantes. (fábrica ou depósito de explosivos, inflamáveis e munições, fábricas de adubos, curtumes, altos-fornos, tratamento cloacal, matadouros etc.) (Londrina, 1951, p. 373).

Sobre a localização da zona industrial, a lei não apresenta mapas ou nomes de ruas delimitando uma zona específica. No entanto, o art. 126 dispõe que elas

“

evitarão, na medida do possível, a contiguidade com os bairros residenciais. O isolamento far-se-á por parques, áreas esportivas, faixas e cortinas verdes, terrenos de cultura, avenidas largas e arborizadas, recuos maiores que os usuais, interposição de armazéns etc. (Londrina, 1951, p. 373).

Dessa forma, considerando a proximidade não apenas das Indústrias Mortari, mas de outros empreendimentos industriais aos bairros residenciais, as empresas deveriam prever ações de isolamento.

Sobre a relação da linha férrea com a zona industrial, o art. 49, § 4º estabelece: “Em zona industrial poderá excepcionalmente um lote ou área próxima, mas não adjacente à ferrovia, puxar ramal ou desvio de serviço.” (Londrina, 1955, p. 354), permitindo a possibilidade de acesso ferroviário por desvio nas zonas industriais, contanto que as vias não fossem adjacentes à ferrovia, situação a que se enquadrava o acesso da Serraria Mortari.

Ademais, a lei permitia que os armazéns e depósitos se instalassem na zona comercial regional e industrial leve, dependendo dos materiais estocados. No entanto, acrescentava a necessidade da criação de reentrâncias para carga-descarga e terrenos de 2.500 metros quadrados. A permissão da criação de barracões pode esclarecer por que ainda foram aprovados projetos de barracões industriais na década de 1960 na área central.

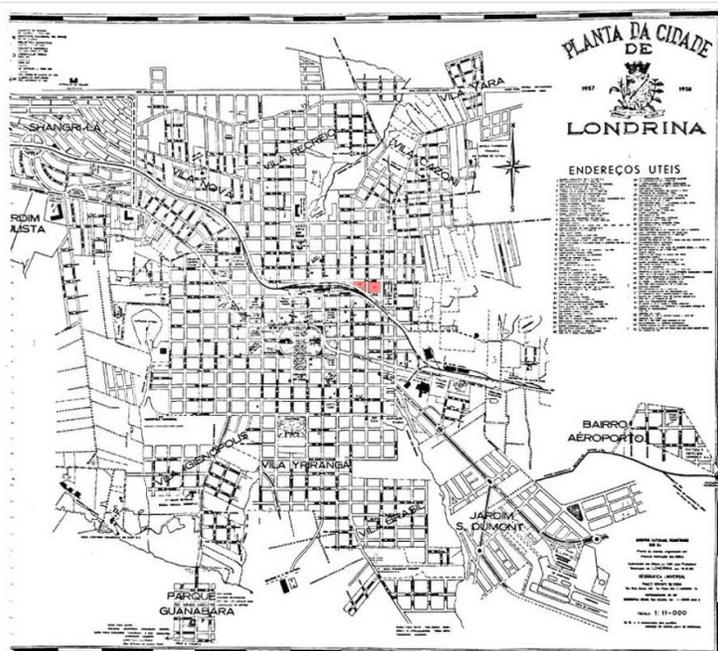


Art. 130. “Os grandes armazéns e depósitos tanto podem ser acolhidos na zona comercial regional e na industrial leve, como, no caso de material perigoso, explosivo ou inflamável, na sub-zona industrial IPrg”.

Art. 131. “Os armazéns e fábricas, além de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados de terreno), disporão de recúos, reentrâncias, corredores ou pátios, para carga e descarga de veículos aliviando as artérias públicas (Londrina, 1951, p. 373).

Após a promulgação da mencionada lei em 1951, a Serraria e a Cerâmica Mortari continuaram em funcionamento por mais alguns anos, até a completa mudança da zona industrial, em 1968. A Planta de Londrina de 1957–1958 [Fig. 41] destaca a importância das Indústrias Mortari para a cidade, incluindo seu logradouro entre os endereços úteis.

Figura 41 - Planta de Londrina, 1957-1958



Fonte: Yamaki (2003), modificada pelos autores (2024).

Nesse contexto, é importante lembrar que, no final da década de 1950, a indústria madeireira, embora ainda fosse relevante para o município (Blum, 2006, p. 50), começou a declinar. Isso ocorreu devido ao esgotamento das reservas florestais e à substituição gradativa da madeira por edifícios em alvenaria durante a urbanização da cidade. No que diz respeito à Serraria Mortari, Boni, Unfried e Bennato (2013, p. 90) destacam não apenas o esgotamento florestal, mas também as crises internacionais e regionais — referindo-se à crise brasileira do final da década de 1950 até meados da década de 1960 — como fatores que contribuíram para a redução da produtividade da Serraria.

A industrialização em Londrina em meados da década de 1960 passou a ter enfoque em produtos da área automobilística (materiais de transporte), química e têxtil (Trintin, 2006, p. 64). Com o desenvolvimento econômico londrinense, o advento da agricultura cafeeira e a crescente urbanização, surgiu uma demanda por bens industrializados. Por esse motivo, na década de 1960, houve o surgimento de empreendimentos industriais, como o Cacique Café Solúvel e a Cervejaria Londrina (posteriormente

Skol Cervejaria), e investimentos voltados para diferentes setores de mercado interno e externo, como foi o caso da “Garcia (transporte de passageiros), Anderson Clayton e Braswey (processamento de soja), Ultrafertil (fertilizantes) e Londrifarma (medicamentos)” (Blum, 2006, p. 50).

Houve uma redução da contribuição da indústria madeireira, representando 1,3% na participação industrial do município (Blum, 2006, p. 50-51; Trintin, 2006, p. 89). Trintin indica que:

“

A estrutura do setor industrial paranaense sofreu importantes modificações. Dentre as mudanças ocorridas, toma relevância a perda de importância dos gêneros já tradicionais no Estado, notadamente produtos alimentares e madeira, que no passado se destacavam em termos de participação no valor de transformação industrial (Trintin, 2006, p. 89).

No final da década de 1960 e durante a década de 1970, Londrina acompanhou o restante do estado, dando enfoque à infraestrutura para o desenvolvimento de novos gêneros industriais. O período coincide com o encerramento das atividades da Serraria Mortari, entre 1967 e 1968 (Boni; Unfried; Bennato, 2013, p. 90), e o posterior fechamento da Cerâmica, na década de 1970, demonstrando que as relações econômicas e mercadológicas tiveram grande impacto nas Indústrias Mortari. O término das atividades dessas indústrias parece estar associado não apenas às mudanças de mercado, mas também às dificuldades decorrentes das transformações urbanísticas que seriam consolidadas no plano diretor de 1968.

Tal documento retomou várias diretrizes iniciais estabelecidas pela lei de 1951, como a separação das zonas industriais das áreas residenciais e a exigência de lotes grandes para acomodar áreas de carga e descarga. Além disso, o Plano proporcionou contribuição significativa ao delimitar a zona industrial no contexto urbano de Londrina [Fig. 42 e 43]. Após realçar a localização inicial industrial ao longo da linha férrea e em terrenos ao noroeste da área urbana nos últimos anos, o plano cria duas zonas industriais, uma voltada à indústria pesada, ao norte, e outra à indústria leve, ao noroeste.

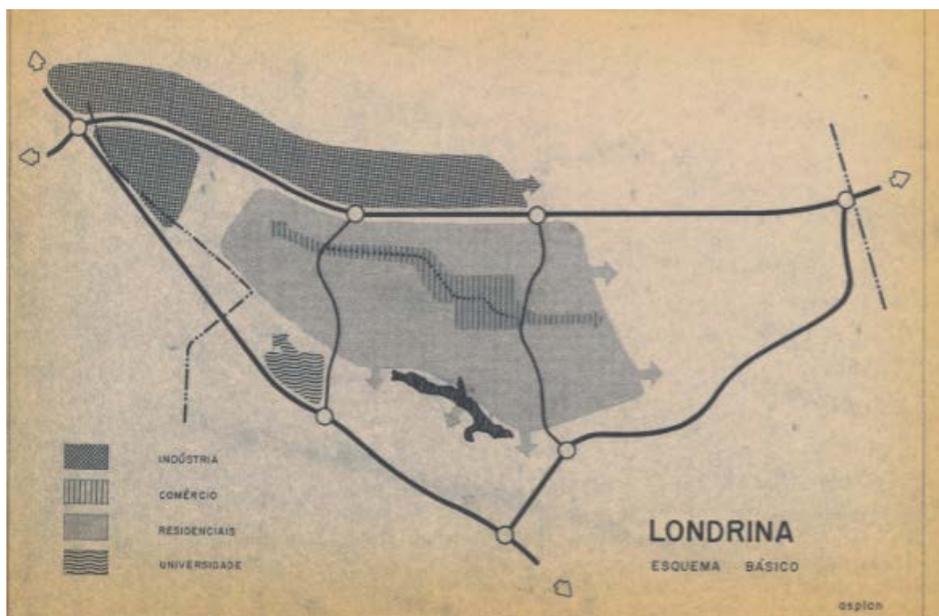
“

O desenvolvimento industrial de Londrina vem confirmando essa sua vocação e definindo algumas características importantes de sua estrutura urbana. **A localização industrial tem se dado, coerentemente ao longo da ferrovia** e, mais recentemente nos terrenos a noroeste da área urbana e mostrando uma singular tendência de conurbação com a zona industrial do vizinho município de Cambé.

Para a localização da expansão da indústria londrinense o Plano prevê uma vasta faixa de terra ao norte da Rodovia Federal citada (aproximadamente com um quilômetro de profundidade) e utilizando

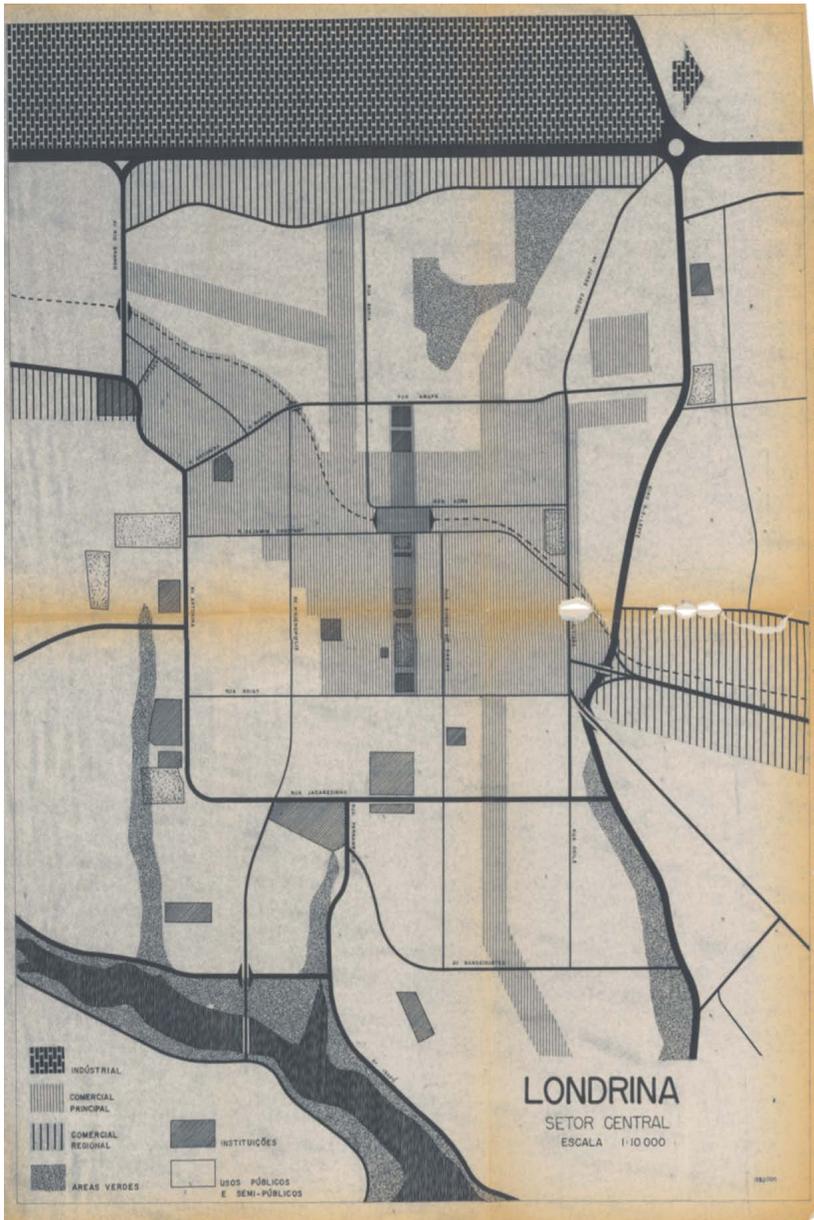
como esgotos industriais os ribeirões Quatí e Lindóia. Esta área é reservada para a implantação de indústrias pesadas que exigem grandes terrenos e número maior de empregados. Outra área industrial é localizada também a noroeste da cidade, próxima à junção das Rodovias Federal e Estadual. Esta área é reservada para indústrias leves e não nocivas que demandem terrenos menores, número restrito de empregados e se beneficiem da proximidade uma das outras (Londrina, 1968, p. 81 e 82, grifo nosso).

Figura 42 - Zoneamento definido pelo Plano Diretor Urbano de 1968



Fonte: IPPUL (2024).

Figura 43 - Zoneamento definido pelo Plano Diretor Urbano de 1968, destaque para a área central



Fonte: IPPUL (2024).

Em 1972, foi inaugurada a Cidade Industrial de Londrina, na região norte da cidade. Essa mudança confirmou as diretrizes do plano diretor de 1968, que tinha a intenção de estimular a instalação das indústrias fora das zonas comerciais e residenciais (Blum, 2006, p. 53). Com a delimitação da zona industrial fora da área central, a Serraria e a Cerâmica Mortari precisaram tomar medidas para regularizar suas atividades. Optaram pela desativação, também em função das mudanças no consumo das indústrias primárias que já haviam começado na cidade e continuariam nas próximas décadas.

Em meados da década de 1970, os números de valor agregado das indústrias em Londrina mudam drasticamente, com a decaída das indústrias primárias antes prevalentes. De acordo com os dados apresentados por Trintin, a participação industrial passou a ter valores mais expressivos nos gêneros materiais de transporte (18,6%), química (14,6%), têxtil (14,5%), vestimenta e calçados (39%), produtos alimentícios (33,1%), bebidas (11,1%) e editoras e gráficas (14,8%). Na década seguinte, podem se observar novas alterações, a exemplo do desenvolvimento de gêneros como o mobiliário (25,1%) e de perfumaria e sabões (71,2%), assim como a redução de outros, como produtos alimentícios (24,6%), materiais de transporte (2,5%), química (8,3%) e editoras e gráficas (8,6%) (Trintin, 2006, p. 99-100). Luciane Blum afirma que, entre o final da década de 1970 e 1990:



Londrina se firmou como um pólo macro-regional [...]. A cidade afirmou-se como um grande centro prestador de serviços e de comércio, destacando-se nas áreas de cultura, educação e saúde, não somente para a região norte paranaense como também para o sul dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Blum, 2006, p. 54).

A análise da dinâmica econômica londrinense, aliada à localização das Indústrias Mortari no contexto urbano, reflete o desenvolvimento e crescimento das indústrias na cidade entre as décadas de 1930 e 1960. O crescimento inicial da indústria primária, especialmente nos setores madeireiro e alimentício, formou o primeiro conjunto industrial próximo à linha férrea, com as Indústrias Mortari se destacando entre os primeiros.

Londrina passou por um processo industrial que se intensificou com o rendimento cafeeiro e o investimento estadual a partir de 1950, expandindo as dimensões industriais e de mercado no norte paranaense. Esse processo culminou em novas organizações urbanas que delimitaram zonas industriais fora da antiga área central. Dessa forma, as Indústrias Mortari, encerrando suas atividades no final da década de 1960 e início

de 1970, também representam esse segundo momento da história londrinense, marcado por alterações no tratamento das indústrias e seu deslocamento para a área norte da cidade.

Logo, as Indústrias Mortari testemunharam momentos importantes de Londrina, não apenas em sua individualidade como empreendimento industrial familiar, mas também como um exemplo do progresso industrial londrinense. Foram um fragmento essencial do processo de urbanização e desenvolvimento industrial do município. Sua ampla estrutura e localização próxima à linha férrea contribuíram para a formação do primeiro conjunto industrial, e suas chaminés altas, que permaneceram parcialmente após a desativação, tornaram-se um marco urbano desse início industrial, restando à Chaminé da Serraria esse papel, até o momento.

Atualmente ainda existem vestígios de barracões industriais e uma outra chaminé dos complexos industriais construídos entre as décadas de 1930 e 1960. A chaminé que fica na atual avenida Theodoro Victorelli, próximo ao Marco Zero, fazia parte da Indústria Anderson Clayton, e no concurso para o Teatro Municipal da cidade, em 2007, o projeto vencedor reforçou a importância da preservação dessa estrutura pelo seu valor histórico. “Na parte externa, uma chaminé que pertenceu a uma antiga fábrica foi preservada e figura como um elemento histórico, ao mesmo tempo em que lança as faíscas imaginárias do futuro” (Nieves *et al. apud* Navolar *et al.*, 2007, p. 15).

Ademais, sendo uma das primeiras indústrias de grande porte da cidade, as Indústrias Mortari tiveram um impacto significativo no crescimento urbano, fornecendo material para a construção de muitos edifícios em madeira e alvenaria. Elas contribuíram, portanto, para o cenário de Londrina das décadas de 1930 a 1960, sendo parte de uma das indústrias de base, que compuseram a diversificação econômica e os modos de vida da cidade.

3 AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DAS INDÚSTRIAS MORTARI E SEUS FRAGMENTOS NA ATUALIDADE

Conforme apontado anteriormente, as Indústrias Mortari ocupavam as quadras 160 e 167, localizadas próximas à Estação Ferroviária de Londrina e delimitadas pelas ruas Acre, Jacob Bartolomeu Minatti, avenida Duque de Caxias e rua Amazonas [Fig. 44].

Figura 44 - Localização das quadras 160 e 167



Fonte: Autores (2024).

Na quadra 160, localizada próxima à avenida Duque de Caxias, a família Mortari iniciou suas atividades com a Serraria em 1936, marcando o começo de um dos primeiros empreendimentos industriais da cidade. Na década de 1940, a quadra 167 foi destinada à instalação da Cerâmica Mortari, expandindo significativamente as operações do complexo.

A Chaminé remanescente desse conjunto de edifícios industriais carrega consigo legados culturais e históricos. Para compreender seu valor nesses dois âmbitos, torna-se essencial analisar também o contexto físico original das Indústrias Mortari e as transformações pelas quais passou até os dias atuais. Tal análise permite identificar quais características arquitetônicas e urbanas, ainda preservadas, evidenciam sua importância pioneira e reafirmam a Chaminé como um fragmento representativo.

3.1 As Indústrias Mortari nas décadas de 1930 e 1940

Uma das imagens mais emblemáticas desse período inicial retrata o edifício original da Serraria Mortari [Fig. 45]. Construído em madeira, ele seguia o alinhamento da rua Acre, apresentando um formato retangular dividido em cinco “galpões” cobertos por telhados cerâmicos de duas águas. No entanto, sua fachada principal, visível na fotografia, estava voltada para a linha férrea, configurando um amplo pátio utilizado como área de apoio para o armazenamento de toras. Adjacente ao galpão principal, havia um pequeno edifício, também com telhado de duas águas, com a placa “escritórios”, destinado, provavelmente, a funções administrativas. Além do edifício principal, pequenos telhados de uma água eram proje-

tados em direção ao pátio das toras, ampliando a área coberta e proporcionando maior espaço para a realização das atividades operacionais.

Figura 45 - Serraria Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024), modificada pelos autores (2024).

Em um dos galpões, localizava-se a chaminé metálica da Serraria, a qual, conforme descrito no primeiro capítulo, foi cenário de uma grande explosão de sua caldeira em 1939 e ainda teria funcionado mais um tempo com a caldeira nova, até a finalização da nova Chaminé em alvenaria, provavelmente no início de 1942.

O uso de uma chaminé na Serraria estaria voltado principalmente para a geração de energia dos maquinários a partir da queima de madeira. Na figura 46 é possível observar com mais clareza os detalhes da primeira chaminé da Serraria: tinha um diâmetro relativamente pequeno e contínuo até a sua extremidade superior, com um detalhe horizontal em sua parte mais baixa e um “chapéu” metálico aéreo na parte superior sustentado por três pequenos ferros verticais.

Figura 46 - Primeira chaminé metálica da Serraria Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Em outra fotografia da década de 1930 [Fig. 47], além do pátio com as toras, o edifício de madeira e a chaminé metálica, destaca-se a linha férrea que margeava o terreno. Uma diferença notável em comparação à imagem anterior é o alinhamento dos telhados de uma água, que agora aparecem dispostos de forma contínua, criando uma integração visual entre os galpões e reforçando a coesão do conjunto arquitetônico.

Figura 47 - Serraria Mortari antes da explosão da chaminé metálica



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Na fotografia que mostra o edifício de madeira da Serraria a partir da perspectiva da rua Acre [Fig. 48], é possível identificar sete galpões com telhados cerâmicos de duas águas, em contraste com os cinco iniciais. Nota-se, ainda, um telhado de uma água projetando-se do edifício em nível inferior, unificando os cinco galpões iniciais e apresentando, em sua extremidade, um pequeno frontão como acabamento. A chaminé metálica permanece visível, o que permite datar a imagem como anterior à construção da chaminé em alvenaria.

Figura 48 - Serraria Mortari com a chaminé metálica



Fonte: Acervo do MHL (2024), modificada pelos autores (2024).

É importante destacar que, embora essa fachada estivesse mais próxima da rua Acre, durante esse período inicial, a rua ainda estava em fase de desenvolvimento, sendo a paisagem ao redor predominantemente caracterizada por uma mata exuberante. Por esse motivo, não havia qualquer referência ao empreendimento nessa fachada. Em contraste, a fachada voltada para a linha férrea apresentava maior relevância, devido ao intenso fluxo de pessoas que chegavam de trem, bem como ao crescimento urbano em direção à ferrovia. Assim, optou-se por exibir o nome “Serraria Mortari” nessa face, aproveitando sua maior visibilidade e impacto estratégico [Fig. 49]. Ademais, o pátio, onde se acumulavam grandes toras dispostas em direção à linha férrea, não apenas facilitava o transporte da madeira, como também funcionava como uma forma de publicidade, evidenciando a qualidade do material bruto disponível na região.

Figura 49 - Serraria Mortari, detalhe do nome



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Em outra imagem [Fig. 50], é possível observar a estrutura ampliada da Serraria. Além do edifício principal, no qual é possível observar seis galpões, destaca-se uma nova construção em madeira ao longo da linha férrea, que não aparece nas imagens anteriores. Embora não seja possível confirmar se esse edifício foi construído antes ou depois da estrutura principal da Serraria, sua localização ao lado da ferrovia certamente facilitava tanto a estocagem quanto o transporte da madeira. O pátio com as toras principais parece ocupar o restante da quadra 160 e parte da quadra 167, mantendo-se ao lado da linha férrea. Na face oposta, voltada para a rua Acre, surgem algumas pequenas casas, cuja datação também é incerta. Contudo, por estarem situadas no terreno dos Mortari (uma na quadra 160 e duas na quadra 167), é provável que fossem destinadas a abrigar os funcionários.

Figura 50 - Serraria Mortari a partir da linha férrea



Fonte: Acervo do MHL (2024), modificada pelos autores (2024).

A imagem [Fig. 51] apresenta em primeiro plano o edifício de madeira, situado próximo à linha férrea, com uma grande quantidade de madeira serrada estocada em seu vão central. As laterais do edifício estão fechadas por uma estrutura inacabada, evidenciando uma fase de expansão ou adaptação da Serraria. Ao fundo, através dos vãos do edifício, é possível observar parcialmente a estrutura principal, com a chaminé metálica visível acima e a mata no plano mais distante, completando o cenário.

Figura 51 - Serraria Mortari com a chaminé metálica



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Em outra imagem, na qual o barracão contíguo à linha férrea está visível e com poucas madeiras serradas armazenadas, é possível observar com maior clareza os edifícios principais da Serraria ao fundo, bem como a chaminé metálica em funcionamento [Fig. 52].

Figura 52 - Serraria Mortari com a chaminé metálica



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Na análise da foto seguinte [Fig. 53], é possível compreender com maior precisão a disposição dos edifícios da Serraria Mortari e a proximidade do edifício localizado ao lado da linha férrea em relação aos galpões principais. Essa organização sugere que a construção que ladeava a ferrovia foi construída após os galpões principais, pois, caso tivesse sido erguida anteriormente, seria parcialmente visível na primeira imagem analisada da Serraria. Uma hipótese é que a construção desse edifício tenha sido motivada pela necessidade de ampliar o espaço destinado ao depósito da madeira serrada, em uma localização estratégica que facilitasse seu transporte.

Figura 53 - Serraria Mortari vista da Cerâmica Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024), modificada pelos autores (2024).

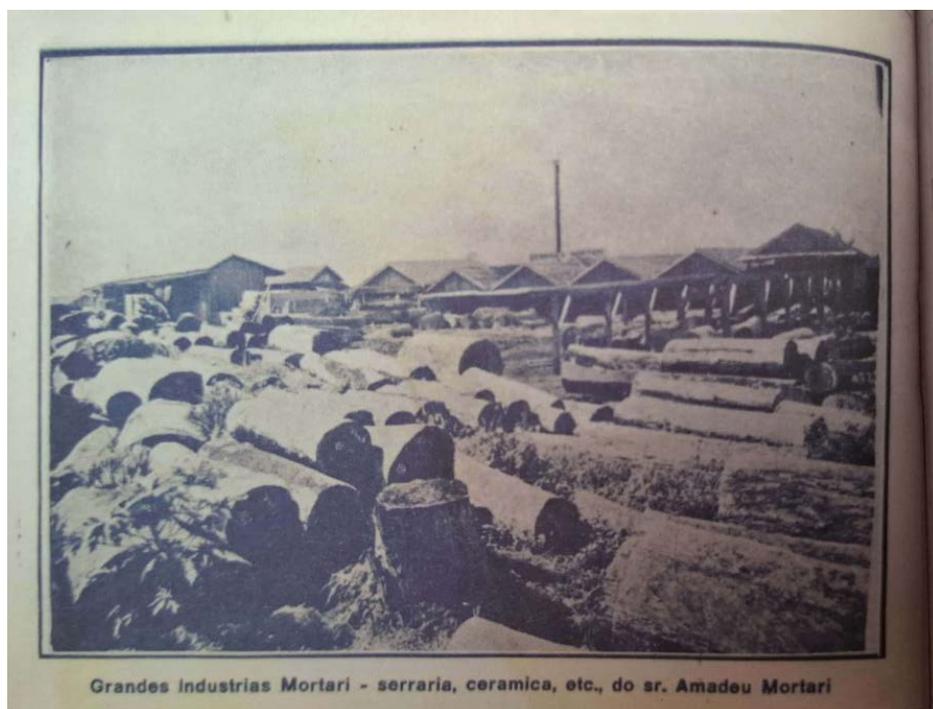
Na imagem, o edifício principal da Serraria apresenta seis galpões com telhado de duas águas voltados para o pátio das toras e um edifício com duas águas invertido que provavelmente seria de uso administrativo. Neste sentido, continua se diferenciando dos sete galpões que foram vistos na imagem da rua Acre [Fig. 48].

O pequeno “frontão” no acabamento do telhado próximo à rua Acre evidencia que se tratar do mesmo edifício. Também é preciso destacar que,

nessa imagem, o nome “Serraria Mortari”, antes colocado na parte superior do edifício, abaixo do telhado, aparece acima deste, fixado por uma nova estrutura. Em primeiro plano, aparecem os telhados da Cerâmica Mortari (é provável que a foto foi tirada de uma das chaminés da Cerâmica) e uma rua entre o telhado e o complexo da Serraria que poderia ser a rua Rio Grande do Sul. Segundo Mortari (2024), a Cerâmica Mortari iniciou suas atividades em 1942. No entanto, a presença da chaminé metálica na foto sugere que essa imagem foi capturada antes do início de seu funcionamento. Isso indica que a construção da estrutura da Cerâmica pode ter levado anos para ser concluída antes do início efetivo das atividades.

No *Álbum Londrina 1941* há a foto da Serraria Mortari com a chaminé metálica, seis galpões, a placa escrito o nome da Serraria sobre o edifício e o galpão próximo à linha férrea [Fig. 54].

Figura 54 - Serraria Mortari, *Álbum Londrina 1941*



Fonte: Yamaki (2008, p. 46).

Nas imagens de Bortolotti (2007), também se observam as Indústrias Mortari. Nelas, a Chaminé de alvenaria pode ser visualizada ao lado dos

galpões. Os edifícios da Serraria se mantêm com os galpões principais e o outro edifício ao lado da linha de trem [Fig. 55]. Embora a imagem seja provavelmente a mais antiga com a chaminé em alvenaria, não é possível observar vestígios das partes atingidas pela explosão na estrutura principal do edifício. Todavia, uma fumaça denuncia a localização da nova caldeira e a chaminé metálica ainda em funcionamento.

Figura 55 - Serraria Mortari vista da Cerâmica Mortari



Fonte: Bortolotti (2007).

Ao observar a Chaminé da Serraria com maior proximidade [Fig. 56], nota-se que sua estrutura se afunila gradualmente em direção ao topo, com a parte superior apresentando um diâmetro significativamente menor que a base, sendo o diâmetro do topo menor que a metade do diâmetro da parte inferior. Segundo Mortari (2024), o efeito de afunilamento da chaminé em cerâmica serve para a “puxada de ar”, necessária para o funcionamento da caldeira. No topo, destaca-se uma projeção horizontal que forma um ornamento, conferindo um detalhe decorativo à sua estrutura funcional. Mais informações sobre as características físicas e o funcionamento da Chaminé serão abordadas no próximo capítulo.

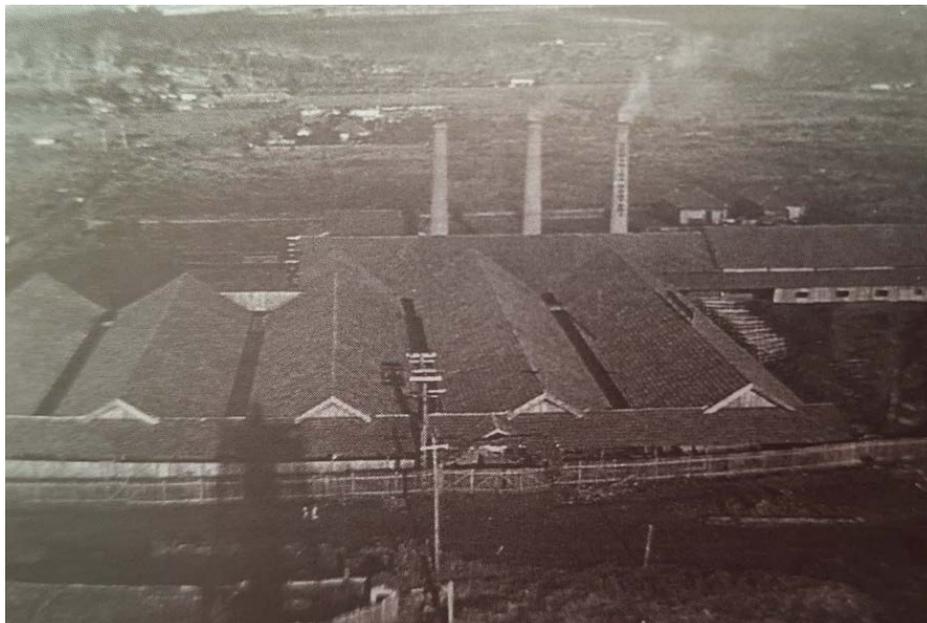
Figura 56 - Serraria Mortari vista da Cerâmica Mortari, detalhe da Chaminé em alvenaria e, no canto direito, a chaminé metálica em funcionamento



Fonte: Bortolotti (2007).

A Cerâmica Mortari [Fig. 57], localizada na quadra 167, apresentava, próximo à rua Amazonas, cinco galpões com telhados cerâmicos de duas águas, interligados por um telhado de uma água em nível inferior. Na parte posterior do terreno, havia um grande galpão implantado perpendicularmente aos demais, perto da travessa Benjamin Constant (atual travessa Amazonas). Complementando a estrutura, três chaminés em funcionamento destacavam-se no conjunto, evidenciando a atividade industrial do local. Voltadas para a travessa Amazonas, são visíveis duas casas, utilizadas pelos funcionários da Cerâmica Mortari. A residência da esquina, conforme abordado nos capítulos anteriores, pertencia à família de Bortolotti (2007).

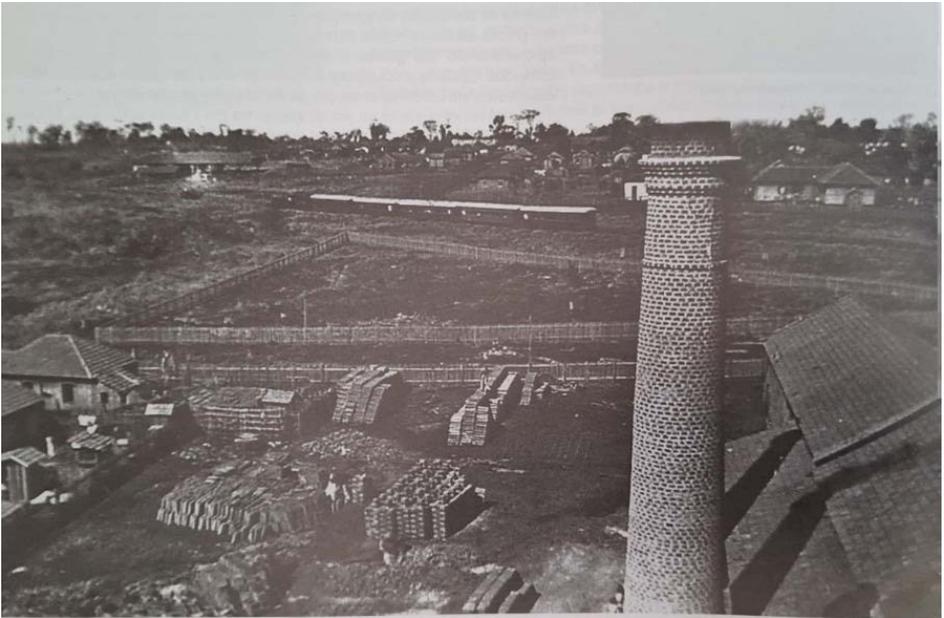
Figura 57 - Cerâmica Mortari



Fonte: Bortolotti (2007).

A imagem a seguir [Fig. 58] apresenta uma das chaminés da Cerâmica em primeiro plano e as casas dos funcionários à esquerda. Observa-se que as chaminés da Cerâmica afunilam menos que a Chaminé da Serraria e apresentam, de forma similar, um ornamento na parte superior com linhas projetadas horizontais. De acordo com Mortari Júnior (2024), essa diferença do diâmetro do topo estava relacionada à utilização das chaminés, visto que as da Cerâmica tinham menos volume de carga que a Chaminé da Serraria. Esta contava com um volume maior de vazão de ar, que puxava a fumaça da caldeira, enquanto a da Cerâmica servia para dispensar o calor das fornadas de tijolos. Aos fundos, é possível observar um trem passando.

Figura 58 - Cerâmica Mortari



Fonte: Bortolotti (2007).

Em outra foto, do início da construção do estádio VGD, em 1947, é possível ver a Cerâmica Mortari [Fig. 59], agora com nove chaminés, e mais ao fundo, com um topo mais estreito, a Chaminé da Serraria. Segundo a Ficha de Inventário do VGD (Siglon, E129), o campo de futebol que passou a ser o estádio era utilizado com frequência pelos funcionários das Indústrias Mortari.

Figura 59 - Cerâmica Mortari ao lado do início da construção do VGD, 1947

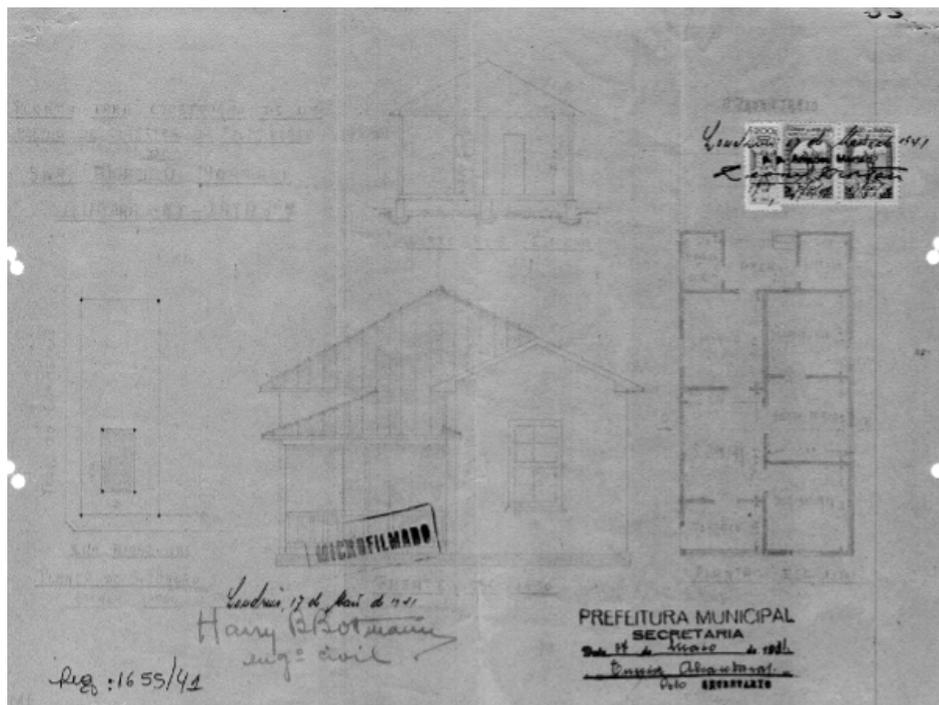


Fonte: Acervo do MHL (2024).

De todos os edifícios apresentados até então, apenas as duas residências de madeira dos funcionários, na quadra 167, sendo uma ocupada pela família Bortolotti, encontram-se no Cadastro Imobiliário Municipal. No dia 27 de maio de 1941, é aprovado um projeto [Fig. 60] para construção de uma residência simples de madeira na quadra 167, lote 7, voltada para a rua Amazonas, na esquina com a travessa Benjamin Constant (atual travessa Amazonas), assinada pelo engenheiro Harry B. Bottmann. E no dia 29 de agosto de 1941 é aprovado outro projeto na

quadra 167, lote 6, voltado para a rua Amazonas, pelo mesmo engenheiro. As plantas seguem o padrão das casas pioneiras: com varanda frontal, seguida por sala e cozinha, três dormitórios do lado direito e, aos fundos, área de serviço e despensa.

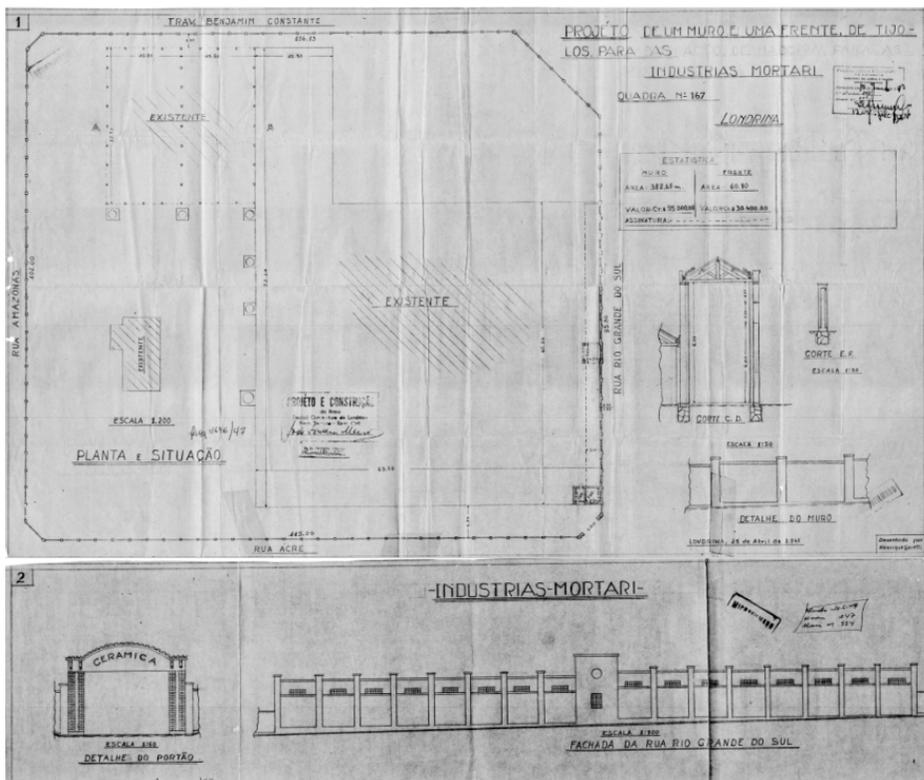
Figura 60 - Aprovação da residência da quadra 167, 1941



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Em 10 de junho de 1947, tem-se a aprovação do projeto [Fig. 61] de um muro e uma frente de tijolos para as Indústrias Mortari na quadra 167. A fachada em questão é voltada para a rua Rio Grande do Sul e chama a atenção o portal com a inscrição “Cerâmica”. No desenho da implantação do muro, consideram-se os galpões voltados para a rua Rio Grande do Sul e o transversal que fica próximo à travessa Benjamin Constant (atual travessa Amazonas) e mais seis chaminés. Vale ressaltar que, na década de 1940, foram estabelecidos regulamentos que exigiam a construção em alvenaria, em algumas das ruas iniciais da cidade, como o Decreto-Lei n.º 93 de 1943 (Bortolotti, 2007).

Figura 61 - Aprovação do muro e do Portal da Cerâmica, 1947



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Uma fotografia do acervo do MHL apresenta a nova fachada da Cerâmica Mortari em fase final [Fig. 62].

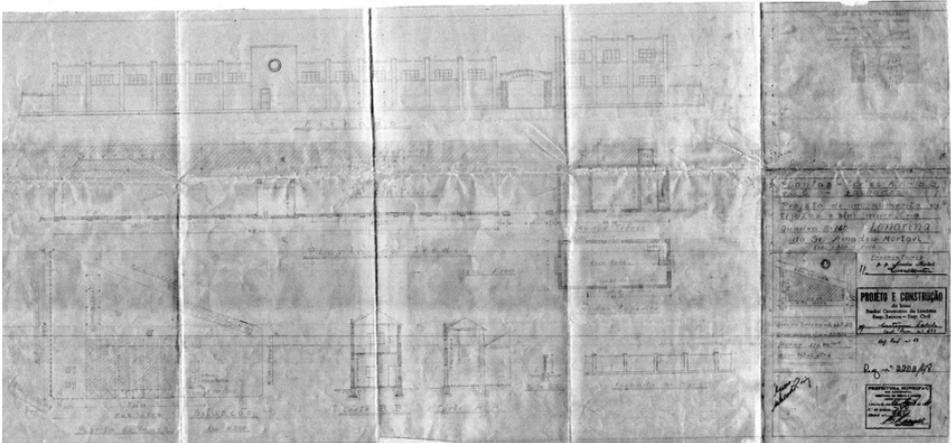
Figura 62 - Nova fachada da Cerâmica Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024).

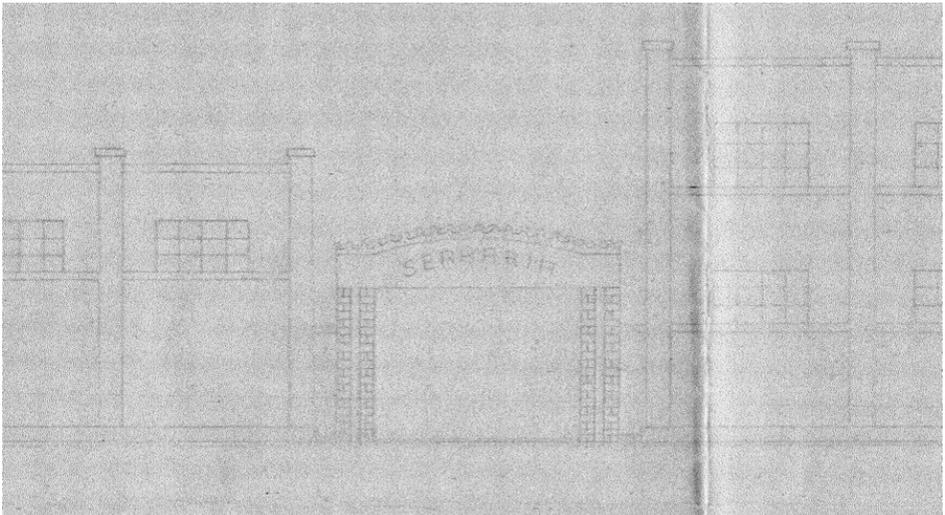
Aproximadamente um ano depois, em 26 de agosto de 1948, é aprovado um aumento de tijolos e um muro na quadra 160, voltada para a rua Acre. A área do terreno é de 6.668,20 metros quadrados, a área ocupada é de 350,22 metros quadrados, e a extensão do muro é de 111,9 metros. O proprietário indicado é Amadeu Mortari, o projeto e construção são da Predial Construtora, e o responsável técnico é Eustáquio Toledo. [Fig. 63]. Um detalhe da fachada nova que chama a atenção é o portal com a inscrição “Serraria” [Fig. 64].

Figura 63 - Aprovação da fachada nova da Serraria, 1948



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Figura 64 - Projeto do portal da Serraria, 1948

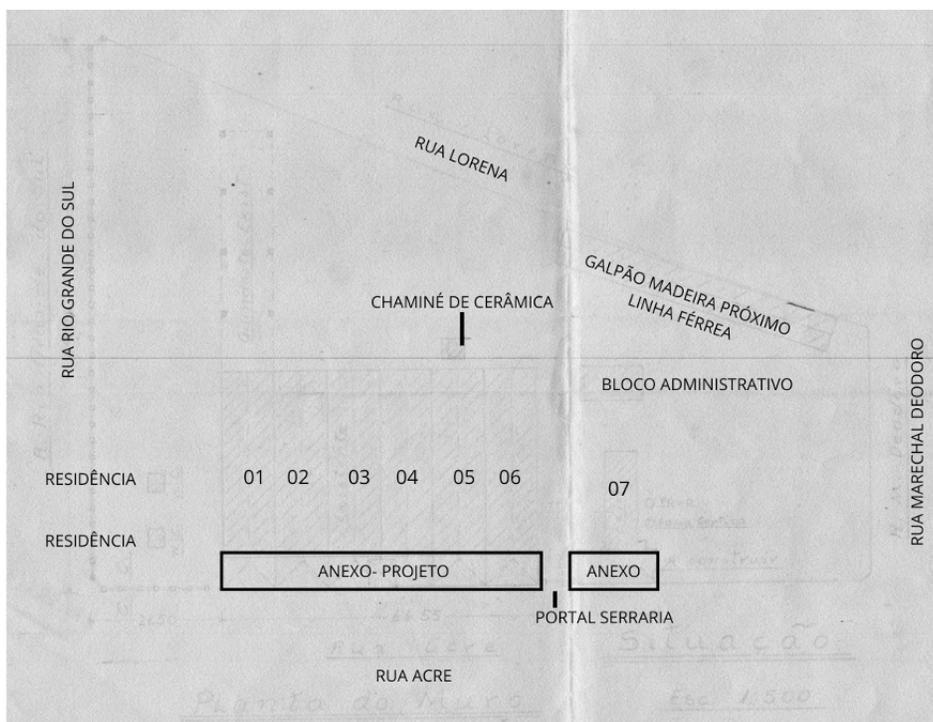


Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Na implantação, podem-se conferir os edifícios preexistentes e a nova fachada voltada para a rua Acre [Fig. 65]. Na edificação preexistente principal da Serraria, aparecem seis galpões com telhado de duas águas

e um sétimo visto apenas pela rua Acre, já que, virado para o pátio, aparece o bloco administrativo, confirmando a percepção das fotografias. Além disso, percebe-se próximo à rua Lorena (atual rua Jacob Bartolomeu Minatti), um grande galpão retangular e, ao lado esquerdo do galpão principal, próximo à rua Rio Grande do Sul, dois edifícios menores, possivelmente casas para funcionários. A Chaminé em cerâmica aparece atrás do quinto galpão, com base quadrada. Um dos espaços novos de dois andares a ser anexado no projeto de 1948 está sobre uma parte do galpão 7, prevista para demolição. Segundo Mortari (2024), parcialmente alinhado à torre vertical da fachada, havia, na parte interna central dos galpões 3 e 4 um cômodo fechado por uma parede de vidro e madeira. Esse cômodo funcionava como sala de máquinas e ficava ao lado da caldeira, organizando o deslocamento da energia gerada mediante estruturas subterrâneas para os equipamentos da Serraria.

Figura 65 - Implantação da Serraria com fachada nova, 1948



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024)
modificada pelos autores (2024).

A análise da Indústrias Mortari nas décadas de 1930 e 1940 permite compreender o complexo de edifícios que constituía a Serraria e a Cerâmica, bem como a visão que os londrinenses tinham desses empreendimentos. Entender as características físicas dos primeiros edifícios é fundamental não apenas para avaliar seu impacto urbano inicial, mas também para analisar as alterações que a estrutura sofreu posteriormente e identificar os fragmentos ainda existentes.

3.2 Alterações nas quadras 160 e 167 — de 1949 até a atualidade

A comparação das aerofotografias permite analisar como alguns edifícios foram modificados e demolidos e como novas construções foram erguidas nas quadras 160 e 167. Para essa análise evolutiva, foram comparados os levantamentos aerofotogramétricos dos anos de 1949 até 2024, bem como as fotos aéreas de voos realizados nas décadas de 1950 e 1960, as plantas aprovadas no Cadastro Imobiliário Municipal e o levantamento atual.

A aerofoto de 1949 [Fig. 66] revela as Indústrias Mortari em operação, com a Serraria e a Cerâmica em funcionamento. As alterações previstas no projeto de cercamento do muro da quadra 167 e a nova fachada da rua Acre, na quadra 160, parecem já terem sido implementadas.

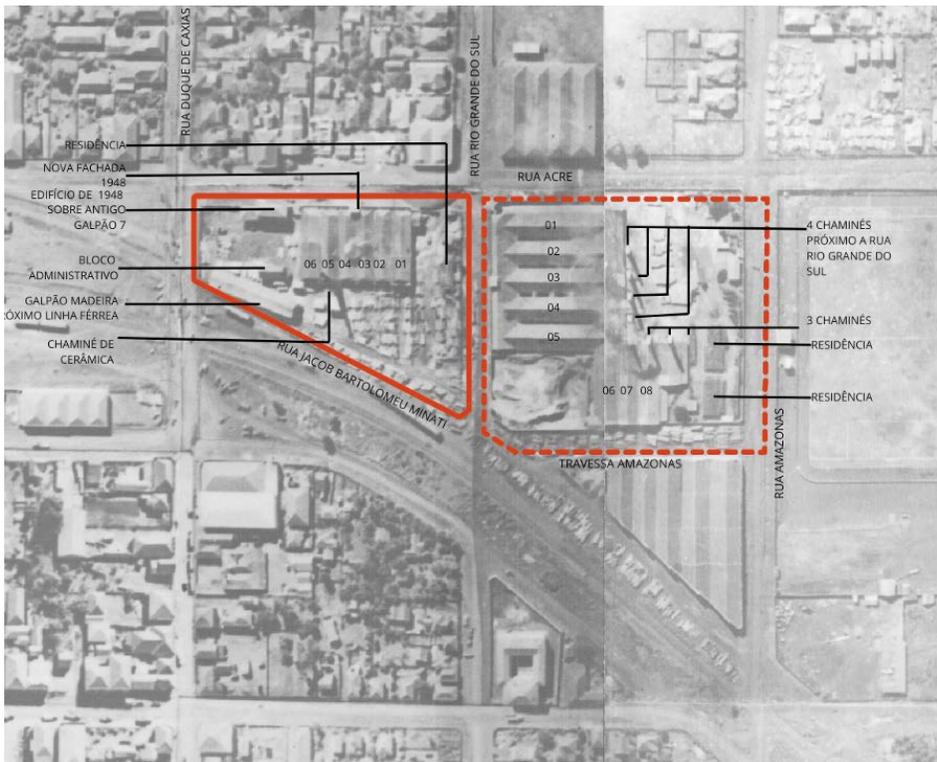
Os edifícios mantêm-se parcialmente os mesmos: na quadra da Serraria, o maior deles, com seis galpões, permanece, enquanto o sétimo galpão, anteriormente visível na rua Acre, foi demolido, restando apenas a nova parte da fachada. O bloco administrativo, voltado para o pátio, também permanece, assim como o galpão alinhado com a ferrovia e as residências próximas à rua Rio Grande do Sul.

A Chaminé localiza-se no pátio, em frente ao quinto galpão. Vale ressaltar a presença de fumaça sobre a parte central do terceiro e quarto galpões, provavelmente perto do local onde ficava a caldeira e a sala de máquinas. Segundo Mortari (2024), era normal que parte do vapor se perdesse durante o processo ou fosse liberado para manter a estrutura em devido funcionamento.

A quadra 167 da Cerâmica apresenta cinco galpões voltados para a rua Rio Grande do Sul e três galpões perpendiculares aos fundos, voltados para a travessa Benjamin Constant (atual travessa Amazonas) [Fig. 66]. Existem também duas residências próximas à esquina da travessa Benjamin Constant com a rua Amazonas, além de aproximadamente sete

chaminés. No entorno, o campo de futebol está em construção, ainda sem arquibancadas.

Figura 66 - Aerofoto de 1949



Fonte: IPPUL (2024), modificada pelos autores (2024).

As fotos de vistas aéreas da década de 1950 confirmam que o galpão 7, da rua Acre, havia sido demolido e que as novas fachadas da Serraria e da Cerâmica estavam completamente finalizadas. Além disso, mostram que o edifício administrativo da Serraria Mortari também foi demolido após a aerofoto de 1949 [Fig. 67]. A fumaça sobre a parte central dos barracões 3 e 4 evidencia a localização da caldeira e da sala de máquinas. Segundo Mortari (2024), o edifício de dois pavimentos construído sobre o antigo galpão 7 foi a primeira modificação realizada na estrutura da Serraria.

Após a conclusão, as estruturas originais em madeira dos barracões da antiga Serraria foram, uma a uma, substituídas por alvenaria. Apenas os primeiros barracões modificados (6 e 5) mantiveram o telhado original

de madeira, enquanto nos demais (4 a 1) tanto a estrutura do telhado quanto as telhas foram substituídas. De acordo com Mortari (2024), essas modificações foram realizadas antes da construção dos novos barracões de 1959, na esquina da rua Acre com a rua Rio Grande do Sul. Contudo, como as mesmas medidas das estruturas iniciais foram mantidas, não é possível confirmar a data exata em que tais alterações ocorreram.

Mortari (2024) também afirma que a estrutura dos galpões foi ampliada envolvendo a Chaminé. No entanto, não está claro se esse aumento foi realizado com a substituição da estrutura de madeira por alvenaria. Não é possível observar essas alterações com clareza na aerofoto de 1949; entretanto, a imagem da década de 1950 mostra os barracões 1 e 6 expandidos em direção à rua Lorena (atual Jacob Bartolomeu Minatti), diferindo da implantação do projeto de 1948.

Figura 67 - Vista aérea, década de 1950

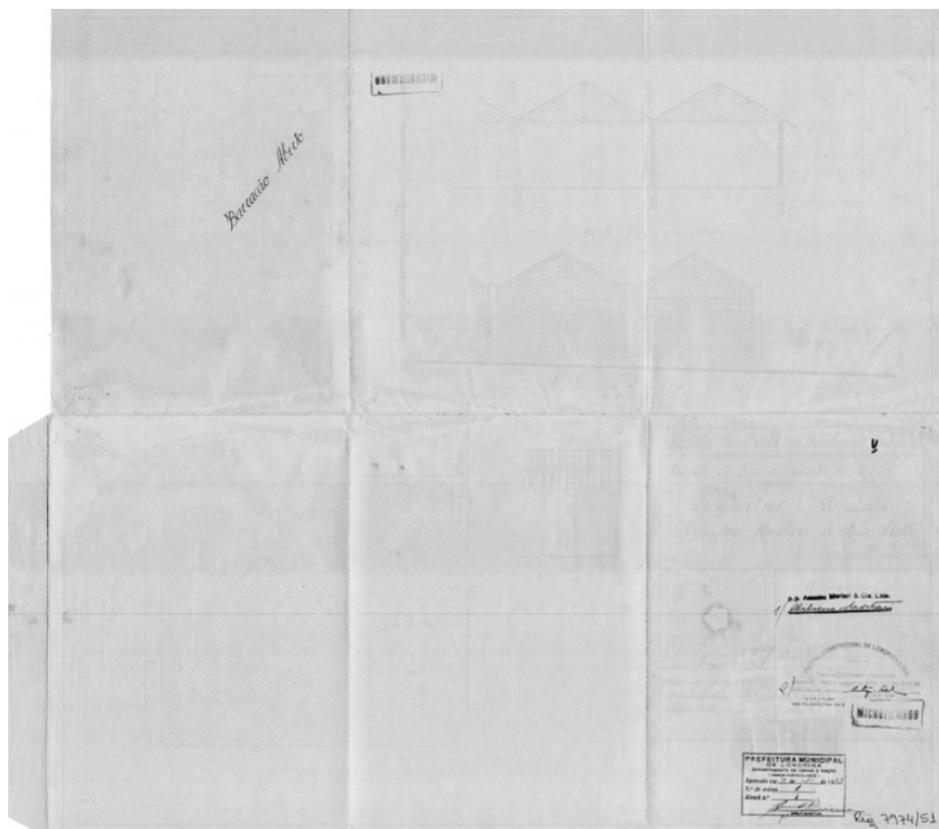


Fonte: História de Londrina, modificada pelos autores (2024).

Na década de 1950, houve várias expansões na quadra da Cerâmica, conforme projetos encontrados no Cadastro Imobiliário. O primeiro registro data de 2 de janeiro de 1951, quando foi aprovado o projeto de expansão em alvenaria de tijolos para um barracão aberto na travessa Benjamin Constant [Fig. 68]. Em 26 de setembro de 1952, foi aprovada uma expansão em madeira com frente de alvenaria na rua Rio Grande do Sul, próxima à esquina [Fig. 69].

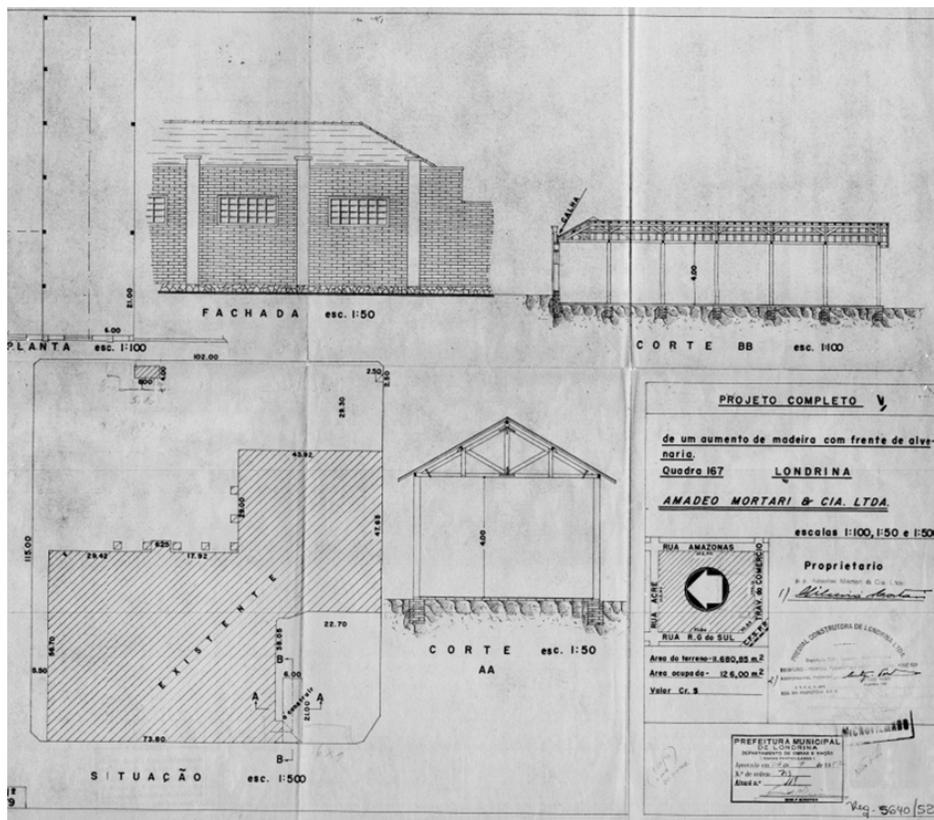
Ainda em 1952, realizou-se o levantamento da estrutura existente da Cerâmica Mortari, com revisão em 23 de setembro de 1958. No desenho, é possível visualizar o complexo de galpões voltados para a rua Rio Grande do Sul e a travessa Amazonas (atual travessa Benjamin Constant), além de uma casa de alvenaria voltada para a rua Amazonas [Fig. 70]. Em 18 de maio de 1954, foi aprovado um depósito em alvenaria de tijolos na esquina da rua Amazonas com a travessa Amazonas (antiga travessa do Comércio), no local das antigas residências de madeira [Fig. 71]. Por fim, em 18 de maio de 1958, foram aprovados um barracão para depósito de barro voltado para a travessa Amazonas e a demolição dos antigos galpões voltados para a rua Rio Grande do Sul, restando apenas a fachada da década de 1940 [Fig. 72].

Figura 68 - Ampliação da Cerâmica Mortari, 1951



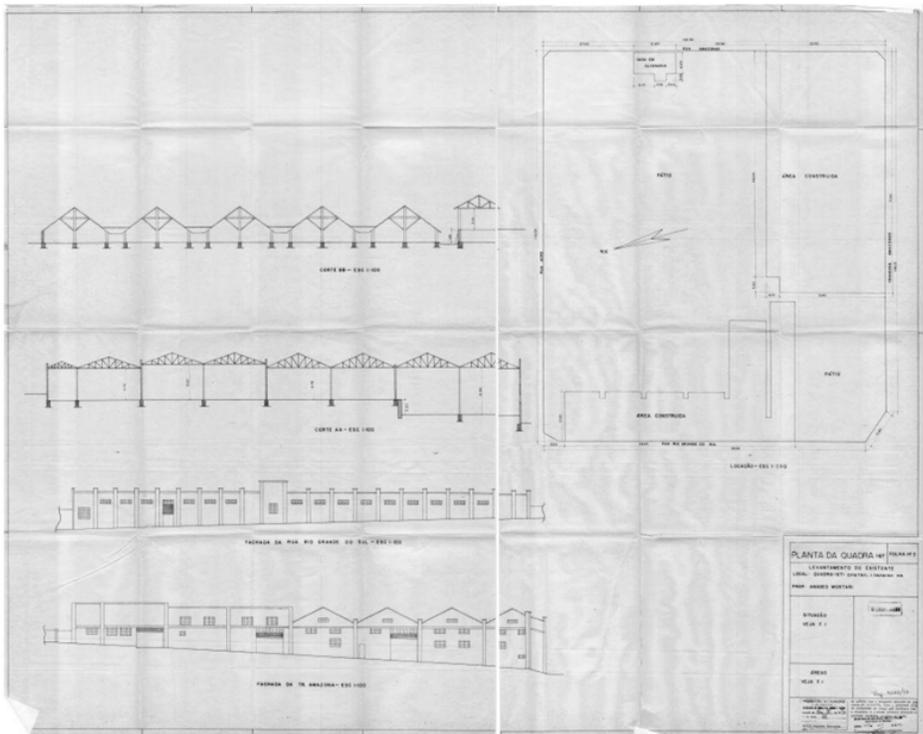
Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Figura 69 - Ampliação da Cerâmica Mortari, 1952



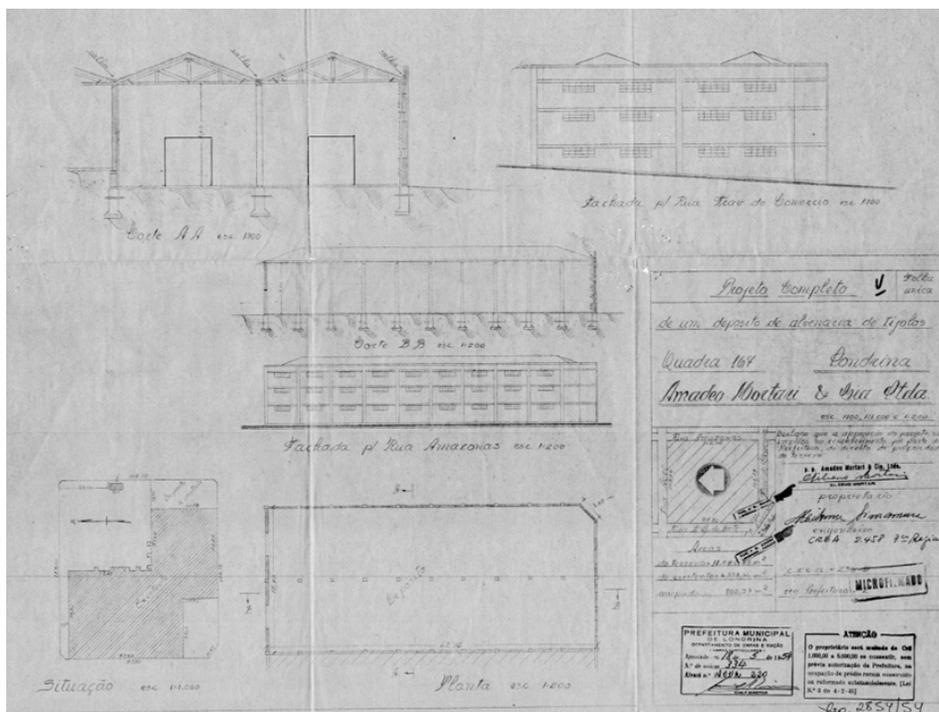
Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Figura 70 - Levantamento da estrutura da Cerâmica Mortari, 1952–1958



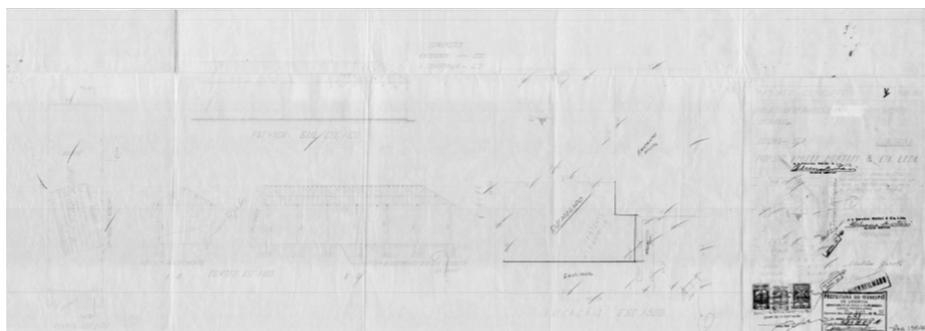
Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Figura 71 - Ampliação da Cerâmica Mortari, 1954



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Figura 72 - Ampliação da Cerâmica Mortari, 1958

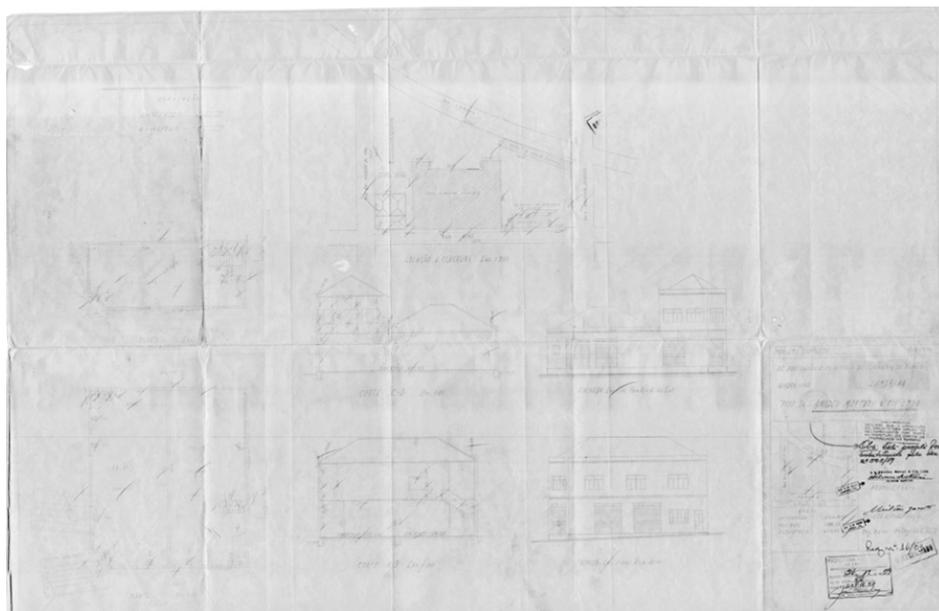


Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

A partir de 1959, algumas mudanças significativas ocorreram na quadra da Serraria Mortari (quadra 160) com a aprovação da construção de novos edifícios. Segundo documentos encontrados no Cadastro Imobiliário, no dia 26 de janeiro de 1959, foi aprovado o projeto de construção de dois salões e um escritório de alvenaria de dois pavimentos na esquina das ruas Rio Grande do Sul com Acre [Fig. 73]. Quatro dias depois, em 30 de janeiro de 1959, foi aprovado o projeto de mais dois salões na rua Rio Grande do Sul, adjacentes aos da esquina [Fig. 74].

Vale ressaltar que, nesses projetos aprovados, a estrutura dos barracões de 1 a 6 consta como sendo de madeira preexistente, enquanto apenas o edifício administrativo de dois andares, construído sobre o barracão 7, está registrado como de alvenaria. Isso sugere que, até essa data, a substituição da estrutura de madeira por alvenaria nos barracões antigos da Serraria provavelmente ainda não havia sido iniciada ou tal alteração não foi oficializada nos documentos cadastrais. No entanto, o barracão 1 e o barracão 6 aparecem expandidos em direção à rua Lorena, envolvendo a estrutura da Chaminé de cerâmica, sem esclarecer se essa modificação ocorreu previamente ou junto à mudança da estrutura de madeira inicial.

Figura 73 - Projeto da edificação 5, 1959



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Figura 74 - Projeto da edificação 6, 1959

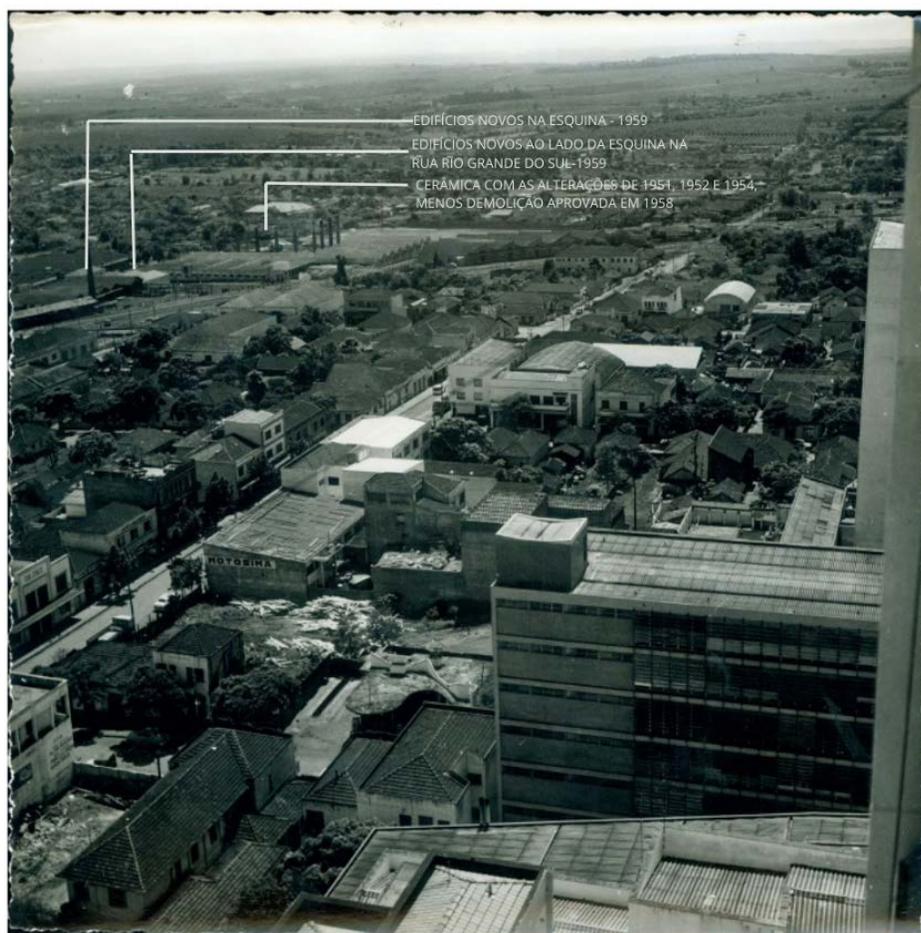


Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Na Figura 75, já é possível observar o edifício construído na esquina da rua Rio Grande do Sul com a rua Acre, bem como os dois salões na rua Rio Grande do Sul. A imagem também evidencia as alterações realizadas no terreno da Cerâmica em 1951, 1952 e 1954, excetuando-se a demolição dos barracões aprovada em 1958. Além disso, embora datada de 1959, apresenta os edifícios aprovados em 1959 finalizados, não ficando claro se houve erro na datação da foto ou se os projetos foram aprovados tardiamente.

Ademais, a imagem revela o contraste marcante entre a cidade de Londrina, em crescimento, com uma grande quantidade de edifícios, e a vasta extensão de mata nas áreas de chácara, localizadas atrás das Indústrias Mortari. Devido à visibilidade apenas parcial da Serraria e à distância da foto, não é possível observar qualquer alteração na estrutura dos barracões além da expansão dos galpões 1 e 6. Segundo Mortari (2024), a estrutura inicial de madeira foi substituída por alvenaria antes da construção dos novos edifícios de alvenaria na esquina.

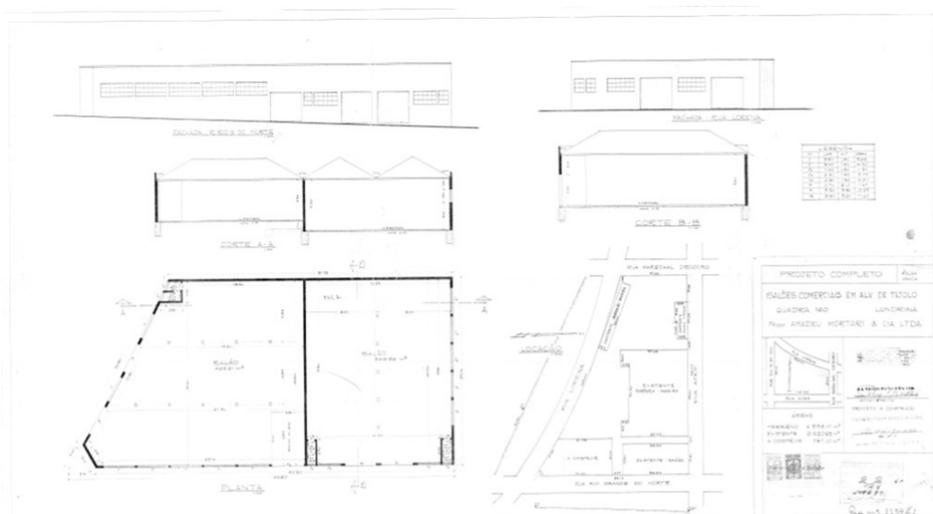
Figura 75 - Panorâmica, 1959



Fonte: Acervo do MHL, coleção José Juliani (2024),
modificada pelos autores (2024).

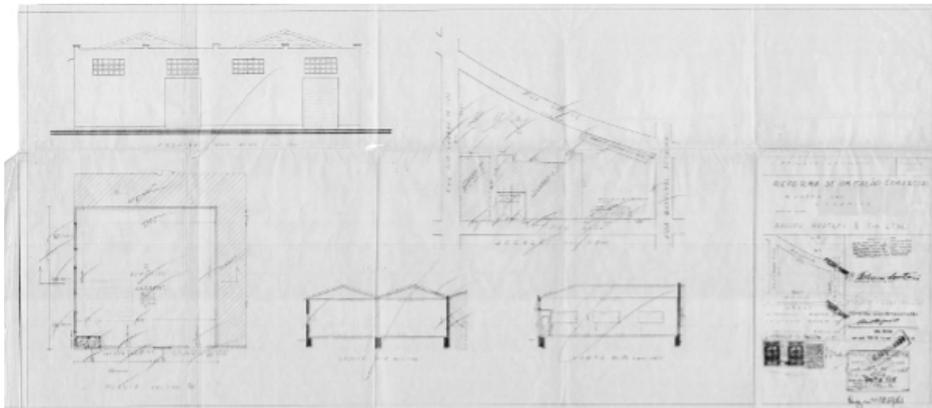
Em 1961, outras duas alterações foram aprovadas no terreno da Serraria, conforme o Cadastro Imobiliário. Em 2 de fevereiro de 1961, foi aprovado o projeto para a construção de salões comerciais em alvenaria de tijolos na esquina das atuais ruas Rio Grande do Sul e Jacob Bartolomeu Minatti [Fig. 76]. Em 7 de maio de 1961, foi aprovada a construção de um salão comercial na rua Acre, sobre parte da fachada construída em 1948 e parte dos galpões 1 e 2 da Serraria, alterando, assim, parcialmente esses barracões. Contudo, tal alteração não foi confirmada em outras imagens, indicando a possibilidade de que a construção não tenha sido totalmente realizada [Fig. 77]. Corroborando essa hipótese, Mortari (2024) afirma que, além da substituição da estrutura inicial de madeira por alvenaria e a expansão dos barracões para o sul, não foram realizadas outras alterações nos barracões.

Figura 76 - Aumento da quadra 160, 2 de fevereiro de 1961



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

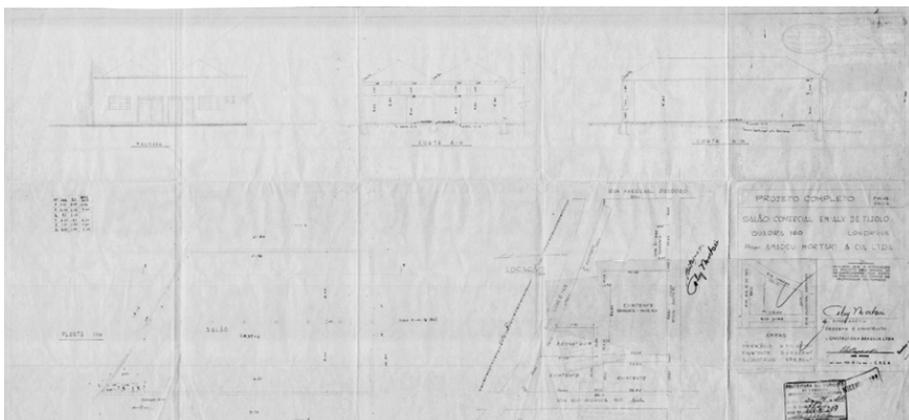
Figura 77 - Aumento da quadra 160, 7 de maio de 1961



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

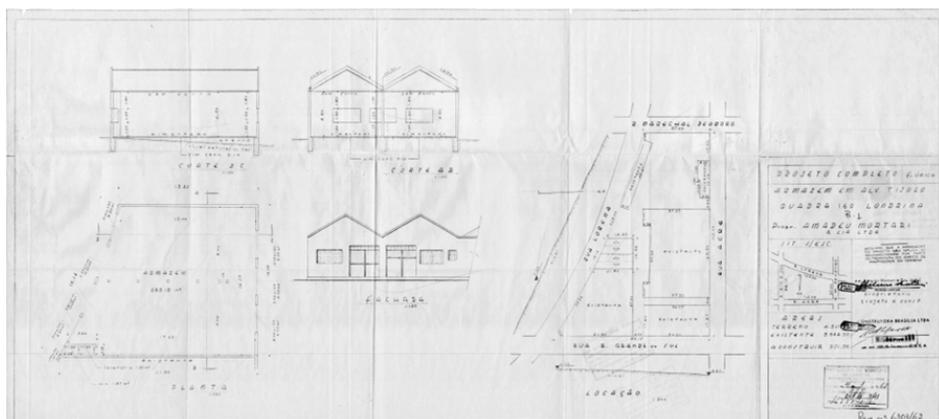
Após, outros três projetos foram autorizados na quadra da Serraria. Em 2 de abril de 1962, houve a aprovação da construção de mais um barracão de tijolos voltado para a rua Jacob Bartolomeu Minatti, ao lado do projeto aprovado em 2 de fevereiro de 1961 [Fig. 78]. Em 4 de agosto de 1962, foi aprovado outro projeto de armazém em alvenaria de tijolos no lote adjacente, na atual rua Jacob Bartolomeu Minatti [Fig. 79]. Finalmente, em 4 de dezembro de 1962, autorizou-se a construção de um salão em alvenaria de tijolos, voltado para a mesma rua Jacob Bartolomeu Minatti, ao lado do projeto aprovado em agosto [Fig. 80].

Figura 78 - Aumento da quadra 160, 02 de abril de 1962



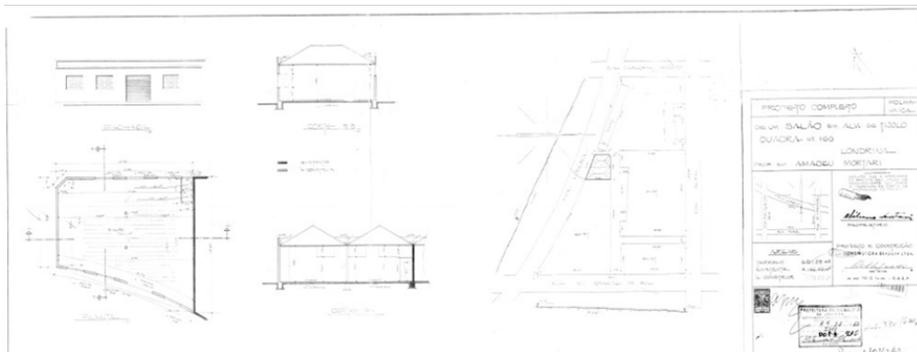
Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Figura 79 - Aumento da quadra 160, 04 de agosto de 1962



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

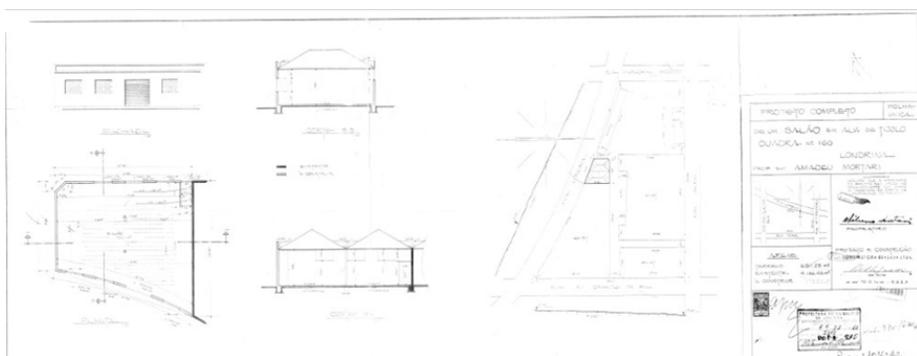
Figura 80 - Aumento da quadra 160, 04 de dezembro de 1962



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

No mesmo ano de 1962, em 8 de maio, foi aprovado na quadra 160 o projeto completo de reforma em alvenaria de tijolos. O projeto previa a demolição de 263,25 metros quadrados e a construção de 402,18 metros quadrados. A reforma transformou a construção de um único pavimento (térreo), substituindo parcialmente a fachada de 1948 da rua Acre e parte dos galpões 5 e 6 voltados para a rua Acre por uma nova construção de dois pavimentos [Fig. 81].

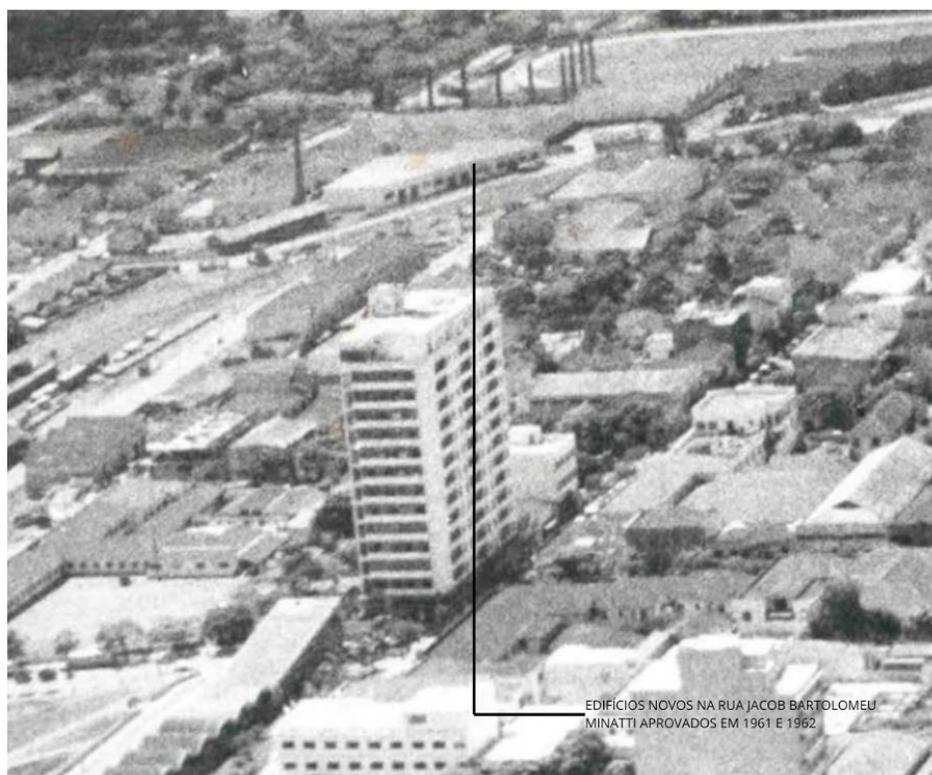
Figura 81 - Reforma dos barracões 5 e 6 e de parte da fachada de 1948, 08 de maio de 1962



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

Na figura 82, provavelmente da década de 1960, é possível observar que os edifícios novos aprovados em 1961 e 1962, voltados para a rua Jacob Bartolomeu Minatti, estão construídos. No entanto, devido à angulação e à qualidade da imagem, não é possível confirmar se as reformas de 1961 e 1962 em parte da fachada de 1948 e dos barracões 1, 2, 5 e 6 foram executadas. Também não é possível confirmar a demolição dos barracões da Cerâmica. Segundo Mortari (2024), os novos barracões construídos a partir de 1959 tinham como objetivo a locação para armazenagem de produtos diversos, como o café, e não para o uso da Serraria. Esse período marcou o início do declínio da Serraria devido à escassez de madeira e às novas leis ambientais.

Figura 82 - Indústrias Mortari, década de 1960

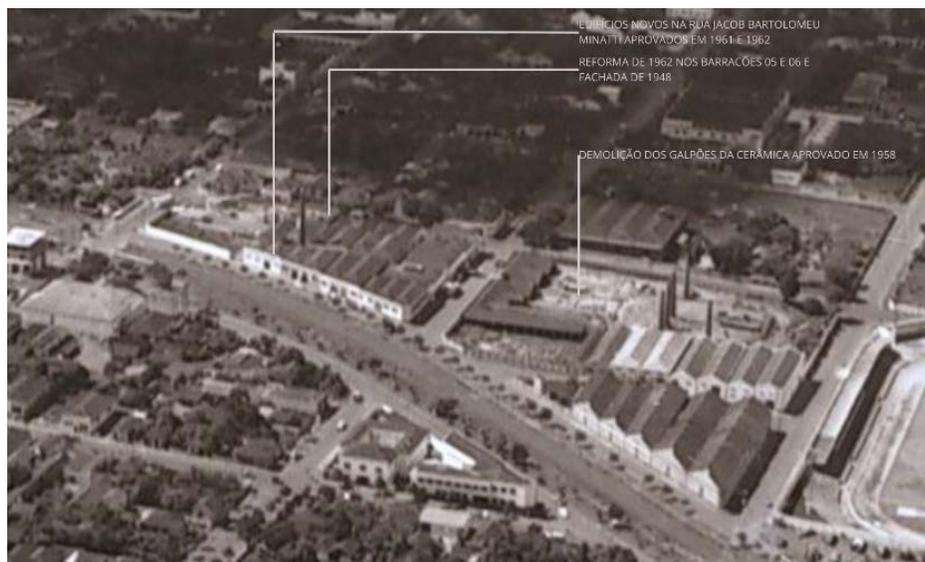


Fonte: Acervo do MHL (2024), modificada pelos autores (2024).

Em outra imagem da década de 1960 [Fig. 83], é possível observar que os barracões da Cerâmica Mortari, cuja demolição fora aprovada em

1958, já estavam demolidos. Além disso, agora um grande muro esconde parcialmente o edifício em madeira, da década de 1930, que ficava alinhado à ferrovia. As reformas na parte frontal virada para a rua Acre, nos barracões 5 e 6 e em parte da fachada de 1948 são visíveis na foto, mas não é possível confirmar a execução das reformas dos barracões 1 e 2 aprovadas em 1961 e a alteração da estrutura de madeira para de alvenaria nos barracões.

Figura 83 - Alterações na quadra 160 e 167, década de 1960



Fonte: Acervo do MHL (2024), modificada pelos autores (2024).

A imagem aérea de 1970 [Fig. 84] revela as grandes modificações realizadas na quadra 160 da Serraria. Vários edifícios foram construídos próximos à rua Rio Grande do Sul e à rua Jacob Bartolomeu Minatti (antiga rua Lorena), deixando apenas uma “rua interna” que liga o pátio aberto do lado oeste à rua Rio Grande do Sul a leste. O edifício em madeira próximo à linha férrea foi demolido, assim como as casas dos funcionários. Os seis galpões do edifício principal parecem agora recortados, formando uma ala ao norte e outra ao sul. Os galpões 5 e 6, que davam para a rua Acre, foram parcialmente demolidos e substituídos por um novo edifício. O recorte visível na aerofoto não foi confirmado por Mortari (2024), que afirmou que os barracões sempre permaneceram como uma grande estrutura interna, o que pode se tratar de alguma alteração pontual na

cobertura. Da mesma forma, a imagem aérea mostra a existência de uma rua interna que separa os antigos barracões dos novos barracões construídos na década de 1960, voltados para a rua Jacob Bartolomeu Minatti. Essa via interna dava livre acesso aos fundos dos barracões e à Chaminé, e, segundo Mortari (2024), foi projetada para possibilitar o acesso coletivo à Chaminé, reconhecendo seu valor como interesse patrimonial para Londrina.

Figura 84 - Aerofoto de 1970



Fonte: IPPUL (2024), modificada pelos autores (2024).

No terreno da Cerâmica, os edifícios de madeira dos cinco galpões voltados para a rua Rio Grande do Sul aparecem parcialmente demolidos, restando apenas a nova fachada em alvenaria. Além disso, foram construídos mais dois blocos voltados para a mesma rua, e seis novos galpões foram edificadas voltados para a travessa Amazonas. As casas próximas à rua Amazonas foram demolidas. No entorno, o campo de futebol está finalizado com arquibancadas.

A aerofotografia de 1974 [Fig. 85] mantém as características observadas na de 1970. As chaminés da Cerâmica Mortari não são visíveis, não sendo claro se a ausência se deve à qualidade da imagem ou à possível demolição nesse intervalo. Vale destacar que a linha férrea ainda estava em funcionamento.

Figura 85 - Aerofoto de 1974



Fonte: IPPUL (2024), modificada pelos autores (2024).

As imagens da década de 1970 da coleção PML confirmam a manutenção da mesma situação dos edifícios nas quadras 160 e 167 e mostram que as chaminés da Cerâmica já não existem mais [Fig. 86 e 87].

Figura 86 - Foto aérea da década de 1970



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Figura 87 - Foto aérea da década de 1970



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Na aerofotografia de 1991 [Fig. 88], os edifícios na antiga quadra da Serraria e Cerâmica permanecem sem alterações. Uma mudança significativa no entorno é a construção da nova rodoviária e a retirada da linha férrea.

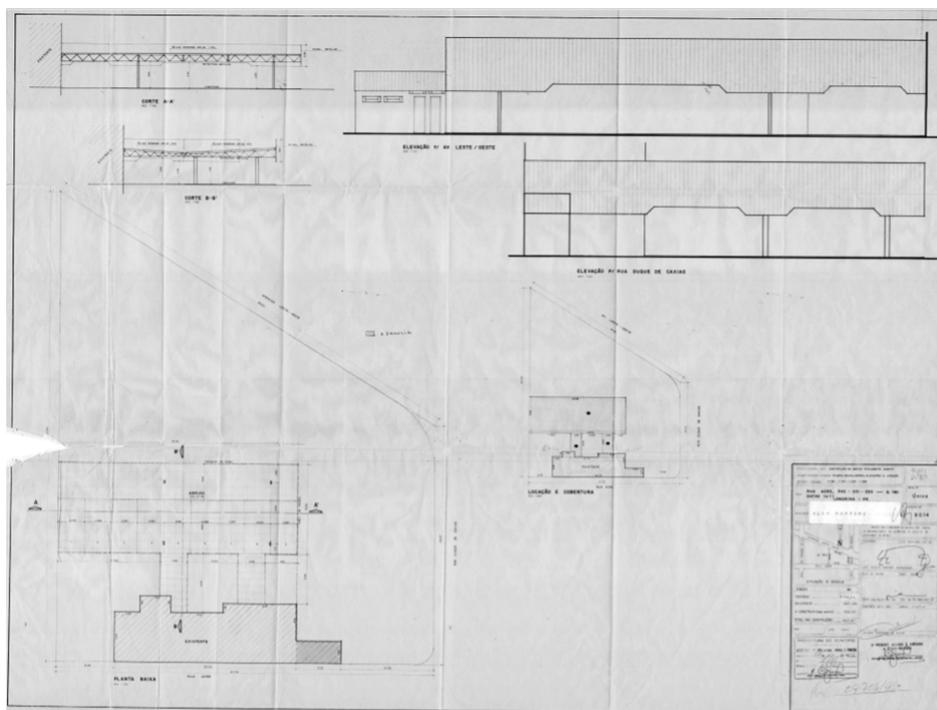
Figura 88 - Aerofoto de 1991



Fonte: IPPUL (2024), modificada pelos autores (2024).

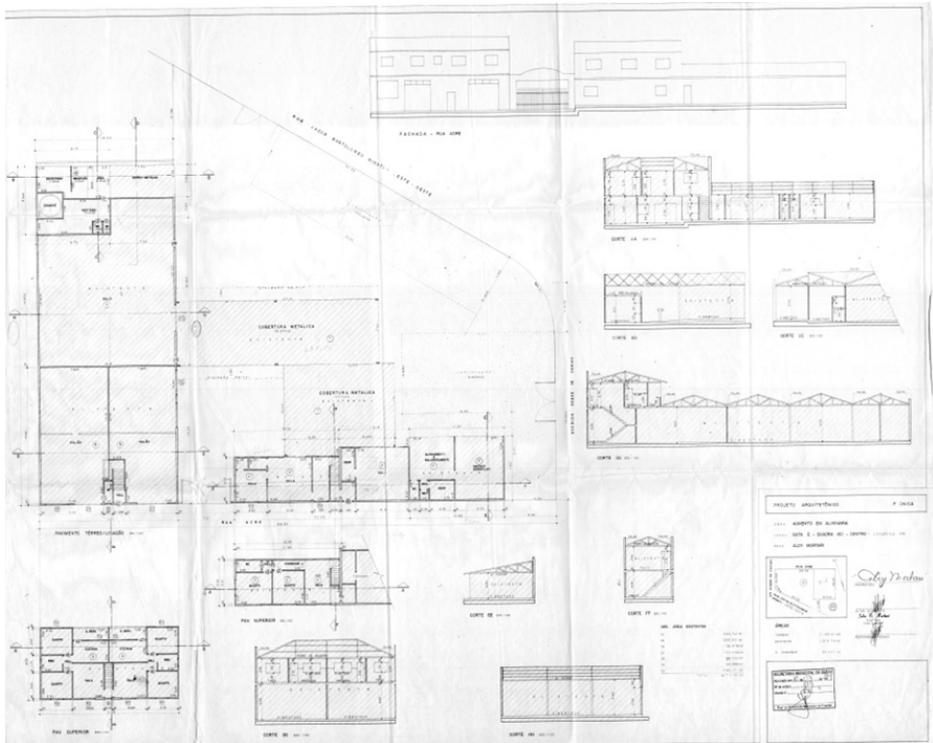
Na década de 1990, de acordo com o Cadastro Imobiliário, ocorreram alterações nas quadras 160 e 167. Em 27 de outubro de 1992, foi aprovado um aumento para um abrigo totalmente aberto na quadra 160, na esquina da rua Acre com a avenida Duque de Caxias. Essa ampliação aumentaria o edifício construído em 1948, que aparece como existente na planta e, por sua vez, foi erguido sobre o local do antigo galpão 7 [Fig. 89]. Em 10 de março de 1999, foi aprovado um novo aumento de alvenaria no mesmo lote de esquina [Fig. 90]. Vale destacar que o projeto de 1999 é um dos poucos que mostra a localização da Chaminé. Embora não seja possível afirmar as datas exatas devido à falta de documentos, os antigos galpões 5 e 6 teriam sido ampliados e “abraçavam” a estrutura da antiga Chaminé.

Figura 89 - Projeto da edificação 14, 1992



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

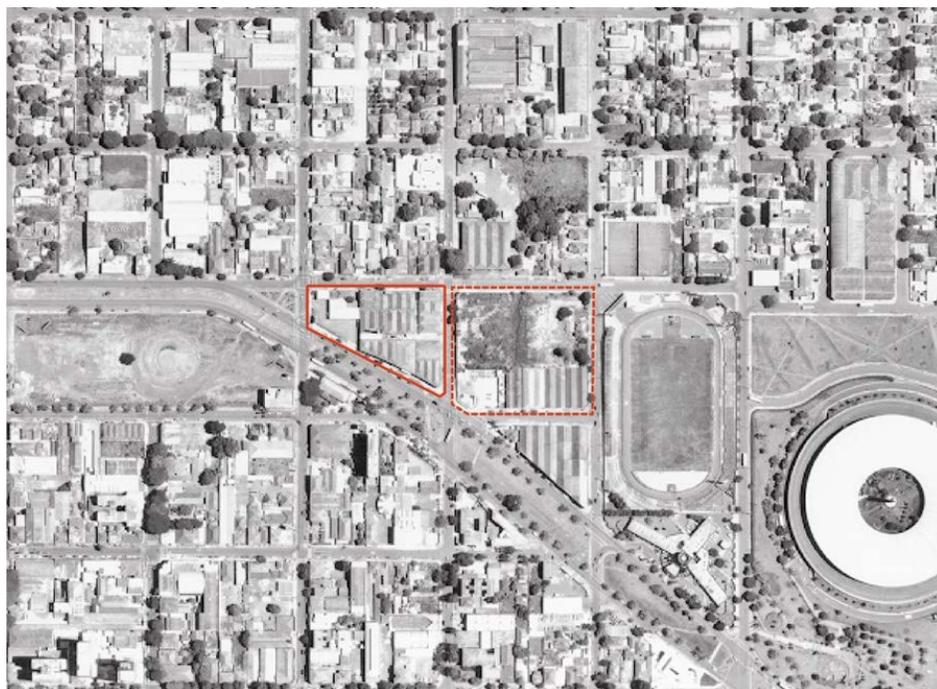
Figura 90 - Projeto da edificação 15, 1999



Fonte: Cadastro Imobiliário Municipal (2024).

A aerofotografia de 1997 [Fig. 91] mostra a demolição das fachadas em alvenaria construídas no terreno da Cerâmica voltadas para a rua Rio Grande do Sul, restando apenas o portal na esquina com a rua Acre. Os anexos aprovados em 1991 e 1999 foram construídos. Como a aerofotografia é anterior ao projeto de 1999, é provável que este se trate de uma regularização da estrutura já existente.

Figura 91 - Aerofoto de 1997



Fonte: IPPUL (2024), modificada pelos autores (2024).

A aerofotografia de 2006 [Fig. 92] mostra que, na quadra 167, foi construído o supermercado Condor, no local onde ficava a antiga Cerâmica Mortari. Não restou nada da antiga estrutura, exceto o portal na esquina [Fig. 93], cuja preservação fora solicitada, segundo Mortari (2024), quando da venda do terreno à rede de mercados. Na quadra 160, os mesmos edifícios permanecem, com apenas algumas alterações nas coberturas de um galpão voltado para a rua Jacob Bartolomeu Minatti, onde não é possível observar a cobertura cerâmica. No entorno, a Maternidade Municipal foi construída próxima ao estádio.

Figura 92 - Aerofoto de 2006



Fonte: IPPUL (2024), modificada pelos autores (2024).

Figura 93 - Antigo portal da Cerâmica, atualidade



Fonte: Autores (2024).

Nas aerofotos de 2011 [Fig. 94], 2012 [Fig. 95], 2016 [Fig. 96], 2019 [Fig. 97] e 2021 [Fig. 98], não se observam alterações significativas nas quadras 160 e 167. Os mesmos edifícios permanecem, com apenas algumas mudanças pontuais na materialidade das telhas de um edifício voltado para a rua Jacob Bartolomeu Minatti e de outro para a rua Acre, no local dos antigos barracões 5 e 6.

Figura 94 - Aerofoto de 2011



Fonte: IPPUL (2024).

Figura 95 - Aerofoto de 2012



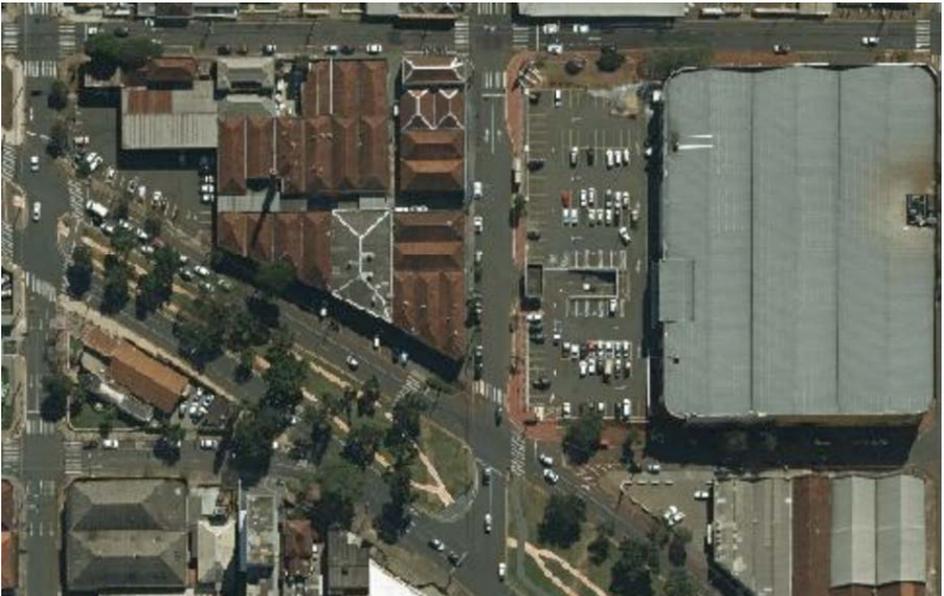
Fonte: IPPUL (2024).

Figura 96 - Aerofoto de 2016



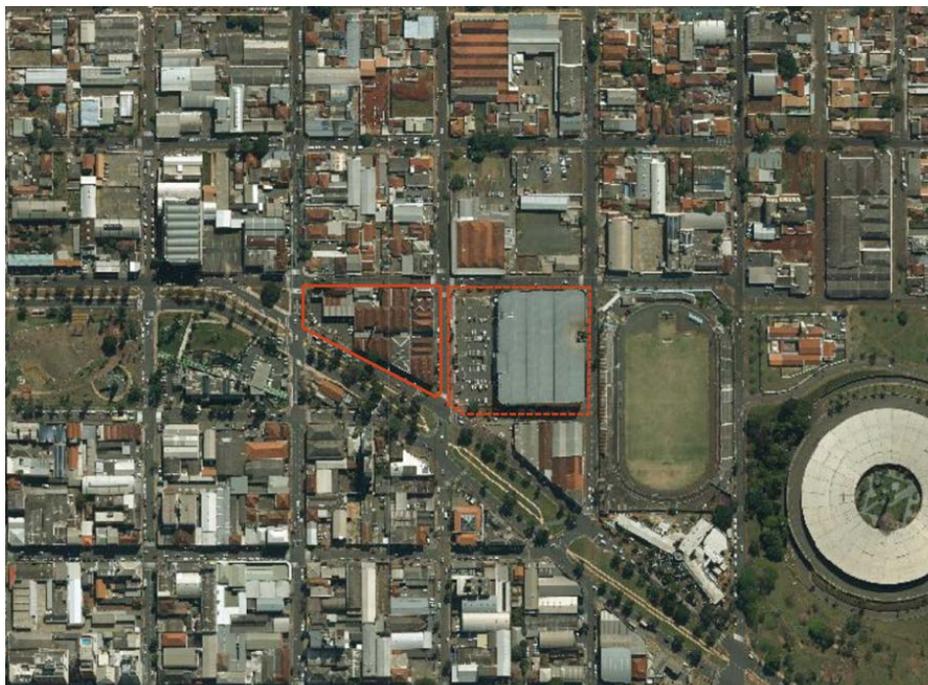
Fonte: IPPUL (2024).

Figura 97 - Aerofoto de 2019



Fonte: IPPUL (2024).

Figura 98 - Aerofoto de 2021



Fonte: IPPUL (2024).

Na aerofotografia de 2024 [Fig. 99], é possível observar uma alteração significativa na quadra 160, com a demolição dos edifícios voltados para a rua Acre mais próximos à avenida Duque de Caxias. Essa demolição chega até a base da Chaminé, afetando tanto os edifícios novos da década de 1990 quanto os edifícios novos e antigos instalados no local onde ficavam os barracões 5 e 6. Conforme apresentado no segundo capítulo, a Chaminé quase foi perdida.

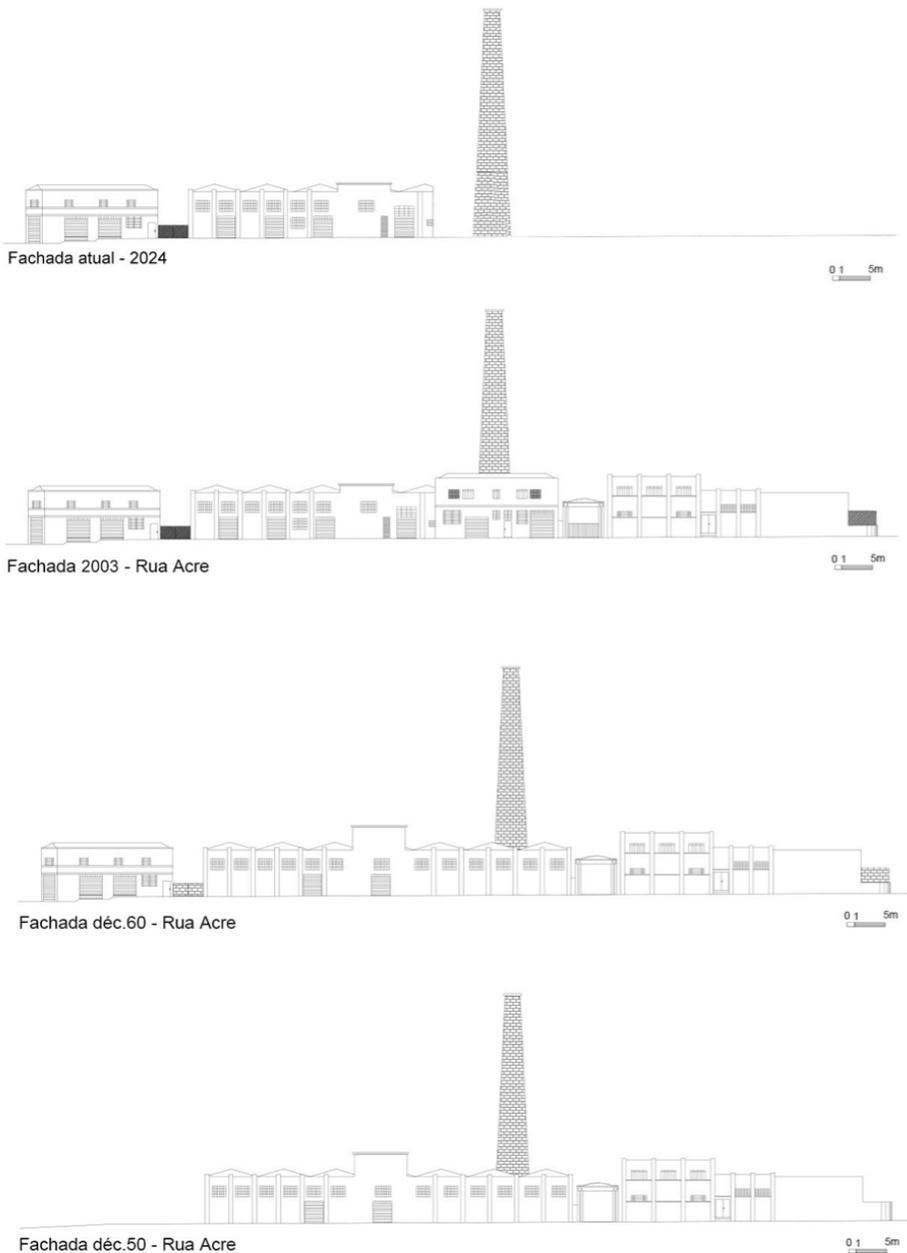
Figura 99 - Aerofoto de 2024



Fonte: Google Earth (2024).

Ao comparar as fachadas da rua Acre nas décadas de 1950, 1960, e em 2003 e 2024, é possível observar que, com exceção dos edifícios demolidos, boa parte das estruturas foram mantidas, com apenas alterações pontuais nas aberturas [Fig. 100]. A fachada de 1948 teve o acréscimo de algumas portas metálicas, enquanto o edifício da esquina permaneceu sem alterações.

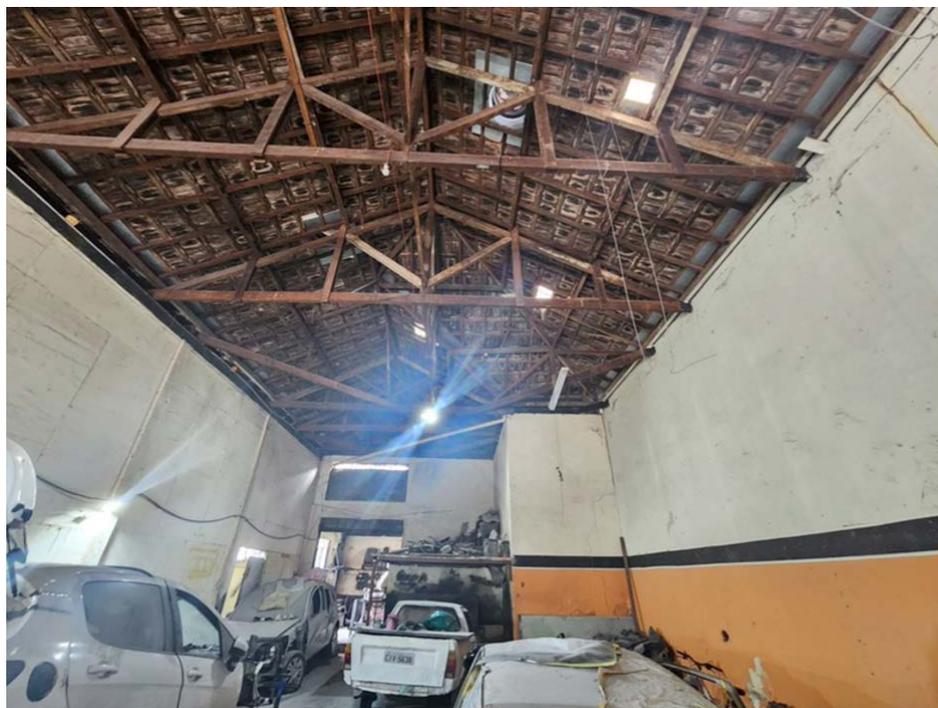
Figura 100 - Fachadas da rua Acre ao longo dos anos:
décadas de 1950 e 1960, e em 2003 e 2024



Fonte: Siglon, Ficha de Inventário E82, modificada pelos autores (2024).

Na parte interna dos barracões 4 e 5, que possuem a fachada de 1948, é possível observar a estrutura de madeira do telhado e as telhas cerâmicas produzidas pela Cerâmica Mortari [Fig. 101 e 102]. Os fechamentos laterais são de alvenaria, confirmando a mudança da estrutura inicial de madeira para alvenaria, conforme citado por Mortari (2024). Além disso, houve a troca das telhas cerâmicas da década de 1930, que não eram de fabricação própria, por telhas produzidas pela Cerâmica Mortari. Embora não seja possível confirmar as datas exatas dessas alterações, elas ocorreram antes da construção dos edifícios de 1959 e após o projeto de 1948.

Figura 101 - Edificação 3, estrutura em madeira e telha da Cerâmica Mortari



Fonte: Autores (2024).

Figura 102 - Edificação 3, telhas cerâmicas fabricadas pela Cerâmica Mortari



Fonte: Autores (2024).

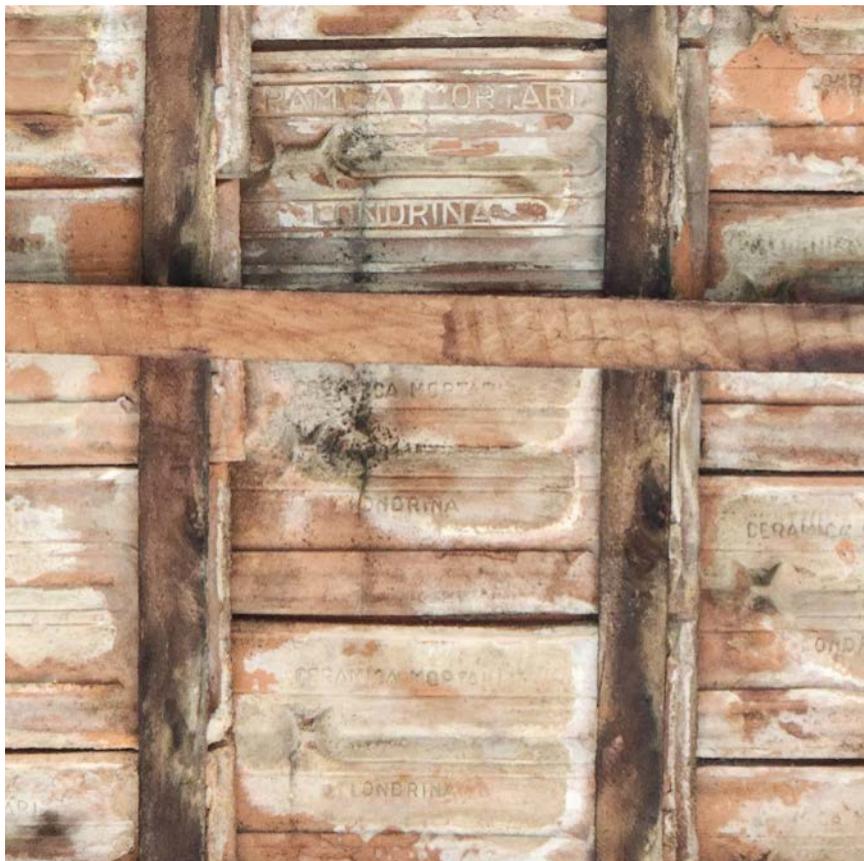
Nas fachadas da rua Rio Grande do Sul e da rua Jacob Bartolomeu Minatti levantadas em novembro de 2024, comparadas com os projetos aprovados na década de 1960, observou-se que algumas aberturas sofreram alterações em quantidade e formato, com a transformação, em alguns casos, de antigas janelas em portas. No entanto, as volumetrias e o desenho das coberturas permanecem os mesmos, incluindo algumas com madeiramento aparente da estrutura do telhado [Fig. 103] e telhas da Cerâmica Mortari [Fig. 104]. Apenas um dos edifícios voltados para a rua Jacob Bartolomeu Minatti sofreu alteração na materialidade das telhas e no desenho da platibanda frontal [Fig. 105].

Figura 103 - Vista interna do edifício de esquina da rua Rio Grande do Sul com a rua Jacob Bartolomeu Minatti, novembro de 2024.



Fonte: Autores (2024).

Figura 104 - Vista das telhas cerâmicas fabricadas pela Cerâmica Mortari, edifício de esquina da rua Rio Grande do Sul com a rua Jacob Bartolomeu Minatti, novembro de 2024.



Fonte: Autores (2024).

Figura 105 - Edificação voltada para a rua Jacob. Bartolomeu Minatti, com alteração na platibanda e na materialidade da telha, novembro de 2024

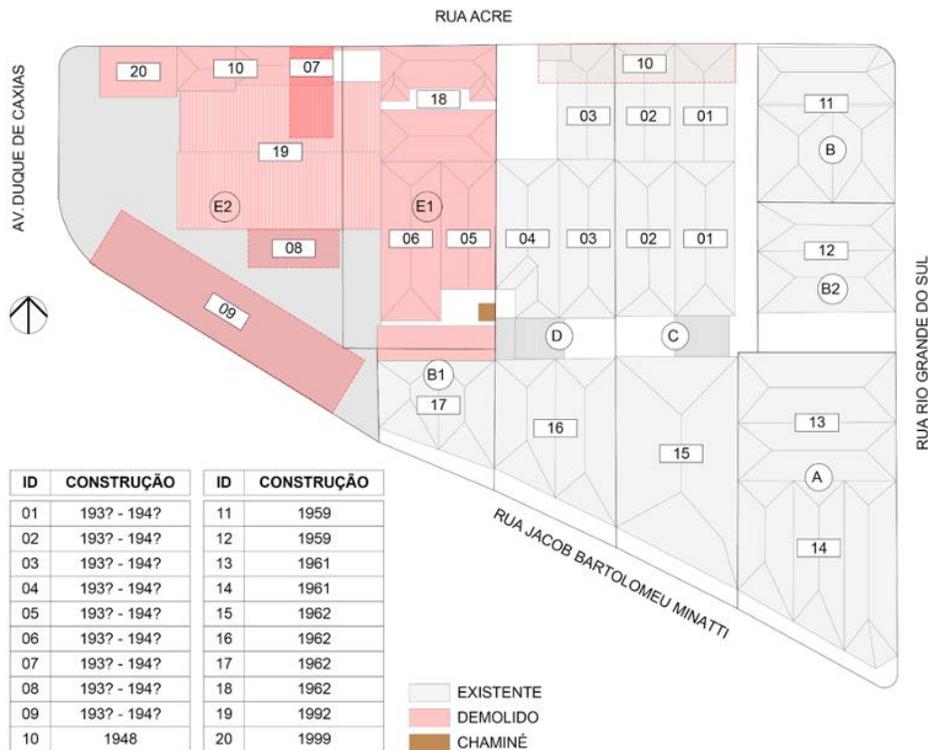


Fonte: Autores (2024).

Concluindo, observa-se que, na quadra da antiga Cerâmica Mortari, apenas o portal sobreviveu. Na quadra da Serraria Mortari, apesar das várias alterações ao longo dos anos, ainda existem áreas que parecem ter mantido a sua estrutura principal, com poucas mudanças.

Na figura 106, elaborada a partir dos dados coletados, é possível perceber a evolução pela qual os edifícios passaram e quais se mantiveram até a atualidade. Os barracões 1, 2 (localizados no lote C), 3 e 4 (localizados no lote D) da década de 1930, mesmo com a substituição da estrutura de madeira por alvenaria, mantiveram sua volumetria e proporção inicial preservada, com exceção da fachada voltada para a rua Acre, que teve parte demolida em 1948, e a extremidade sul, que sofreu acréscimos pontuais. O restante dos barracões (localizados nos lotes A, B, B2, C, D e B1) manteve as mesmas características físicas após a alteração da estrutura de madeira, do telhado e das telhas da Cerâmica Mortari.

Figura 106 - Esquema de alterações na quadra 160



Fonte: Autores (2024).

Ademais, vários barracões construídos nas décadas de 1961 e 1962, voltados para as ruas Rio Grande do Sul e Jacob Bartolomeu Minatti, também permaneceram, em sua maioria, até os dias atuais, com apenas algumas alterações na materialidade das telhas e em aberturas pontuais nas suas fachadas. Dessa forma, a Chaminé, única sobrevivente das Indústrias Mortari, faz parte de um conjunto maior de remanescentes das décadas de 1940 e 1960, períodos em que a Serraria Mortari ainda estava em operação.

4 A CHAMINÉ DA SERRARIA MORTARI

A Chaminé construída em tijolos cerâmicos, objeto deste estudo, é a segunda utilizada pela Serraria Mortari [Fig. 107]. Quanto à construção, não foi possível verificar sua presença nos projetos legais analisados, pois essa estrutura não era representada nos desenhos mais antigos. Sabe-se, contudo, que integrava o conjunto de edificações erguidas na quadra 160, o que motivou, inclusive, sua manutenção, sendo a única Chaminé remanescente dos empreendimentos Mortari. Após a demolição de algumas dessas construções, e a suspensão da derrubada da Chaminé, esse elemento ficou ainda mais evidente na quadra.

Figura 107 - Chaminé da Serraria Mortari, novembro de 2024



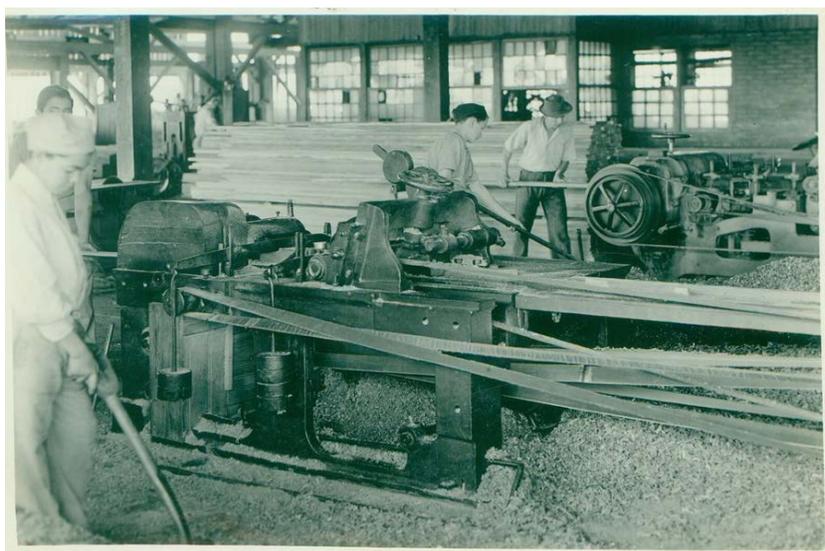
Fonte: Autores (2024).

Visando à documentação e análise da situação atual do bem, foram realizadas duas visitas ao local, em novembro de 2024. A primeira para reconhecimento espacial da Chaminé e do seu entorno, com a presença de Marcos Parisotto, da Diretoria de Patrimônio Histórico de Londrina. A segunda para levantamento detalhado das informações necessárias

à representação técnica e modelagem. O método utilizado para o levantamento de medidas foi estabelecer os pontos para amarração do objeto no lote, sendo eles a parede de fundos do barracão localizado no lote D e a parede lateral remanescente da demolição no lote E1, a oeste.

A estrutura da Chaminé é dividida em **base**, onde ficava a abertura do forno; **fuste**, que diz respeito ao comprimento; e **coroa**, a parte mais alta, onde se encontra a saída de fumaça. Com relação ao funcionamento, sabe-se que era utilizada para a exaustão dos gases e da fumaça provenientes da queima de materiais que alimentavam uma caldeira (Resende, 2023), que, por sua vez, ficava conectada à sua base e era responsável por gerar energia a vapor para a Serraria. Não foi possível confirmar qual ou quais equipamentos usufruíam dessa energia, mas algumas fotos antigas [Fig. 108 a 110] mostram os trabalhadores operando máquinas conectadas por tubulações e engrenagens. Na figura 108, observa-se ao fundo uma sala fechada em madeira e vidro, onde estava localizada a casa de máquinas. Essa sala recebia o vapor gerado pela caldeira e transformava-o em energia, que era então distribuída por canais subterrâneos até os maquinários da Serraria (Mortari, 2024).

Figura 108 - Trabalhadores na Serraria Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Figura 109 - Trabalhadores na Serraria Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Figura 110 - Trabalhador na Serraria Mortari



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Outra imagem sem data mostra a frente da caldeira [Fig. 111], onde um homem insere tábuas por uma abertura horizontal. Ao lado da porta ficava o termostato para acompanhamento da temperatura e, à sua frente, há uma porta metálica, instalada em uma estrutura de tijolos cerâmicos, que segue para os fundos. Não é possível enxergar a Chaminé, que, segundo Mortari (2024), estaria na frente da caldeira a uma pequena distância, mas externa à cobertura do barracão.

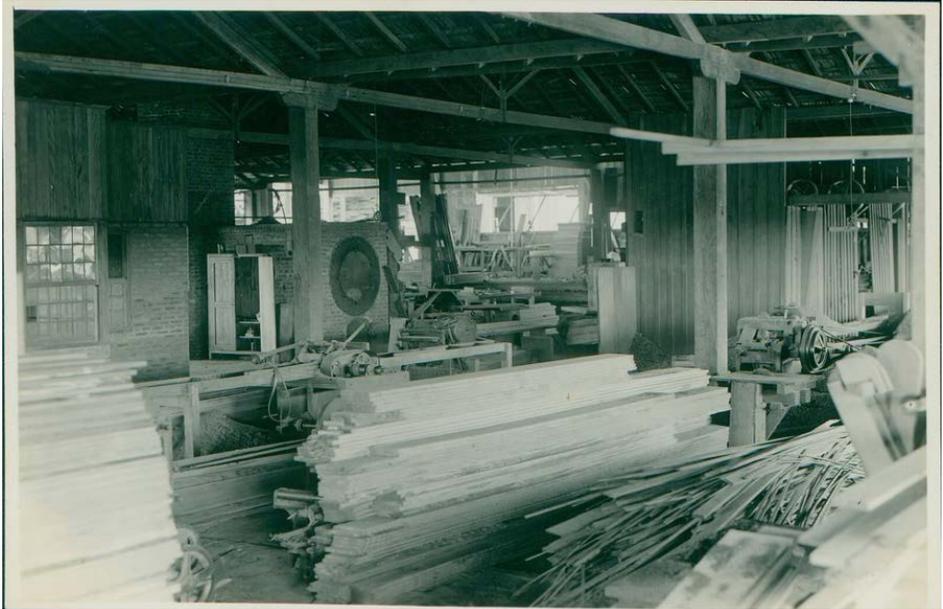
Figura 111 - Frente da caldeira



Fonte: Acervo do MHL (2024).

Outra foto [Fig. 112] mostra a parte interna da Serraria, com uma estrutura similar à anterior ao fundo, construída em tijolos cerâmicos e com uma porta de metal. No entanto, o desenho e as dimensões das portas são diferentes, pois, segundo Mortari (2024) trata-se da mesma caldeira, mas a imagem seria da parte dos fundos da caldeira, e do lado esquerdo o ambiente envidraçado seria a casa de máquinas. Como ambas as imagens não possuem datas, não é possível afirmar exatamente a relação da caldeira com a Chaminé, mas segundo Mortari (2024) a caldeira seria a segunda, construída após a explosão.

Figura 112 - Fundo da caldeira e sala de máquinas à esquerda

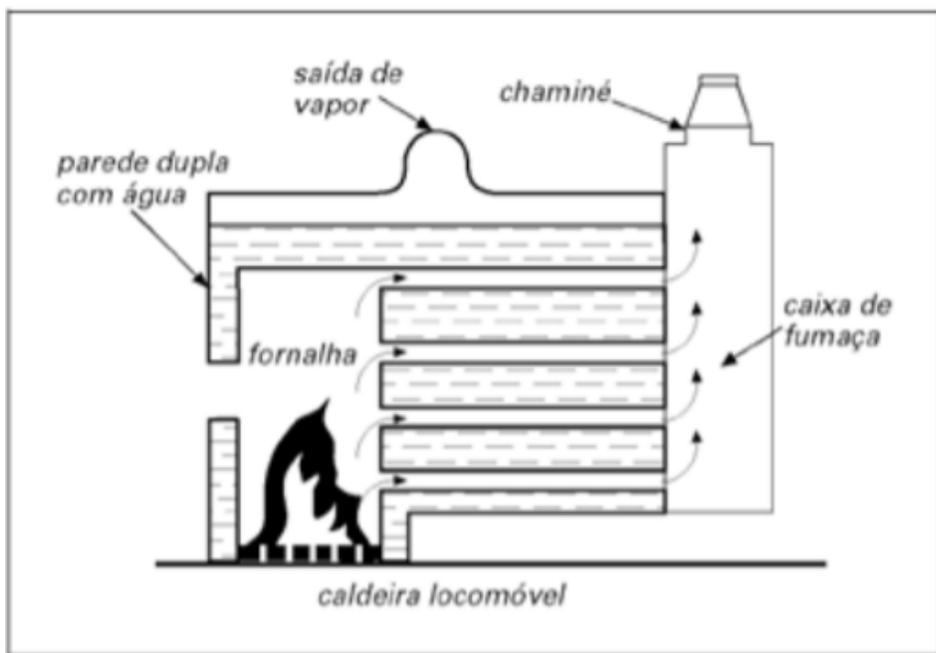


Fonte: Acervo do MHL (2024).

Sobre a conexão da caldeira com a Chaminé, Mortari (2024) não conseguiu determinar se a ligação era feita por tubulação aérea ou subterrânea. Ele mencionou que havia apenas uma abertura na Chaminé de cerâmica para essa conexão, a qual não era utilizada para colocar madeiras. Essa abertura era mais alta para melhorar a saída da fumaça da caldeira pela Chaminé, enquanto o vapor era direcionado da caldeira para a sala de máquinas.

A figura 113 ilustra um esquema de caldeira flamotubular que utiliza água, destacando a diferença entre a saída de vapor e de fumaça para a chaminé. Segundo os relatos de Mortari (2024), a conexão da caldeira com a Chaminé de alvenaria não seguia exatamente o desenho, mas, devido à semelhança de funcionamento, ambas podem ser consideradas análogas.

Figura 113 - Esquema de caldeira flamotubular usada em serrarias

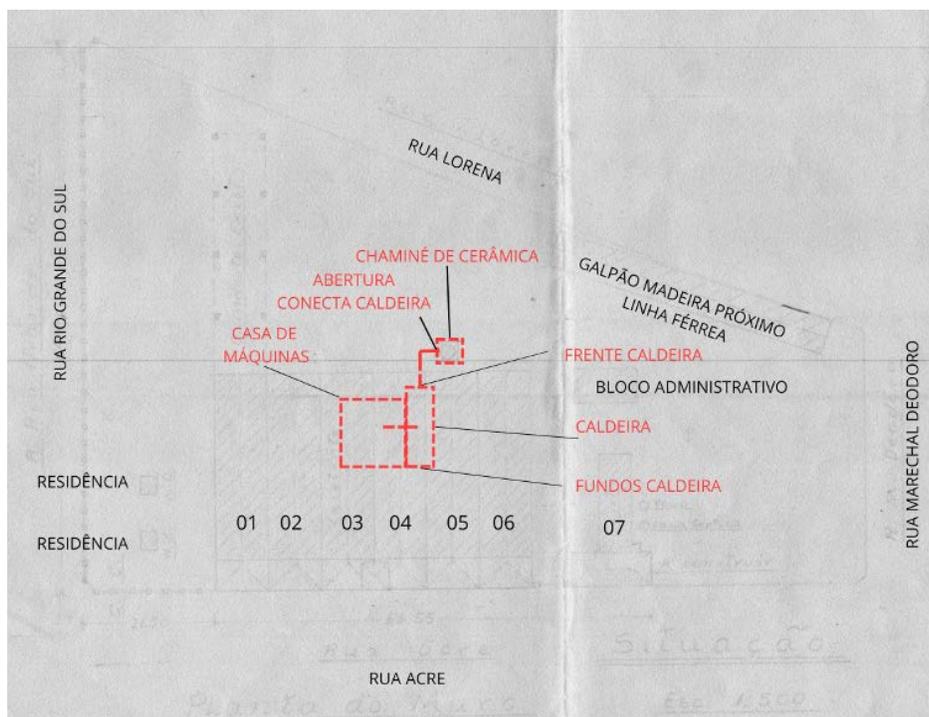


Fonte: Silva (2015, p. 17).

Com base nas imagens e nos relatos de Mortari (2024), pode-se elaborar um esquema aproximado da localização e funcionamento da caldeira, sala de máquinas e Chaminé, embora o percurso exato das tubulações que faziam as conexões, não esteja claro.

Por se tratar de um desenho aproximado, não é possível determinar as dimensões exatas da sala de máquinas e da caldeira, bem como suas localizações precisas. Assim, podem ocorrer variações nas dimensões reais e deslocamentos na implantação entre os barracões 3, 4 e 5 [Fig. 114].

Figura 114 - Esquema aproximado da localização da caldeira, sala técnica e Chaminé



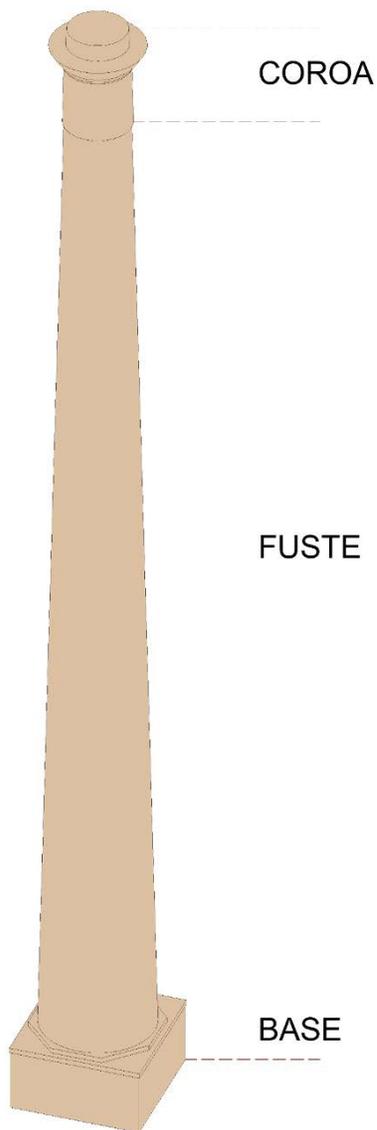
Fonte: Autores (2024).

As medidas *in loco* referentes às alturas de cada uma das partes da Chaminé foram tiradas apenas da base, sendo as medidas de fuste e coroa deixadas para a etapa de análise de imagens e manipulação dos desenhos técnicos existentes. Nessa fase, para a definição da altura do fuste da Chaminé, foi considerada a Ficha de Inventário elaborada por Rex (2003), que apresenta as vistas das fachadas do lote 160 voltadas para as ruas Jacob Bartolomeu Minatti, Rio Grande do Sul e Acre. Para a coroa, foram consideradas as fotografias históricas e de levantamento, uma vez que nos estudos de Rex (2003) não consta esse nível de detalhe.

Dessa forma, tendo como referência as medidas já obtidas da altura da base em *softwares* de edição de imagens e da altura de fuste obtida a partir da escala gráfica nas vistas de fachada de Rex (2003), obteve-se um estudo básico de forma [Fig. 115]. Dadas as limitações de equipamentos e infraestrutura para alcançar grandes alturas, houve dificuldade acentuada

na obtenção de dados consistentes para a modelagem dos detalhes de frisos, reentrâncias, disposição exata de tijolos e reprodução precisa da coroa. Esta última teve o desafio acentuado em virtude de sua demolição parcial, restando apenas fotografias históricas.

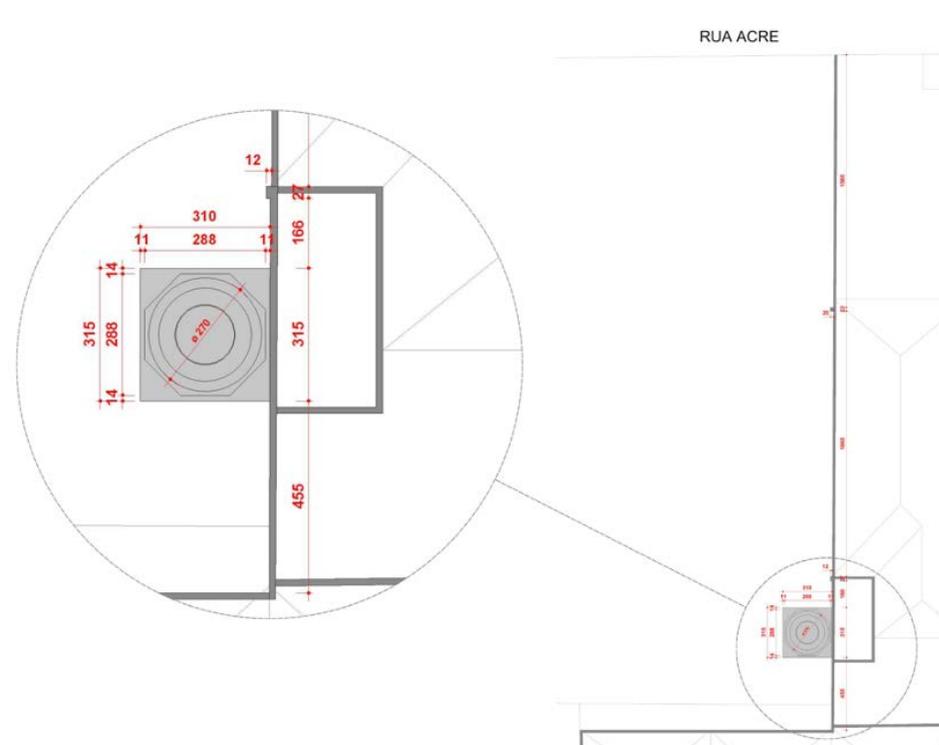
Figura 115 - Perspectiva da Chaminé



Fonte: Autores (2024).

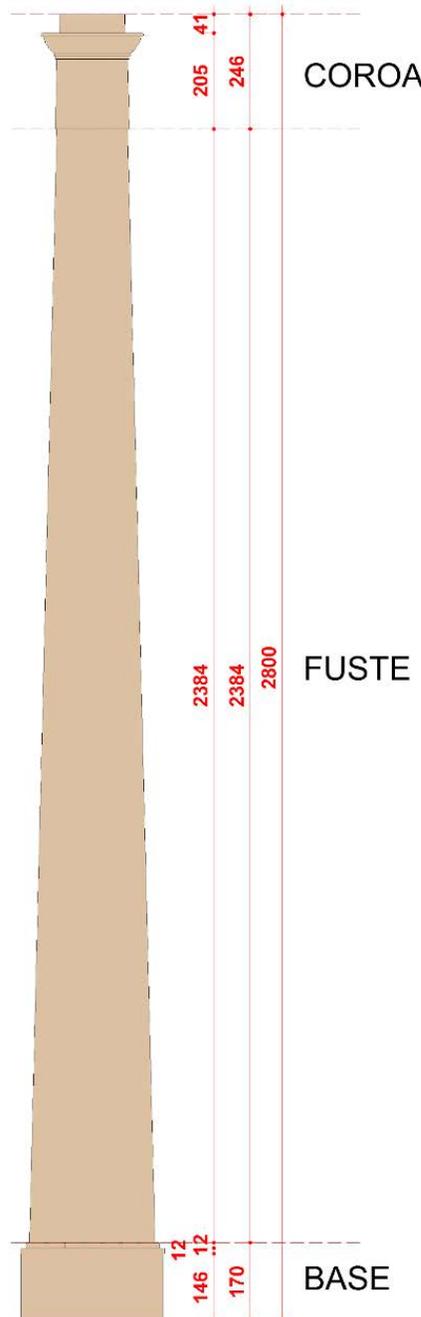
A Chaminé possui uma base de 3,1 x 3,15 metros e um diâmetro inicial de aproximadamente 2,7 metros [Fig. 116]. Está localizada a 4,55 metros da parede lateral, unida com a parede do fundo, e a aproximadamente 32,7 metros de distância do alinhamento predial voltado para a rua Acre. Sua base possui 1,58 metro de altura, o fuste, aproximadamente 23,8 metros e a coroa, 2,46 metros, totalizando uma altura final de aproximadamente 28 metros [Fig. 117].

Figura 116 - Planta baixa da Chaminé



Fonte: Autores (2024).

Figura 117 - Elevação técnica da Chaminé



Fonte: Autores (2024).

Os tijolos cerâmicos utilizados na sua construção são maciços, com formato retangular e dimensões de aproximadamente 5,5 x 11 x 25 centímetros. Embora tenham sido encontrados tijolos maciços ao lado da Chaminé com a inscrição “CM”, de Cerâmica Mortari, segundo relato de Mortari (2024), esses tijolos foram fabricados posteriormente na fazenda dos Mortari, na década de 1940, e não seriam os tijolos usados na construção da Chaminé. Provavelmente o exemplar encontrado pode ser de uma das estruturas demolidas dos barracões antigos, próximas à Chaminé, como já abordado. A Cerâmica Mortari, segundo Mortari (2024), fazia apenas tijolos furados, não maciços. Outro modelo de tijolo empregado na construção possui formato quase triangular [Fig. 118], utilizado para criar o formato cônico da Chaminé.

Figura 118 - Tijolo maciço angular da Chaminé



Fonte: Autores (2024).

A base, assim como toda a Chaminé, é composta de tijolos maciços, unidos por argamassa, organizados em padrões específicos chamados de amarração e fiada³. As três primeiras fiadas de tijolos têm amarração alternada, isto é, os tijolos estão dispostos de forma que a camada superior sempre terá as bordas do tijolo no meio de um tijolo da camada inferior e a fiada terá a espessura do maior lado do tijolo [Fig. 119]. Na quarta camada, os tijolos foram assentados com seu maior lado voltado para fora. Por isso, pressupõe-se que haja um segundo tijolo para o lado de dentro, compondo uma parede mais grossa, intercalando assim a direção de assentamento dos tijolos. Dessa forma, as camadas seguintes têm uma alternância na direção dos tijolos, e o uso dessa técnica resulta em uma parede mais grossa, possivelmente, com maior estabilidade e resistência estrutural. Atualmente, uma das faces da base apresenta os tijolos cobertos, e segundo o relato de Mortari (2024), não se sabe o que levou a rebocar esta parede.

Figura 119 - Base em tijolos maciços, com zoom (fachada norte, rua Acre)



8 FIADA
7 FIADA
6 FIADA
5 FIADA
4 FIADA
3 FIADA
2 FIADA
1 FIADA

Fonte: Autores (2024).

O topo da base é arrematado por duas lajes de doze centímetros de espessura cada [Fig. 120]: a primeira possui formato retangular e uma alternância na disposição dos tijolos; a segunda possui formato octogonal e também apresenta amarrações alternadas. É preciso ressaltar que, nesse caso, não há como analisar a paginação de tijolos dessas lajes, em planta. Assim como as lajes, as amarrações e fiadas de tijolos seguem o

³ Amarração refere-se à forma como os tijolos são dispostos, para garantir estabilidade e distribuir o peso da estrutura, enquanto a fiada é o nome dado a cada camada horizontal de tijolos colocada durante a construção.

mesmo padrão nas demais fachadas visíveis, tendo pontuais alterações de amarrações, possivelmente para obter a uma dimensão final alinhada em todas as camadas.

Figura 120 - Lajes da base da Chaminé



Fonte: Autores (2024).

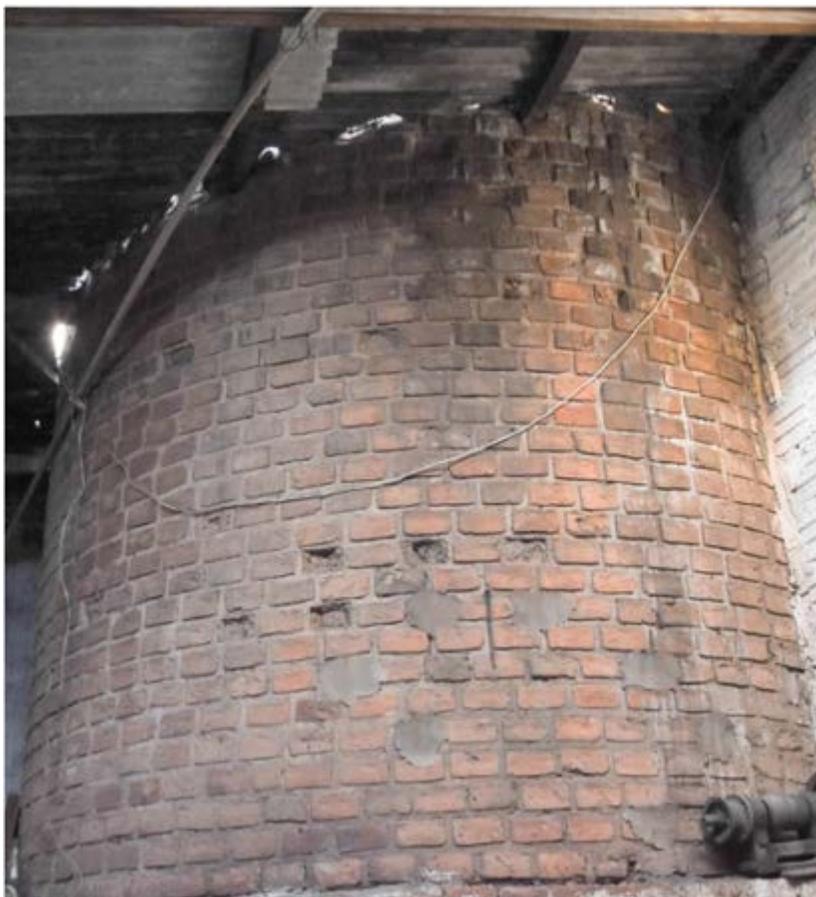
Com relação ao fuste, nota-se que, com a demolição das construções, possui uma marca diagonal do que antes era uma cobertura [Fig. 121], além de marcas esbranquiçadas, provavelmente de pinturas anteriores. Na foto seguinte [Fig. 122], observa-se como estava construída a cobertura que envolvia essa parte da Chaminé. Nota-se também uma parede saindo da metade da Chaminé, possivelmente localizada no ponto pintado de branco, e que atualmente não existe mais.

Figura 121 - Fuste da Chaminé com resquícios de construções anteriores



Fonte: Autores (2024).

Figura 122 - Chaminé antes da demolição dos barracões



Base de antiga chaminé, protegida por uma sala

Fonte: Galdin [20--?].

Outro elemento que chama a atenção são duas ripas de madeira presas na metade do comprimento da Chaminé [Fig. 123], em formato de cruz. Não é possível afirmar quando elas foram instaladas nem com qual finalidade, embora uma suposição seria para a fixação da fiação de energia. Outra observação é quanto à variação de cor dos tijolos, que pode ser explicada pela diferença na coloração da terra utilizada na fabricação.

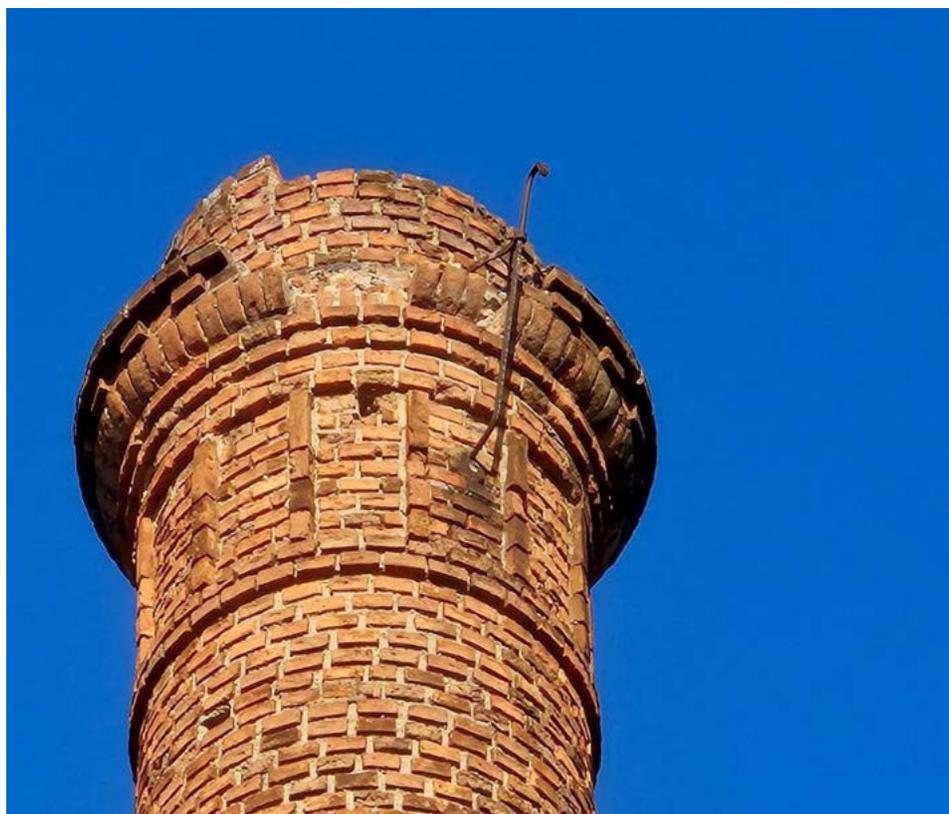
Figura 123 - Fuste da Chaminé com resquícios de construções anteriores



Fonte: Autores (2024).

A coroa da Chaminé possui em sua composição diferentes tipos de tijolos, que formam os frisos e ornamentos. É possível considerar cinco camadas de diferentes tipos de ornamentos, escalonados e com diferentes desenhos [Fig. 124]. De acordo com Gilseno Mortari Júnior, o “anel” que circunda a coroa e todo o seu desenho é uma assinatura do construtor de origem italiana, responsável pela execução não apenas da Chaminé aqui estudada, como também das outras chaminés da Cerâmica, que ficavam na quadra 167 e foram demolidas (Mortari Júnior, 2024). Dessa forma, a Chaminé é o último exemplar dessa assinatura e desse modo de fazer.

Figura 124 - Coroa da Chaminé, novembro de 2024



Fonte: Autores (2024).

Outro ponto levantado por Mortari Júnior (2024) foi a dificuldade de se desmontar apenas esse pedaço da Chaminé, o que consumiu horas de trabalho antes da paralisação da demolição. Tal fato demonstra que a

demolição dessa estrutura não seria simples e demandaria intervenção cuidadosa para que o procedimento ocorresse de forma segura, visto que o bem se encontra próximo a diversas construções e sua altura e robustez aumentam o grau de dificuldade. Tais constatações apontam à preferência por sua manutenção em vez da demolição. A figura 125 mostra o pedaço da coroa que se perdeu, além de ser possível observar um para-raios instalado no topo e outro elemento metálico não identificado.

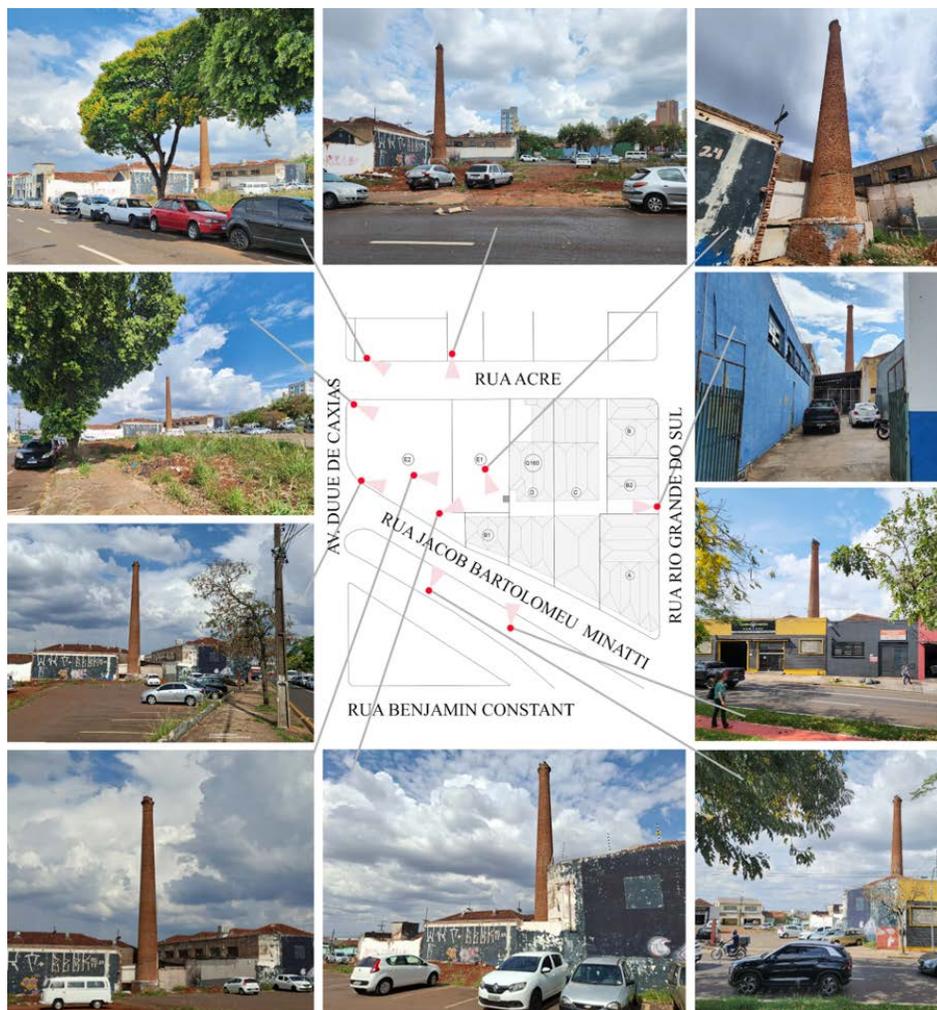
Figura 125 - Coroa da Chaminé com demolição iniciada



Fonte: Autores (2024).

Com relação à implantação da Chaminé [Fig. 126], o bem está no lote E1 da quadra 160, alinhada na divisa com o lote D. Tanto o lote E1 quanto o lote E2 encontram-se desocupados, permitindo a visualização por completo da estrutura, de sua base até o topo. Atualmente, ambos os lotes são usados como estacionamento e também como depósito informal de rejeitos diversos. Os lotes E1 e E2 não possuem cercamento, portanto, é possível ter acesso livre até a Chaminé.

Figura 126 - Esquema de vistas da Chaminé a partir da quadra 160 e o entorno imediato



Fonte: Autores (2024).

Sua base está ligada a um muro, na divisa com o lote D, no qual se tem uma abertura ao lado da Chaminé, com a mesma altura da base [Fig. 127]. Essa abertura estava fechada por uma tábua no primeiro levantamento e aberta no segundo, não sendo possível afirmar o motivo dessa diferença. Assim, foi possível verificar que se trata de um pequeno espaço sem cobertura, que foi vedado, mas que provavelmente dava acesso às instalações no lote D.

Figura 127- Abertura na lateral da Chaminé



Fonte: Autores (2024).

Esse pequeno espaço está bem próximo às demais construções do lote D [Fig. 128], e dele é possível ver a extensão da Chaminé. Além disso, nota-se uma diferença nos blocos que fazem a vedação, sendo tijolos convencionais de seis furos sem reboco, o que indica que essa intervenção é recente e não original. Não foi possível verificar as medidas desse espaço em razão da dificuldade de pleno acesso ao seu interior.

Figura 128 - Abertura na lateral da Chaminé



Fonte: Autores (2024).

Outro aspecto verificado é que esse espaço está ocupado por pessoas em situação de rua, diante da existência de um colchonete e travesseiro, além de uma cobertura improvisada [Fig. 129]. Na imagem, é possível constatar também a diferença entre os tijolos, que começam a partir de certa altura, além de uma fileira de blocos maciços em pé, o que pode indicar a possível localização da abertura que fazia conexão com a caldeira.

Figura 129 - Abertura na lateral da Chaminé

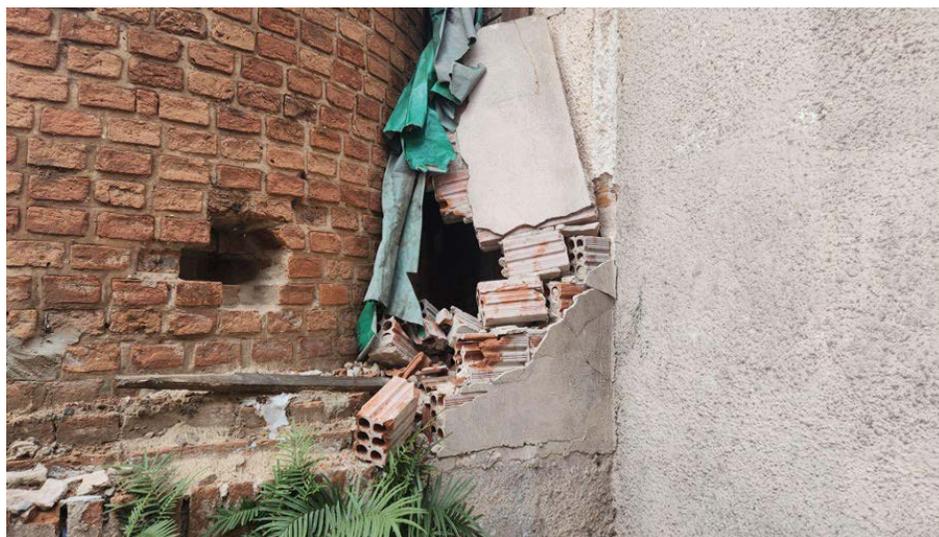


Fonte: Autores (2024).

Após a interrupção da demolição da Chaminé, além da solicitação de sua inclusão na Listagem de Bens, houve também o requerimento de alteração dos projetos aprovados (que não consideravam sua manutenção) e realização de um laudo técnico para verificar a situação da estrutura. O relatório técnico (Muchiny, 2024), solicitado pela Talismã Holding Ltda. e realizado pela empresa Perfour, analisou a estrutura da Chaminé, com o objetivo de avaliar suas condições físicas e determinar a necessidade de manutenção ou reforço estrutural.

Para a avaliação, foram realizados procedimentos como inspeção visual, registro fotográfico, testes laboratoriais de resistência dos tijolos e análise do traço da argamassa de assentamento. A inspeção identificou sinais de deterioração, como trincas na base e desgaste dos tijolos, além de argamassa que se desprende facilmente [Fig. 130]. Nos testes de resistência à compressão, os tijolos apresentaram conformidade com as normas técnicas aplicáveis. No entanto, a análise da argamassa revelou um traço abaixo do padrão usual, o que reduz significativamente a resistência do material. A falta de acesso à parte interna da estrutura impossibilitou a verificação completa de possíveis danos.

Figura 130 - Resquícios de intervenções na fachada sul (avenida Jacob Bartolomeu Minatti)



Fonte: Autores (2024)

Visualmente, o aspecto atual da Chaminé é de estabilidade e durabilidade, com algumas avarias de tempo e uso. Em sua face norte (para a rua Acre), podem-se observar resquícios de tinta, argamassa de reboco e quinas com perda de tijolos nas laterais e na base. Em sua face oeste (para a avenida Duque de Caxias) [Fig. 131], notam-se também resquícios de tinta e, nesta, mais claramente, conexão direta com paredes construídas bem próximas à Chaminé, pela presença marcante de argamassa para reboco; o mesmo se observa em suas lajes feitas com tijolo de seis furos remanescente, assentado perpendicularmente ao fuste. Nas lajes e quinas, há diversas marcas de demolições e remoções de peças. Por fim, em sua face sul (para a avenida Jacob Bartolomeu Minatti), mantém o mesmo padrão de resquícios e adiciona-se uma região com remoção de tijolos realizada pela empresa responsável pelo laudo técnico. Todo o entorno próximo apresenta restos de demolição, leve variação de terreno, com crescimento natural de vegetação rasteira, e toda a parede levantada ao redor da Chaminé em sua face leste (para a rua Rio Grande do Sul) apresenta aberturas e rachaduras profundas.

Figura 131 - Base em tijolos maciços, fachada oeste (avenida Duque de Caxias)

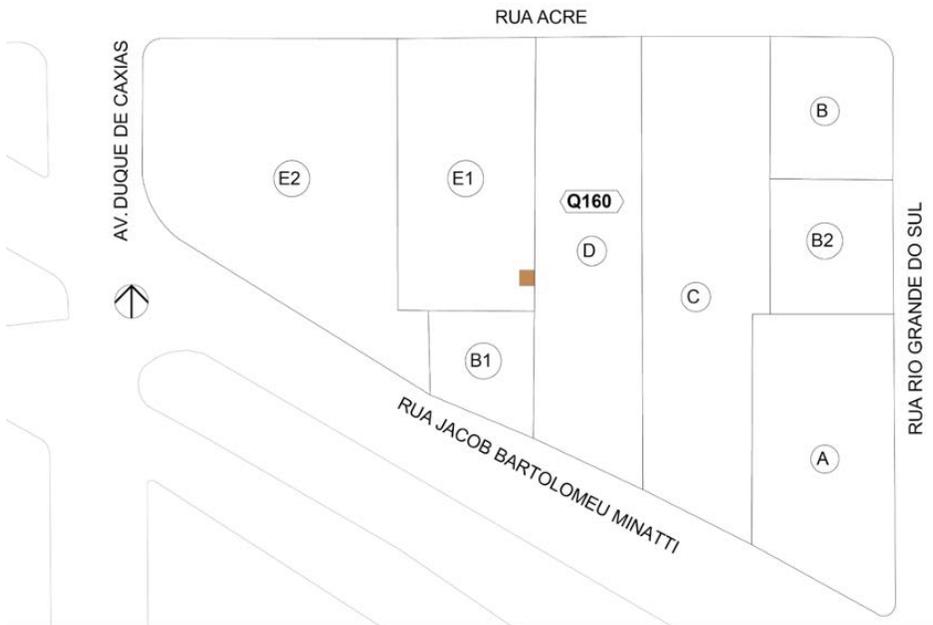


Fonte: Autores (2024).

4.1 A relação da Chaminé com a quadra 160 e o entorno

O levantamento da situação atual considerou também sua implantação na quadra 160 [Fig. 132] e a relação desse espaço com o entorno. Situada ao redor de outros pontos importantes da malha urbana (alguns já mencionados neste estudo), como o estádio VGD, o terminal rodoviário José Garcia Villar, o atual Sesc Cadeião Cultural e outros locais apontados na figura 133. A quadra ocupa um lugar de destaque em um cenário marcado pela interação entre a história e a dinâmica contemporânea.

Figura 132 - Lotes da quadra 160



Fonte: Autores (2024).

Figura 134 - Fachada da quadra 160 voltada para a avenida Duque de Caxias



Fonte: Autores (2024).

A figura 135 mostra a visão da quadra 160 quando se olha em direção à avenida Duque de Caxias. No centro, há um canteiro que une as avenidas Duque de Caxias e Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, o que proporciona uma visão livre para a Chaminé, sem construções ou elementos que a escondam.

Figura 135 - Vista da quadra 160 em direção à avenida Duque de Caxias



Fonte: Autores (2024).

Para compreender as demais fachadas, foi realizada uma colagem das fotos de cada edificação que as compõem, o que possibilita observar o conjunto como um todo. A fachada norte da quadra 160, voltada para a rua Acre [Fig. 136], apresenta as edificações remanescentes construídas para uso da Serraria Mortari na metade da direita, enquanto a outra metade é marcada pela presença da Chaminé e pelos lotes vazios. De frente, tem-se a quadra 161, ocupada por construções de madeira e alvenaria, com uso predominantemente comercial, sendo possível observar que algumas edificações residenciais foram adaptadas, restando apenas um lote com uso residencial. Em ambos os lados, nota-se que o número máximo de pavimentos é dois, com um sobrado na quadra 160 e um na quadra 161.

Figura 136 - Fachadas voltadas para a rua Acre



Quadra 160 - Rua Acre



Quadra 161 - Rua Acre

Fonte: Autores (2024).

Quanto à rua Rio Grande do Sul, referente à fachada leste da quadra 160 [Fig. 137], as edificações construídas entre 1959 e 1961 são destaques, tendo sido analisadas anteriormente. Todas foram construídas pelas Indústrias Mortari, em alvenaria de tijolos e implantadas seguindo o alinhamento predial. No meio da quadra, há um espaço entre as construções, que era usado como via interna para a locomoção dos funcionários e produtos da Serraria, o qual possibilita um enquadramento visual da Chaminé, que se sobressai na imagem. A maioria das edificações são térreas, com exceção de um sobrado na esquina da rua Rio Grande do Sul com a rua Acre. Além disso, todas têm um acabamento de coroamento com platibanda reta e o topo do telhado cerâmico aparente.

Figura 137 - Fachada voltada para a rua rio Grande do Sul



Quadra 160 - Rua Rio Grande do Sul

Fonte: Autores (2024).

Com relação à fachada sul da quadra 160 [Fig. 138], trata-se do lado da quadra com o maior comprimento, a que seguia a linha férrea. As edificações são remanescentes do conjunto Mortari e foram construídas no início da década de 1960, implantadas seguindo o alinhamento predial e o mesmo padrão construtivo das demais, com mudanças apenas nas aberturas. Da mesma forma que no restante da quadra, a altura das edificações é baixa, criando uma horizontalidade quebrada apenas pela Chaminé, que por sua vez não pode ser vista da base ao topo, pois se encontra em um nível mais baixo e atrás de uma das edificações. Olhando do lote 160 em direção ao lote 160A, sobressai principalmente o local onde estava implantada a linha férrea, a atual rua Jacob Bartolomeu Minatti e seu largo canteiro central arborizado, com calçadas e ciclovias. As construções em segundo plano também são predominantemente horizontais e de uso comercial, sendo que em último plano tem-se uma torre de apartamentos, a única observada na imagem.

Figura 138 - Fachadas voltadas para a rua Jacob Bartolomeu Minatti



Quadra 160 - Rua Jacob Bartolomeu Minatti



Quadra 160A- Rua Jacob Bartolomeu Minatti

Fonte: Autores (2024).

Pelas imagens, é possível constatar que a Chaminé pode ser vista de vários pontos do perímetro da quadra 160, dada sua estatura que se sobressai às construções existentes. Da rua Jacob Bartolomeu Minatti, os galpões construídos na década de 1960 se constituem uma base para a Chaminé. Ampliando um pouco mais a escala de observação, ao caminhar pelas vias da região, como a rua Sergipe e a rua Brasil, a Chaminé pode ser avistada de vários pontos, sendo o elemento mais alto em diversos deles [Fig. 139]. A topografia também colabora na visibilidade, como a imagem registrada da esquina das ruas Sergipe e Brasil, que se encontram em níveis mais altos que a rua Acre.

Figura 139 - Esquema de vistas da Chaminé a partir do entorno



Fonte: Autores (2024).

Indo além, constatou-se que a Chaminé também é visível do viaduto Edson Jesus Deliberador [Fig. 140 a 143], que passa sobre a avenida Dez de Dezembro, a leste da quadra 160. Apesar de outros elementos verticais, como antenas, postes e uma caixa d'água, competirem visualmente com ela, a Chaminé pode ser apreciada dessa distância com tranquilidade. Isso se deve à sua implantação em uma cota topográfica mais alta que a avenida, como também à baixíssima verticalização na região observada nas imagens, na qual o edifício mais alto possui dois pavimentos. Essa horizontalidade contribui não apenas para a visibilidade da Chaminé, mas também para a visibilidade do terminal rodoviário José Garcia Villar, um edifício representativo da cidade.

Figura 140 - Chaminé vista do viaduto Edson Jesus Deliberador



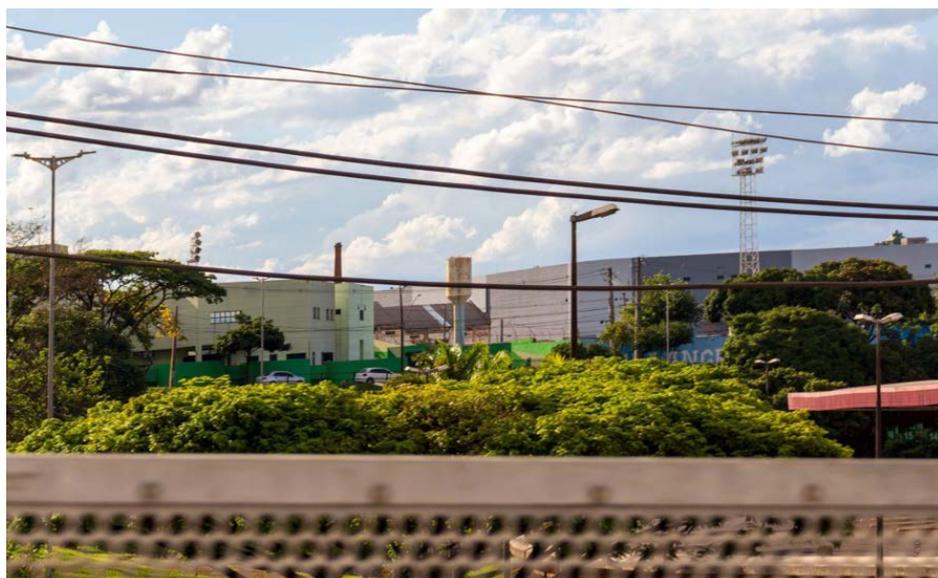
Fonte: Autores (2024).

Figura 141 - Chaminé vista do viaduto Edson Jesus Deliberador



Fonte: Autores (2024).

Figura 142 - Chaminé vista do viaduto Edson Jesus Deliberador



Fonte: Autores (2024).

Figura 143 - Chaminé vista do viaduto Edson Jesus Deliberador



Fonte: Autores (2024).

Considerando a análise da quadra 160 e de seu entorno, é possível compreender as características físicas e visuais desse espaço, bem como sua relevância no contexto urbano e cultural de Londrina. A presença da Chaminé, elemento marcante e visível a partir de diversos pontos da região, destaca a conexão entre o passado industrial da cidade e a configuração atual de sua paisagem. A interação entre as edificações remanescentes, os vazios urbanos e a horizontalidade predominante reforça a importância de se considerar o valor histórico e arquitetônico da área em estratégias de preservação e uso.

A leitura desse espaço urbano vai além da escala local, ampliando a reflexão sobre como estruturas industriais podem ser reinterpretadas no presente, integrando memória e usos contemporâneos. A Chaminé não é apenas uma referência visual, mas também um elemento documental, testemunho das dinâmicas econômicas e sociais que moldaram Londrina. Considerar a relação entre história, legislação e estratégias de preservação foi fundamental para orientar as discussões e propor diretrizes que valorizem o legado cultural londrinense, garantindo que esse marco continue a dialogar com a cidade e sua população.

5 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A industrialização de Londrina, abordada no segundo capítulo deste estudo, foi marcada pela transição de uma economia primária para um polo industrial diversificado. Como visto, esse processo teve seu início diretamente ligado à exploração de recursos naturais (principalmente a madeira) e ao desenvolvimento da agricultura cafeeira, fatores que impulsionaram o surgimento das primeiras indústrias, das quais se destaca a Serraria Mortari.

Tal processo deixou marcas significativas na paisagem e na história da cidade, evidenciando o papel das indústrias no desenvolvimento urbano e social. Dessa forma, as estruturas, construções e demais elementos que faziam parte desses conjuntos industriais — como a Chaminé da Serraria Mortari — constituem não apenas marcos do desenvolvimento econômico londrinense, mas também elementos representativos de uma memória coletiva que conecta a cidade às suas raízes produtivas.

Considerando esse contexto e o bem analisado neste estudo, o presente capítulo aborda uma das categorias do Patrimônio Cultural: o patrimônio industrial. A partir da análise de documentos nacionais e internacionais que tratam sobre preservação, são explorados os aspectos gerais e as especificidades relacionadas à conservação de bens industriais. Por fim, são apresentados exemplos de algumas chaminés reconhecidas como Patrimônio Cultural no Brasil, ilustrando como esses elementos têm sido preservados como parte da memória e do desenvolvimento das cidades.

5.1 Abordagens e definições do Patrimônio Industrial

O patrimônio industrial tem ganhado relevância nos estudos sobre Patrimônio Cultural, sendo compreendido como um campo voltado à preservação de bens materiais e imateriais associados aos processos industriais. Entretanto, suas definições e metodologias permanecem em debate constante, especialmente no que se refere à definição dos limites e da abrangência do patrimônio industrial. Beatriz Mugayar Kühl (2010) destaca que essa definição evoluiu ao longo do tempo, inicialmente se restringindo à Revolução Industrial britânica, mas sendo gradualmente ampliada para contemplar períodos e processos de industrialização variados e adaptados às realidades locais.

O primeiro documento analisado foi a **Declaração de Campinas**, elaborada em 1998. A Declaração do Grupo de Estudos de História da Técnica (GEHT) em Defesa das Construções e Instalações Utilitárias pode ser compreendida como um manifesto pela preservação de um segmento até então negligenciado do patrimônio cultural: as construções e instalações utilitárias, ligadas a ofícios, profissões e indústrias. Elaborada pelo GEHT, vinculado ao Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o documento aponta a urgência de se considerar essas edificações como bens culturais e de se preservar os testemunhos materiais da atividade produtiva no Brasil (GEHT, 1998).

Outro aspecto levantado de forma crítica diz respeito ao tombamento de bens culturais, que inicialmente priorizava critérios estéticos e políticos, em detrimento da preservação de construções utilitárias, que contemplam funcionalidade e simplicidade (GEHT, 1998). O texto enfatiza a primordialidade dessas construções para compreender o desenvolvimento econômico e social do país, sendo “testemunhos materiais das atividades produtivas (máquinas, ferramentas, moldes, modelos e protótipos, instalações agrícolas e industriais, oficinas e edificações pertinentes)” (GEHT, 1998). Além disso, destaca que o eventual tombamento de bens industriais deve obedecer a critérios técnicos, respeitando a integridade tanto das edificações quanto dos equipamentos, como máquinas e ferramentas.

De forma geral, a Declaração de Campinas pode ser considerada, ainda hoje, um importante documento para a reflexão sobre a preservação do patrimônio técnico-industrial no Brasil, chamando a atenção para o valor histórico e cultural das construções utilitárias e para a necessidade de uma abordagem mais ampla e técnica na conservação dos bens culturais.

Em consonância com os princípios destacados na Declaração de Campinas, a **Carta de Nizhny Tagil** (TICCIH, 2003) sobre o Patrimônio Industrial, elaborada em 2003 pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), reafirma a importância crescente da preservação do patrimônio industrial. O documento busca estabelecer diretrizes claras para a conservação de edificações e instalações industriais, reconhecendo-as como elementos essenciais da história e identidade de uma sociedade.

A Carta define que “O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico” (TICCIH, 2003), ampliando, assim, o conceito de patrimônio industrial, sublinhando que não se limita a grandes fábricas ou complexos industriais de grande porte, mas também inclui pequenas e médias instalações, que desempenham papéis igualmente significativos na história do desenvolvimento técnico e econômico. Além disso, a preservação não deve se restringir apenas às estruturas físicas, mas considerar os contextos de uso e as memórias associadas a essas instalações, valorizando os bens industriais enquanto testemunhos de transformações tecnológicas e mudanças sociais e culturais. Sobre isso, vale citar a reflexão de Beatriz Kühl, que ressalta:

“

[...] apesar de a Carta de Nizhny Tagil mencionar todo o complexo de atividades e de equipamentos que dão suporte às indústrias – incluindo a produção de energia e os meios de transporte, seus produtos e os locais onde se dá a sociabilidade –, as atividades sociais, em si, não são mencionadas de maneira explícita como patrimônio (imaterial) (Mugayar Kühl, 2010, p. 27).

Outro aspecto relevante abordado pela Carta de Nizhny Tagil é a necessidade de equilibrar a preservação do patrimônio industrial com sua utilidade e relevância atuais. O texto sugere que, ao reabilitar tais edificações, deve-se respeitar sua integridade histórica, mas também permitir que elas sejam adaptadas a novos usos, garantindo que continuem a desempenhar um papel ativo nas comunidades contemporâneas. Dessa forma, a preservação do patrimônio industrial deve caminhar junto com sua reintegração funcional na sociedade, de modo que suas qualidades históricas e culturais não sejam comprometidas, nem o tornem obsoleto.

Por fim, tem-se os **Princípios de Dublin**, adotados pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, em inglês) em sua 17ª Assembleia Geral em 2011, que estabelece diretrizes fundamentais para a preservação do patrimônio industrial e, da mesma forma que os documentos apresentados acima, reconhece a importância histórica,

cultural e social desses bens. O documento enfatiza que o patrimônio industrial não se limita:



Ao patrimônio material associado a tecnologias e processos industriais, engenharia, arquitetura e planejamento urbano, soma-se um patrimônio imaterial incorporado às habilidades técnicas, memórias e na vida social dos trabalhadores e de suas comunidades (ICOMOS, 2011).

Sendo assim, esses princípios visam assegurar que o patrimônio industrial seja protegido e valorizado de forma abrangente, integrando tanto os elementos tangíveis quanto os intangíveis. Além disso, o texto destaca pontos relevantes para a preservação desse tipo de bem patrimonial, como a documentação e compreensão desses bens, a implementação de políticas públicas e legislação que assegurem sua conservação, e a manutenção da integridade das estruturas industriais, afirmando que: “Sempre que possível, as intervenções físicas devem ser reversíveis, respeitar o valor temporal e marcas ou traços significativos.” (ICOMOS, 2011). Por fim, enfatiza a importância da divulgação e da educação sobre o patrimônio industrial para a conscientização da população, visando garantir sua preservação a longo prazo.

Considerando esses aspectos, pode-se concluir que o patrimônio industrial é um campo de estudo relevante para compreender as transformações sociais, econômicas e tecnológicas que moldaram as sociedades. A partir da análise de documentos como a Carta de Campinas, a Carta de Nizhny Tagil e os Princípios de Dublin, evidencia-se a importância de uma abordagem ampla e integrada para sua preservação, contemplando tanto os aspectos materiais, como edificações e equipamentos, quanto os elementos imateriais, como memórias e práticas associadas às atividades industriais.

Esses documentos destacam a relevância histórica e cultural das construções utilitárias, de forma que a Chaminé que fez parte da estrutura industrial da antiga Serraria Mortari pode ser considerada um exemplar do patrimônio industrial londrinense, por testemunhar e participar da história da industrialização da cidade. Além disso, a Chaminé é um vestígio material que carrega valores históricos, tecnológicos e culturais, representando tanto as técnicas construtivas utilizadas na época de sua construção, quanto o papel das Indústrias Mortari na economia local. Sua presença na paisagem urbana de Londrina evoca as memórias, as práticas laborais e as relações sociais que permeavam o funcionamento desses espaços, reunindo em si aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio industrial local.

5.2 Correlatos

Para compreender melhor as ações de preservação de bens industriais no Brasil, foram pesquisados exemplos de outras chaminés remanescentes de complexos industriais protegidas legalmente por meio de tombamento, com o objetivo de reunir casos que auxiliem na compreensão das práticas preservacionistas e dos tratamentos aplicados a bens industriais e utilitários. Além disso, a análise desses correlatos tem como finalidade fornecer subsídios para a formulação de diretrizes adequadas à proteção e valorização do objeto deste estudo técnico — a Chaminé da Serraria Mortari. Sendo assim, serão examinados os valores patrimoniais e as diretrizes adotadas em cada um dos casos apresentados.

O primeiro exemplo é a chaminé do antigo Engenho de Açúcar e Aguardente [Fig. 144], localizado na fazenda Santa Cecília, na cidade de Volta Redonda, Rio de Janeiro, e construído em 1903. O engenho foi um marco na atividade açucareira e pecuarista local, encerrando suas atividades em 1920, o que culminou na demolição do prédio para construção de um viaduto, restando apenas a chaminé de aproximadamente 40 metros de altura.

Figura 144 - Vista da Praça da Chaminé



Fonte: IPPU-VR (2018).

Seu tombamento ocorreu em 1987, na esfera municipal, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU-VR), sendo inscrita no Livro de Tombo Histórico como monumento histórico-arquitetônico (IPPU-VR, 2018). O parecer de tombamento descreve a chaminé como um “marco do passado da cidade de Volta Redonda” (Volta Redonda, 1987) mas não detalha pormenores; no entanto, na Ficha de Inventário do bem é possível verificar que seus valores patrimoniais estão vinculados também ao papel desempenhado pela empresa da qual a chaminé fazia parte na história local.

Com relação às diretrizes de preservação, a lei de tombamento define: “Artigo 29. A municipalidade determinará as obras de recuperação necessárias à preservação do monumento a que se refere o artigo anterior, no prazo de noventa dias, a partir da vigência desta Lei.” (Volta Redonda, 1987). Além dessa determinação, não foram encontradas diretrizes específicas para a preservação da obra. Em 2003, a chaminé passou por uma restauração, com substituição de tijolos, reparos estruturais e revitalização do entorno, que se tornou uma praça (IPPU-VR, 2018). Considerando a data de seu tombamento, é possível destacar

a chaminé do antigo Engenho de Açúcar como um exemplo inicial de reconhecimento patrimonial de estruturas industriais.

Outro exemplo relevante é a chaminé da União [Fig. 145], localizada no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, construída em 1910 e tombada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), em 2010. A chaminé é remanescente das antigas instalações da Companhia União de Refinadores, indústria proeminente na capital paulista. A região na qual está implantada pode ser destacada como um marco histórico e industrial da cidade de São Paulo, visto que a Mooca foi um bairro central no processo de industrialização do município, reunindo fábricas, depósitos e equipamentos ferroviários (São Paulo, 2010).

Figura 145 - Praça da antiga chaminé da fábrica Refino de Açúcar União



Fonte: Glad (2023).

Atualmente, o conjunto de barracões industriais do qual fazia parte não existe mais e a chaminé divide o lote com um condomínio vertical, que se implanta ao redor da obra, criando uma centralidade a partir de uma praça chamada Piazza Della Storia, descrita no *site* da construtora

responsável como “área privada do condomínio onde fica a chaminé da União, é um espaço dedicado a contemplação deste patrimônio arquitetônico da região. Ao redor da chaminé, projetores iluminam um símbolo da história da nossa amada Mooca, para que nunca seja esquecida” (Piazza, 2024).

Com relação às diretrizes de preservação descritas na resolução de tombamento, destaca-se a garantia de visibilidade e ambiência da chaminé quando da realização de intervenções; a manutenção de uma área de distanciamento mínimo de 15 metros de raio para novas construções; e a observância das regras de proteção aplicadas ao patrimônio fabril do bairro da Mooca (Conpresp, 2010). A área envoltória foi definida como o próprio imóvel na qual a chaminé está localizada. Observando a implantação do condomínio, nota-se que a chaminé foi mantida como estrutura independente, marcando uma centralidade ao ser envolvida pelos edifícios. No entanto, o gabarito de altura das novas construções se iguala ou ultrapassa um pouco o da chaminé, fazendo com que sua escala vertical não se destaque tanto [Fig. 146]. Em suma, a chaminé da União é relevante não apenas pelo valor enquanto vestígio de uma empresa diretamente relacionada ao processo de industrialização da cidade, mas também pela sua inserção em um conjunto urbanístico significativo.

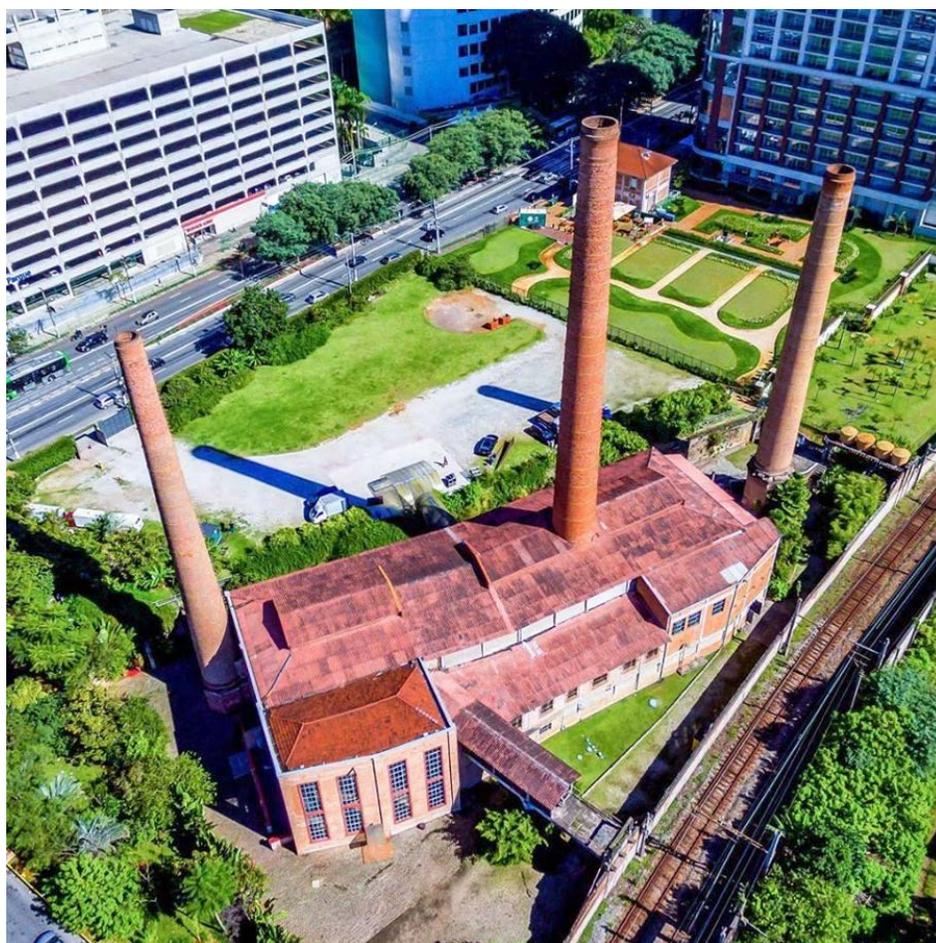
Figura 146 - Piazza Della Storia



Fonte: Piazza (2024).

Outro exemplo também localizado na capital paulista é a Casa das Caldeiras, uma construção fabril edificada na década de 1920 para abrigar as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo da Água Branca e tombada na instância estadual, em 1986, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Candephaat) [Fig. 147]. A construção em alvenaria de tijolos conta com “três chaminés com mais de 30 metros de altura, caldeiras remanescentes, pé direito livre de 9 metros e grandes janelões” (Casa [...], 2024).

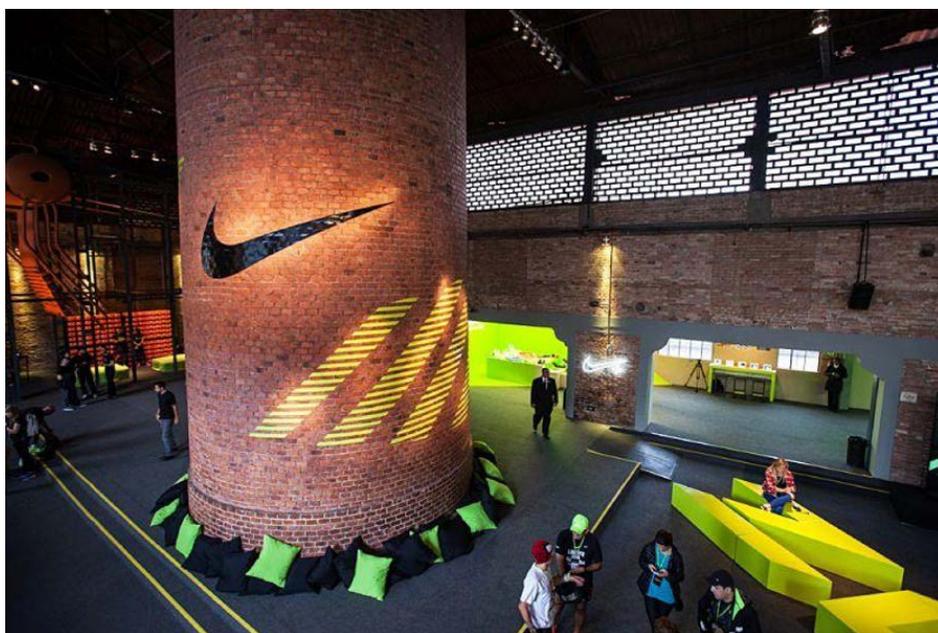
Figura 147 - Vista aérea da Casa das Caldeiras



Fonte: A Casa [...] (2017)

A resolução de tombamento traz diretrizes como o gabarito de altura máximo de 25 metros dentro dos limites do imóvel e a determinação de que as intervenções devem considerar o conjunto de antigas unidades fabris característico do local, respeitando sua volumetria e ambiência do conjunto arquitetônico já tombado (São Paulo, 1986). Além disso, o local pode ser tomado como um exemplo de reutilização do patrimônio industrial, visto que atualmente “a Casa das Caldeiras é um espaço especial, diferenciado, reconhecido e equipado para receber diferentes formatos de evento.” (Casa [...], 2024). Além de conservar a integridade arquitetônica do conjunto fabril, ocorre a integração da estrutura a atividades culturais, preservando sua ambiência e valores históricos enquanto seu uso dialoga com a contemporaneidade [Fig. 148].

Figura 148 - Evento na Casa das Caldeiras, parte interna



Fonte: Casa das Caldeiras (2024).

Por fim, um exemplo mais próximo geográfica e culturalmente de Londrina: a chaminé do antigo Complexo Industrial SANBRA, localizada em Maringá, Paraná [Fig. 149]. Construída em 1957 e tombada recentemente, em março de 2024, pela Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Maringá

(CEPPHAC), a chaminé é remanescente do complexo fabril da empresa SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro). De acordo com o parecer de tombamento, “a SANBRA delineou e integrou a história econômica e territorial de Maringá, a mesma ocupa um lugar de destaque na diversificação das atividades de beneficiamento e processamento de culturas agrícolas, bem como, no processo de constituição da paisagem urbana local.” (Maringá, 2024).

Figura 149 - Vista do antigo complexo SANBRA

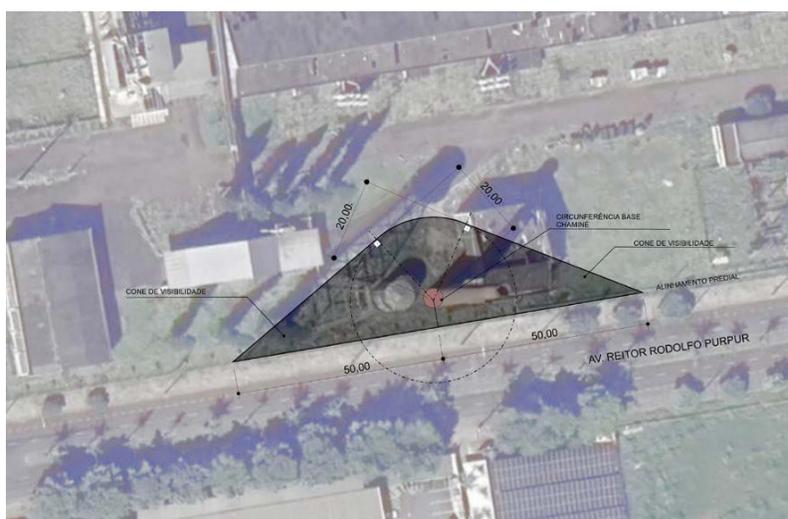


Fonte: Maringá (2024).

De forma semelhante aos exemplos anteriores, o parecer de tombamento (Maringá, 2024) destaca o papel exercido pela Indústria SANBRA no setor industrial de Maringá, e seus reflexos na economia local. Sendo assim, os valores patrimoniais da obra residem no seu papel de representante da memória do ciclo industrial que moldou o desenvolvimento econômico e territorial da cidade, além de sua importância para a memória coletiva, visto que evoca relações de trabalho e sistemas produtivos importantes na história local.

O decreto de tombamento formaliza as recomendações e diretrizes de preservação, dentre as quais se podem destacar: preservação da volumetria e materialidade; elaboração de laudos técnicos específicos acerca da infraestrutura do bem; restauração da construção; rotina de manutenção; demarcação de uma zona non aedificandi ao redor da chaminé [Fig. 150]; gabarito de altura máximo para o entorno do bem tombado; permeabilidade visual ao redor do bem; diretrizes específicas para infraestruturas como hidráulica, elétrica e luminotécnica; projeto paisagístico para o entorno imediato; e aprovação prévia de projetos pela Secretaria Municipal de Cultura/Gerência de Patrimônio Histórico e pela Comissão Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Maringá (Maringá, 2024).

Figura 150 - Representação gráfica das diretrizes de ambiência que constam no parecer de tombamento da chaminé



Fonte: Maringá (2024).

A partir dos casos analisados, é possível perceber que a ambiência e a visibilidade desempenham papéis cruciais na preservação das chaminés, pois garantem sua destacada presença na paisagem urbana, configurando-as como marcos visuais. A constante visibilidade desses bens favorece a construção de laços entre a população e a obra, promovendo a incorporação do patrimônio no cotidiano e estabelecendo uma conexão entre passado e presente. Além disso, os exemplos apresentados ilustram diferentes abordagens para a preservação das chaminés industriais no Brasil, destacando a importância de preservar tanto a estrutura quanto a paisagem, integrar o patrimônio ao seu entorno e incentivar o uso sustentável desses elementos.

6 RELAÇÃO COM A LEI

A atual legislação municipal que trata do Patrimônio Cultural londrinense resume-se à Lei n.º 11.188, de 19 de abril de 2011, que define que “O Patrimônio Cultural de Londrina é integrado pelos bens materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, que constituem a identidade e a memória coletiva londrinense” (Londrina, 2011). A Lei apresenta nove critérios para a classificação de bens de interesse cultural para a cidade, sendo que podemos enquadrar a Chaminé em quadro deles:



- I - Ser pioneiro ou um dos primeiros;
- II - Ser testemunho de épocas de desenvolvimento da cidade;
- V - Pelos fatos históricos que tenham ocorrido no local;
- IX - Tratar-se de edificação situada na área de abrangência da aerofoto de 1949 e no Levantamento Aerofotogramétrico da Cidade de Londrina, elaborado em janeiro de 1950 e atualizado em maio de 1951, ambos depositados no arquivo do cadastro da Secretaria Municipal de Obras (Londrina, 2011).

No que diz respeito ao critério do inciso I, pode-se salientar que as Indústrias Mortari representam uma das primeiras indústrias em Londrina, tanto de forma geral quanto nos gêneros específicos de serraria e cerâmica. Em especial, a Serraria Mortari, como uma das primeiras serrarias da região londrinense, auxiliou na oferta de recursos para diversas construções nas décadas de 1930 e 1940. Como representante dessas indústrias, a Chaminé foi mantida devido à integridade dos barracões em seu entorno, mantendo-se como vestígio e marco da paisagem urbana de Londrina. Além disso, a Chaminé é um dos remanescentes de um dos primeiros conjuntos industriais da cidade, que, até a década de 1960, se manteve próximo à linha férrea.

Quanto aos critérios dos incisos II e V, como apontado, as Indústrias Mortari foram uma das responsáveis por diferentes beneficiamentos que proporcionaram a construção e o desenvolvimento urbano de Londrina, principalmente com o fornecimento de materiais para a Predial Construtora. O estabelecimento da indústria, por consequência, auxiliou o cenário socioeconômico do município, disponibilizando oportunidades de serviço que, como relatado, impulsionaram e marcaram famílias e profissionais.

Junto com a biografia da Chaminé, podem ser analisadas as mudanças econômicas, estruturais e urbanas que moldaram a cidade de Londrina. Seja pelos momentos marcantes, como as explosões da caldeira, o apito da fábrica e a derrubada das chaminés da antiga Cerâmica, ou por eventos mais recentes, como os trabalhadores desmontando o topo da estrutura, a Chaminé simboliza a transformação de Londrina, refletem o deslocamento da economia e acompanha as mudanças da zona industrial.

Por fim, a Chaminé também está contemplada pelo critério do inciso IX, visto que está presente na aerofotografia em questão [Fig. 151], além de aparecer em outros registros fotográficos da mesma época, apresentados nos capítulos anteriores.

Figura 151 - Aerofoto de 1949



Fonte: IPPUL (2024), modificada pelos autores (2024).

Outro aspecto que pode ser ressaltado é o tratamento dado aos dois instrumentos de preservação definidos no texto — a Listagem e o Tombamento —, assim descritos:



Art. 3º. O Município efetuará a identificação de seus bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e da memória coletiva londrinense e os inscreverá numa Listagem de Bens de Interesse de Preservação do Município, visando à salvaguarda e à valorização de seu Patrimônio Cultural.

Art. 4º. O Município efetuará o tombamento dos bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e da memória coletiva londrinense que forem considerados Patrimônio Cultural excepcionais, segundo os preceitos desta lei e das normas legais vigentes no país, e os inscreverá no Livro do Tombo Municipal, visando à salvaguarda e à valorização de seu Patrimônio Cultural (Londrina, 2011).

Primeiramente, cabe apontar que o critério utilizado para a aplicação do Tombamento ou Listagem de um bem é o mesmo para ambos os casos: “bens materiais e imateriais que constituem partes estruturadoras da identidade e da memória coletiva londrinense” (Londrina, 2011). A diferença entre os instrumentos está principalmente no tratamento dado ao entorno e nas restrições legais associadas a cada um deles.

Na Listagem, a relação entre o poder público e o proprietário é de parceria, sendo responsabilidade compartilhada entre ambos a proteção e manutenção do bem listado, conforme disposto no artigo 15 da aludida lei. Além disso, os bens listados estão sujeitos a um acompanhamento contínuo pela Secretaria Municipal de Cultura, mas possuem maior flexibilidade em termos de intervenções, desde que sigam os parâmetros estabelecidos pela legislação. Por outro lado, o Tombamento é um instrumento mais robusto, que implica maior rigor no controle de intervenções, incluindo modificações e até mesmo construções nas proximidades do bem tombado. De acordo com o artigo. 22, quando do tombamento de um bem, quaisquer modificações devem ser aprovadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Londrina (COMPAC), respeitando diretrizes específicas para garantir sua integridade histórica, cultural e arquitetônica.

No caso da Chaminé Mortari, o pedido inicial de inclusão na Listagem de Bens de Interesse de Preservação reconhece a importância do bem enquanto elemento estruturador da identidade local. Contudo, ao considerarmos os correlatos apresentados, nota-se que o tombamento foi aplicado em todos os casos, o que se apresenta como uma solução igualmente viável para a preservação do bem aqui estudado. Esse

instrumento oferece uma proteção mais abrangente, garantindo que sua conservação seja tratada com prioridade e que possíveis intervenções no entorno sejam cuidadosamente avaliadas, preservando sua visibilidade e ambiência, aspectos essenciais de acordo com a base teórica e os exemplos apresentados no capítulo cinco.

7 DIRETRIZES PARA MANUTENÇÃO E SALVAGUARDA DO BEM

As sugestões de diretrizes de preservação da Chaminé da Serraria Mortari foram elaboradas como um ponto de partida para discussão e análise futura pelo COMPAC, especialmente no contexto do processo de deliberação sobre seu tombamento ou inscrição na listagem de bens. Estas propostas buscam orientar ações que favoreçam a conservação, valorização e uso sustentável do bem, garantindo que permaneça como um testemunho significativo da história de Londrina. Representante de um passado industrial, a Chaminé transcende sua materialidade, guardando memórias associadas ao trabalho, ao desenvolvimento urbano e às transformações econômicas da região. Sua preservação requer não apenas cuidados técnicos, mas também a promoção de seu reconhecimento como parte da identidade local.

Inspiradas nos dados levantados e apresentados ao longo deste estudo, nos correlatos analisados e em princípios presentes em documentos como a Carta de Campinas, a Carta de Nizhny Tagil e os Princípios de Dublin, as propostas consideram aspectos fundamentais como a ambiência, a visibilidade e a autenticidade do bem e de seu entorno. Esses parâmetros buscam garantir que qualquer intervenção respeite tanto a integridade material quanto os valores imateriais associados à

Chaminé, promovendo sua conexão com a memória coletiva e a paisagem urbana. Com base nesses referenciais, as diretrizes propostas têm como objetivo garantir a integridade da Chaminé e preservar sua relação com o ambiente imediato e a paisagem urbana mais ampla.

As sugestões estão organizadas em **quatro** escalas para facilitar o planejamento das ações: no nível do **bem**, as recomendações focam na preservação e manutenção da estrutura da Chaminé; na escala da **quadra**, a atenção volta-se para a integração da Chaminé ao seu contexto imediato, respeitando aspectos urbanísticos e arquitetônicos dos elementos remanescentes das Indústrias Mortari; com relação ao **entorno**, a prioridade é a preservação da visibilidade e do papel da Chaminé como um ponto de referência visual e cultural. Por fim, sugere-se a preservação da Chaminé juntamente com vestígios do **Conjunto Industrial** das décadas de 1930 a 1960, próximo à linha férrea.

Com essas diretrizes, pretende-se assegurar a proteção material do bem, e promover seu uso para fins educativos e culturais, integrando-o de forma significativa à vida da comunidade e à dinâmica urbana. A seguir, são detalhadas as orientações específicas para cada escala.

Quadro 1 – Diretrizes para a Chaminé

Diretrizes e recomendações de preservação: Chaminé
1. Instalação de iluminação de segurança de avião, garantindo visibilidade aérea.
2. Instalação de novo para-raios.
3. Desenvolvimento de projeto luminotécnico que destaca a estrutura à noite.
4. Desenvolvimento de projeto paisagístico na área ao redor, integrando a Chaminé ao espaço urbano.
5. Manutenção do topo parcialmente demolido, como registro de sua história recente.
6. Efetuar reparos e limpeza na base da Chaminé.

Diretrizes e recomendações de preservação: Chaminé

7. Adotar uma rotina regular de manutenção preventiva e corretiva.
8. Instalar placas informativas e elementos interpretativos que detalhem a história da Serraria e Cerâmica Mortari, o papel da Chaminé no contexto industrial local e sua relevância como patrimônio cultural.
10. Implementar sinalização informativa sobre os cuidados e restrições, para garantir a conservação.
11. Realizar estudo técnico estrutural completo e detalhado, com profissionais especialistas em bens históricos, que investigue a situação interna e externa da Chaminé.
12. Realizar manutenção estrutural a partir do diagnóstico técnico, visando garantir a segurança e a preservação.
13. Implementar tratamentos superficiais para reduzir os impactos de chuva, vento e variações climáticas, sem comprometer a autenticidade dos materiais.
14. Evitar reconstruções completas ou alterações drásticas, permitindo apenas intervenções mínimas para estabilização e segurança.
15. Criar um espaço seguro ao redor da base da Chaminé para visitas educativas e eventos culturais, delimitando áreas sensíveis para evitar impactos diretos.
16. Retomar a conexão da Chaminé com a “rua interna”, ampliando o acesso coletivo ao bem.
17. Manter o acesso à Chaminé pela rua Jacob Bartolomeu Minatti, mantendo visibilidade e acesso coletivo ao bem.

Fonte: Autores (2024).

Quadro 2 – Diretrizes para a quadra 160

Diretrizes e recomendações de preservação: quadra 160
1. Realizar o inventário de todas as construções na quadra 160, detalhando seu estado de conservação e relevância.
2. Preservar as características arquitetônicas principais das construções remanescentes do Conjunto Mortari, principalmente dos barracões 1, 2, 3 e 4, da fachada de 1948 da rua Acre, bem como dos projetos aprovados na década de 1950 e 1960 dos barracões voltados para a rua Rio Grande do Sul e Jacob Bartolomeu Minatti, e, na quadra 167, do portal da antiga Cerâmica Mortari. Preservação da estrutura principal dos edifícios, estrutura do telhado de madeira, telhas remanescentes (quando possível), permitindo alterações pontuais apenas na fachada e fechamentos internos, desde que não comprometa a visibilidade dos espaços amplos internos dos barracões.
3. Incentivar o uso de materiais e técnicas construtivas compatíveis com as características originais da área, respeitando a relação visual com a Chaminé.
4. Manutenção do traçado original das quadras 160 e 167, preservando a relação histórica entre a implantação urbana das Indústrias Mortari e a antiga linha férrea.
5. Manutenção da rua interna entre os barracões antigos e os voltados para a rua Jacob Bartolomeu Minatti ampliando a fluidez da quadra.
Os projetos de novas construções realizadas nos lotes E1, E2, B1 e D da quadra 160 deverão obedecer aos seguintes parâmetros:
1. Não edificar dentro do raio mínimo de 10 metros ao redor da Chaminé.
2. Gabarito de altura máximo de 6 metros a partir do nível 0,00 da base da Chaminé.
3. Número máximo de pavimentos: 2 pavimentos .
4. Garantir a visibilidade completa da base ao topo da Chaminé em todas as direções.

Diretrizes e recomendações de preservação: **quadra 160**

5. Prever acesso público e livre à base da Chaminé.

6. Fica vedada a construção de instalações ou anexos diretamente no corpo da estrutura.

7. Estabelecer que o nível do solo nas novas construções, próximo à estrutura da Chaminé, seja alinhado ao nível de sua base, evitando o “aterramento” desta.

8. Todos os projetos aprovados durante o processo de proteção legal do bem (iniciado com a solicitação de Listagem) deverão ser adequados para as diretrizes aqui sugeridas e oficializadas pelo parecer do COMPAC.

Fonte: Autores (2024).

Quadro 3 – Diretrizes para o entorno

Diretrizes e recomendações de preservação: **entorno**

1. Gabarito de altura máximo de **9 metros** para novas construções no entorno imediato, respeitando a escala visual da Chaminé.

2. Respeitar a visibilidade da Chaminé como elemento de destaque na paisagem.

3. Preservar a função da Chaminé como ponto de referência visual e cultural na cidade.

4. Integrar a Chaminé a rotas turísticas que contemplem outros patrimônios industriais e históricos de Londrina.

5. Restringir a instalação de *outdoors* e elementos visuais agressivos no entorno imediato, preservando a harmonia visual.

Fonte: Autores (2024).

Quadro 4 – Diretrizes para o Conjunto Industrial

Diretrizes e recomendações de preservação: Conjunto Industrial
1. Realização de estudos sobre a região na qual a Chaminé está inserida e os remanescentes industriais existentes, incluindo Chaminé, galpões, armazéns e outras estruturas ligadas à primeira zona industrial de Londrina e próximas à antiga linha férrea.
2. Preservar os remanescentes industriais e promover ações para sua recuperação.
3. Preservar a outra chaminé existente, remanescente industrial na avenida Theodoro Victorelli, retomando a execução e recuperação conforme o projeto vencedor do concurso municipal.
4. Criar rota turística que contemple os patrimônios industriais.
5. Promover estudos e exposições que expliquem o contexto histórico-industrial da região e sua influência no desenvolvimento urbano de Londrina.
Obs.: a figura 154 apresenta uma sugestão de área para mapeamento de possíveis remanescentes industriais. Conforme pesquisas, essa área pode sofrer alterações a fim de englobar mais exemplares.

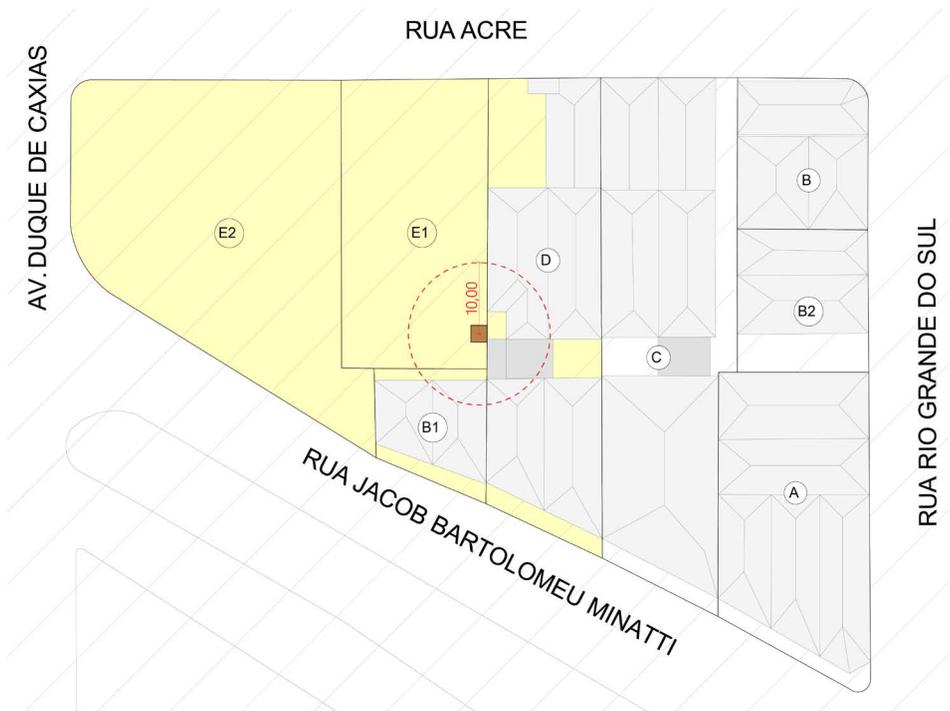
Fonte: Autores (2024).

Figura 152 - Áreas de proteção do bem



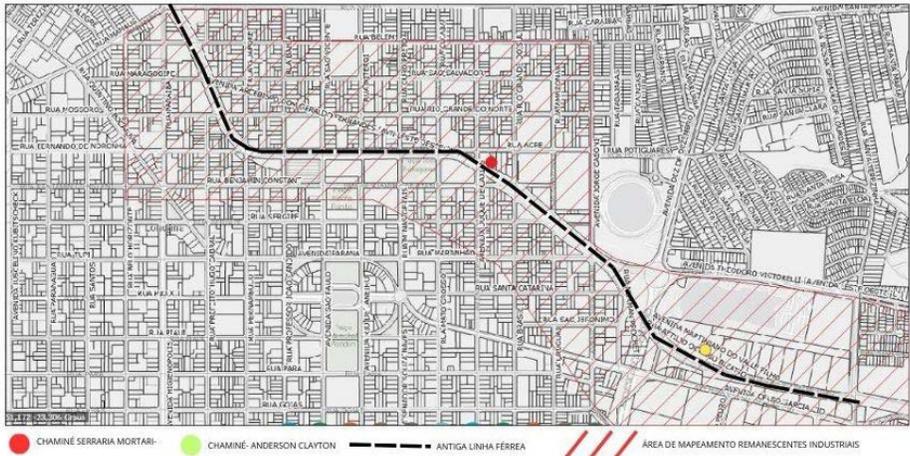
Fonte: Autores (2024).

Figura 153 - Raio de proteção do bem



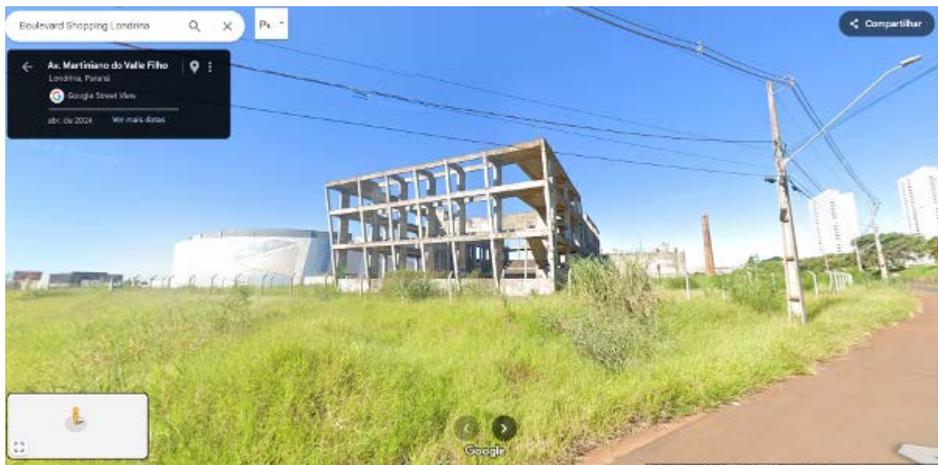
Fonte: Autores (2024).

Figura 154 - Sugestão de área para mapeamento e preservação de remanescentes do Conjunto Industrial Inicial próximos à linha férrea



Fonte: Autores (2024).

Figura 155 - Vista da chaminé remanescente da indústria Anderson Clayton, ao lado do shopping Boulevard



Fonte: Google Street View (2024).

REFERÊNCIAS

A CASA das Caldeiras. **Casa das Caldeiras**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://casadascaldeiras.com.br/blog/uploads/images/2017/12/a-casa-das-caldeiras-1513625737.jpg>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **O paraíso entre luzes e sombras:** representações de natureza em fontes fotográficas (Londrina, 1934–1944). Londrina: Eduel, 2014.

AV. MARTINIANO do Valle Filho. **Google Street View**, Londrina, abr. 2024. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-23.313274,-51.1491147,3a,75y,76.72h,101.11t/data=!3m7!1e1!3m5!1sraZppKCDidCKBmiNL86biA!2e0!6shhttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb_client%3Dmaps_sv.tactile%26w%3D900%26h%3D600%26pitch%3D-11.10972039251925%26panoid%3DraZppKCDidCKBmiNL86biA%26yaw%3D76.71937559502402!7i16384!8i8192?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDEyMi4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 22 nov. 2024.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1. p. 222-232.

BLUM, Luciane. **Desenvolvimento da atividade comercial varejista:** o caso de Londrina-PR. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BONI, Paulo César; UNFRIED, Rosana Reineri; BENATTO, Omeletino. **Memórias fotográficas: a fotografia e fragmentos da história de Londrina.** Londrina: Midiograf, 2013.

BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso: memórias do planejamento urbano de Londrina.** Londrina: Midiograf, 2007.

CASA das Caldeiras: do passado ao presente, um patrimônio cultural da cidade de São Paulo. **Casa das Caldeiras**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://casadascaldeiras.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CASONI, Domingos. Entrevista concedida à professora Dalva Rausch. Londrina, 24 set. 1999. Disponível no acervo do Museu Histórico de Londrina, Projeto Resgate da Memória Local e Regional do Norte do Paraná.

CHAMINÉ CONSTRUÍDA há cerca de 88 anos será demolida no centro de Londrina. **Tarobá News**, Londrina, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://taroba.com.br/noticias/cidade/chamine-construida-ha-mais-de-88-anos-sera-demolidano-centro-de-londrina>. Acesso em: 28 out. 2024.

CHAMINÉ HISTÓRICA de Londrina será preservada por proprietários de terrenos. **Tarobá News**, Londrina, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://taroba.com.br/noticias/cidade/chamine-historica-de-londrina-sera-preservada-por-proprietariosdeterrenos>. Acesso em: 28 out. 2024.

CHAMINÉ SERÁ demolida no centro de Londrina. **Meio Dia Paraná**, Londrina: RPC Londrina, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12374793/>. Acesso em: 28 out. 2024.

DEMOLIÇÃO da chaminé do centro de Londrina é suspensa pela prefeitura. **Meio Dia Paraná**, Londrina: RPC Londrina, 26 fev. 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12387837/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GALDIN, Carol. **Base de antiga chaminé, protegida por uma sala.** Londrina: Conhecer Londrina, [20--?]. 1 fotografia. Disponível em: <https://sites.google.com/edu.londrina.pr.gov.br/conhecerlondrina/roteiro-5/primeira-parada>. Acesso em: 2 dez. 2024.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLAD, Oksana. **Antiga Chaminé da Fábrica Refino de Açúcar União**. São Paulo: Google Maps, 2023. 2 fotografias. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/2CTdXuYSoBqSfdtK7>. Acesso em: 21 nov. 2024.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA. **Carta de Campinas**: declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias. Campinas: GEHT, 1998. Disponível em: <https://www.geocities.ws/lagopaiva/utilitar.htm>. Acesso em: 14 nov. 2024.

HISTÓRIA DE LONDRINA. Disponível em: <https://historiadelondrina.blogspot.com/2014/01/>. Acesso em: 4 dez. 2024.

ICOMOS (International Council of Monuments and Sites). **Princípios comuns ICOMOS - TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial**. Dublin: ICOMOS, nov. 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

IPPU-VR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano). **Inventário de Identificação de bens imóveis**. Chaminé do Antigo Engenho de Açúcar e Aguardente. Volta Redonda: IPPU-VR, 2018. Disponível em: <https://cultura.voltaredonda.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Chamine-do-Antigo-Engenho.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LEITE, Francisco de Arruda. Entrevista concedida à professora Dalva Rausch. Londrina, 29 set. 2000. Disponível no acervo do Museu Histórico de Londrina, Projeto Resgate da Memória Local e Regional do Norte do Paraná.

LEME, Edson José Holtz. **O teatro da memória**: o Museu Histórico de Londrina – 1959–2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LONDRINA. **Lei n.º 133, de 27 de dezembro de 1951**. Dispõe sobre arruamentos, loteamentos, zoneamentos e dá outras providências. Londrina: Câmara Municipal, 1951. Disponível em: https://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/leis_historicas/lei_133_final.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

LONDRINA. **Lei n.º 11.188, de 19 de abril de 2011**. Dispõe sobre a Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Londrina. Londrina: Câmara Municipal, 2011. Disponível em: <https://www1.cml.pr.gov.br/>

leis/2011/web/LE111882011consol.html. Acesso em: 15 nov. 2024.

LONDRINA. **Perfil do Município de Londrina**. Londrina: Prefeitura Municipal; Secretaria de Planejamento. 2001. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-planejamento/gpi/perfil/perfil-versoes-antiores/477-perfil2001/file>. Acesso em 11 nov. 2024.

LOPES, Cláudia. Condor será inaugurado no 2º semestre. **Folha de Londrina**, Londrina, 5 abr. 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/condor-sera-inaugurado-no-2-semester-275769.html?d=1>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LOPES, Cláudia. Condor inaugura loja em Londrina na terça. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 ago. 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/condor-inaugura-loja-em-londrina-na-terca-295461.html?d=1>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MARINGÁ. **Decreto n.º 385/2024, de 11 de março de 2024**. Determina o tombamento definitivo da estrutura “Chaminé”, que integra o antigo “Complexo Sanbra” no município de Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: https://venus.maringa.pr.gov.br/arquivos/orgao_oficial/arquivos/domm%204301.pdf.p7s. Acesso em: 20 nov. 2024.

MHL (Museu Histórico de Londrina). Acervo fotográfico. Consulta em: 24 out. 2024.

MORTARI, Amadeu Antônio. Entrevista concedida aos autores. Londrina, 2024.

MORTARI, Leonel. Entrevista concedida à professora Conceição Aparecida Duarte Geraldo. Londrina, 8 nov. 1995. Disponível no acervo do Museu Histórico de Londrina, Projeto Resgate da Memória Local e Regional do Norte do Paraná.

MORTARI JÚNIOR, Gilseno. Entrevista concedida aos autores. Londrina, 2024.

MUCHINY, Ana Paula. Relatório de visita técnica: Processo n.º 47/24 — maio/2024. Londrina: Perfour, 2024. 30 p.

MUGAYAR KÜHL, Beatriz . Patrimônio industrial: algumas questões

em aberto. **arq.urb**, [S. l.], n. 3, p. 23-30, 2010. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/115>. Acesso em: 24 out. 2024.

NIEVES, Thiago, et al. In: NAVOLAR, Jeferson Dantas; MUSILI, Célia; MORAES, Vanda de. **Teatro Municipal de Londrina: arquitetura é arte**. Londrina: Midiograf, 2007.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, T. Yara. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 25 nov. 2024.

PADRÃO de Terra Boa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 1 abr. 1934.

PIAZZA Della Storia (Chaminé da União). **Atrio Giorno Escritórios**. São Paulo, [20--?]. Disponível em: <https://atriogiorno.com.br/institucional/?id=6>. Acesso em: 20 nov. 2024.

QUE SIGNIFICAM as Indústrias Mortari no acervo de nosso desenvolvimento. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 ago. 1953.

REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 133-150.

REINAUGURAÇÃO do Condor de Londrina. **Gironews**, [S. l.], 13 set. 2012. Disponível em: <https://gironews.com/supermercado/reinauguracao-do-condor-de-londrina-15963/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

RESENDE, Paulo. Tiragem de gases da combustão em caldeiras. **TermoBlog**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://termoblog.com.br/tiragem-de-gases-da-combustao-em-caldeiras/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

SABBADINI, Jessica. Prefeitura pede que investidor preserve chaminé da década de 30. **Folha de Londrina**, Londrina, 26 fev. 2024. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/prefeitura-pede-que-investidor-preserve-chamine-da-decada-de-30-3246937e.html?d=1>. Acesso em: 28 out. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução n.º 14, de 5 de junho de 1986.** Autoriza o tombamento dos edifícios que especifica. São Paulo: Secretaria de Cultura, 6 jun. 1986. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Ind%C3%BAstrias-Reunidas-Francisco-Matarazzo-res-86.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SÃO PAULO (Município). Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo). **Resolução n.º 05/CONPRESP/2010.** São Paulo: Conpresp, 27 ago. 2010. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/03/05.10-conpresp.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SCHWARTZ, Widson. **Amadeu Mortari e o alvorecer industrial de Londrina.** Londrina: Midiograf, 2022.

SIGLON (Sistema de Informação Geográfica de Londrina). **E82.** Londrina: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-cultura/diretoria-de-patrimonio/inventario/arquitetonico/58958-e82-antiga-serraria-mortari-2019/file>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SIGLON (Sistema de Informação Geográfica de Londrina). **E111.** Londrina: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-cultura/diretoria-de-patrimonio/inventario/arquitetonico/58959-e111-escola-municipal-de-teatro-2019/file>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SIGLON (Sistema de Informação Geográfica de Londrina). **E112.** Londrina: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-cultura/diretoria-de-patrimonio/inventario/arquitetonico/55526-e112-tou-2019-1/file>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SIGLON (Sistema de Informação Geográfica de Londrina). **E129.** Londrina: Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-cultura/diretoria-de-patrimonio/inventario/arquitetonico/32126-e129-vgd-2019/file>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SIGLON (Sistema de Informação Geográfica de Londrina). **P10.** Londrina: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-cultura/diretoria-de-patrimonio/>

inventario/urbano-paisagistico/58960-p10-fragmento-portal-mortari-2018-1/file. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILVA, Ramón. **Sistemas térmicos de potência:** Geradores de vapor. [S. l.]: 2015. 39 slides. Disponível em: <https://proframonsilva.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/12/02-stp2015-gervap.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SOLCI, Hélio. Entrevista concedida à professora Mariana Josefa de Carvalho Almeida. Londrina, 19 maio 1999. Disponível no acervo do Museu Histórico de Londrina, Projeto Resgate da Memória Local e Regional do Norte do Paraná.

TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage). **Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial**, Nizhny Tagil, 17 jul. 2003. Disponível em: <http://ticcih.org/about/charter/>. Acesso em: 24 out. 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense (1970–2000).** Maringá: Eduem, 2006.

VOLTA REDONDA. **Lei n.º 2.203, de 03 de junho de 1987.** Estabelece o tombamento da Chaminé da antiga olaria como Monumento Histórico. Volta Redonda: Câmara Municipal. Disponível em: <https://sapl.voltaredonda.rj.leg.br/norma/3026?display>. Acesso em: 21 nov. 2024.

REX, Ilzângela Keila de Almeida. **Sobrevida dos grandes barracões da década de 30-60 em Londrina-PR.** Trabalho final de Graduação (TCC em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2003

YAMAKI, Humberto. **Lembranças e deslembanças:** álbum Londrina 1941. Londrina: Ed. Humanidades, 2008.

ZANI, Antonio Carlos. **Repertório arquitetônico das casas de madeira de Londrina.** Londrina: Midiograf, 2005.

654 R. Jacob Bartolomeu Minatti. **Google Street View**, Londrina, ago. 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-23.3081423,->

51.1549532,3a,75y,52.47h,86.88t/data=!3m8!1e1!3m6!1sv2Lkb7x7ZdlgMF5GRWfXKA!2e0!5s20110801T000000!6shttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb_client%3Dmaps_v.WfXKA%26yaw%3D52.4687637444724!7i13312!8i6656?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTEExOS4yIKXMDSOASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 22 nov. 2024

654 R. Jacob Bartolomeu Minatti. **Google Street View**, Londrina, out. 2021. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-23.3081291,-51.154936,3a,75y,52.47h,86.88t/data=!3m8!1e1!3m6!1sAAuMEznsOyFzJNQeyVGL0g!2e0!5s20211001T000000!6shttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb_client%3Dmaps_v.yVGL0g%26yaw%3D52.4687637444724!7i16384!8i8192?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTEExOS4yIKXMDSOASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 22 nov. 2024

